

REDE METODISTA DE EDUCAÇÃO DO SUL
CENTRO UNIVERSITÁRIO METODISTA – IPA

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM
SERVIÇO SOCIAL

PORTO ALEGRE

2016

Reitora

Anelise Coelho Nunes

Pró-Reitora de Graduação

Anelise Coelho Nunes

Coordenadora de Graduação

Luciane Torezan Viegas

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação e de Extensão e Ação Comunitária

Edgar ZaniniTimm

Coordenadora de Extensão e Ação Comunitária

Vera Elaine Marques Maciel

Coordenadora de Pós-Graduação *Lato Sensu* e de Cursos de Extensão

Vera Elaine Marques Maciel

Coordenadora de Avaliação Institucional

Luciane Torezan Viegas

Pastoral Escolar e Universitária

Pastor Roberval Lopes da Trindade

Coordenadora do Curso

Flávia Maria Lacerda Felipe

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 CENTRO UNIVERSITÁRIO METODISTA – IPA	10
2.1 HISTÓRICO DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO ..	10
2.2 MISSÃO E VISÃO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO METODISTA – IPA	17
2.3 OBJETIVOS INSTITUCIONAIS.....	18
2.4 PROJETOS INSTITUCIONAIS	20
2.4.1 Educação Ambiental	21
2.4.2 Educação das Relações Étnico-Raciais e Ensino de História e de Cultura Afro-Brasileira e Indígena.....	21
2.5 GESTÃO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO METODISTA – IPA.....	22
3 HISTÓRICO DO CURSO	23
4 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO	28
4.1 NOME DO CURSO	28
4.2 GRAU CONFERIDO	28
4.3 TITULAÇÃO PROFISSIONAL.....	28
4.4 MODALIDADE DE ENSINO	28
4.5 ATO DE CRIAÇÃO DO CURSO	28
4.6 DATA DE PUBLICAÇÃO DO ATO DE CRIAÇÃO DO CURSO.....	28
4.7 ATO DE RECONHECIMENTO.....	28
4.8 DATA DE PUBLICAÇÃO DO ATO DE RECONHECIMENTO.....	28
4.9 ATO DE RENOVAÇÃO DE RECONHECIMENTO.....	29
4.10 DATA DE PUBLICAÇÃO DO ATO DE RENOVAÇÃO DE RECONHECIMENTO	29
4.11 CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO.....	29
4.12 CARGA HORÁRIA DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES.....	29
4.13 CARGA HORÁRIA DE ESTÁGIO	29
4.14 DURAÇÃO DO CURSO (SEMESTRE/ANO)	29
4.15 NÚMERO DE VAGAS AUTORIZADAS.....	29
4.16 NÚMERO DE VAGAS OFERTADAS	30
4.17 TURNO(S) DE FUNCIONAMENTO DO CURSO	30
4.18 UNIDADE(S) ONDE O CURSO É OFERECIDO	30

4.19 FORMA DE INGRESSO	30
4.20 DATA INÍCIO DO CURSO	31
5 CONCEPÇÃO DO CURSO	32
6 OBJETIVOS	41
6.1 OBJETIVO GERAL	41
6.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	41
7 JUSTIFICATIVA	42
8 PERFIL DO/A EGRESSO/A.....	46
8.1 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	46
9 CURRÍCULO DO CURSO	48
9.1 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	52
9.2 MATRIZ CURRICULAR	54
9.3 ORGANIZAÇÃO DAS DISCIPLINAS POR ÁREA DE CONHECIMENTO	55
9.4 ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO	57
9.5 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	58
9.6 ATIVIDADES COMPLEMENTARES.....	60
9.7 DISCIPLINAS OPTATIVAS/ELETIVAS	63
9.8 DISCIPLINAS COMUNS.....	64
9.9 DISCIPLINAS SEMIPRESENCIAIS.....	64
9.10 FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR.....	65
10 NÚCLEO DE FORMAÇÃO HUMANÍSTICA.....	66
11 EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIA	68
11.1 PROPOSTA DE ADEQUAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DAS EMENTAS E PROGRAMAS DAS DISCIPLINAS.....	91
12 MODALIDADE DE ATIVIDADES CURRICULARES	92
12.1 EXERCÍCIO DE MONITORIA.....	92
12.2 INICIAÇÃO CIENTÍFICA.....	92
12.3 APOIO EXTENSIONISTA.....	93
12.4 PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS CIENTÍFICOS DA ÁREA COM PRODUÇÃO ESPECÍFICA	93
12.5 ATIVIDADES PEDAGÓGICAS CULTURAIS.....	93
12.6 ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO	94
13 METODOLOGIA DO PROCESSO DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM	97

13.1 AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM.....	99
14 PROPOSTA DE AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO.....	103
15 ARTICULAÇÃO ENSINO-PESQUISA-EXTENSÃO NO CURSO.....	104
15.1 LINHAS DE PESQUISA INSTITUCIONAIS.....	105
16 INTEGRAÇÃO DO CURSO COM A PÓS-GRADUAÇÃO E COM A EDUCAÇÃO CONTINUADA	107
17 INFRAESTRUTURA E GESTÃO.....	108
17.1 INSTALAÇÕES E LABORATÓRIOS ESPECÍFICOS.....	108
17.2 COORDENAÇÃO DE CURSO	109
17.3 COLEGIADO DE CURSO	110
17.4 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE.....	110
17.5 CORPO DOCENTE.....	110
17.6 CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO.....	111
18 INSTALAÇÕES GERAIS.....	112
18.1 BIBLIOTECAS.....	117
REFERÊNCIAS.....	124

O Serviço Social, segundo entendimento do CNPq, situa-se na área do conhecimento das ciências sociais aplicadas e, segundo o Ministério da Educação, situa-se na área das ciências da saúde. O curso de Serviço Social é um curso de ensino superior, em nível de bacharelado, responsável pela formação de assistentes sociais. Essa profissão é regulamentada pela Lei nº 3.252/57, de 1957, e regida pela Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993.

A concepção de um projeto pedagógico coloca a responsabilidade de fazer uma reflexão sobre as potencialidades da sociedade atual rumo a formas de organização sociais mais solidárias.

Essa reflexão implica considerar a necessidade de uma compreensão que reconheça a possibilidade da emergência de uma sociedade na qual todos são corresponsáveis pela vida. Essa compreensão pode ser gerada por uma formação intencional que busque instaurar o reconhecimento da interdependência de todos os fenômenos e processos que constituem a vida no mundo. Decorre dela a incorporação da ideia de que todas as ações realizadas, sejam elas profissionais, políticas ou pessoais, resultam em consequência direta na natureza e na sociedade-mundo.

Assim, acredita-se que a formação de um/a profissional protagonista de uma nova sociedade constitui-se em um desafio diante da complexa realidade. Esse desafio encontra bases de superação quando se une a pressupostos, expressos no próprio Plano de Desenvolvimento Institucional do Centro Universitário Metodista – IPA.

É nessa perspectiva que emerge a proposta de formação profissional expressa neste projeto de curso. A formação de um/a profissional protagonista na construção da sociedade requer a formação de um novo ser humano, capaz de redescobrir a importância da convivência solidária, expressa na capacidade de reconhecer no outro um igual e na natureza uma força que não precisa ser dominada, mas sim canalizada para uma relação de complementaridade. Nessa relação, o homem, como sujeito responsável, reconhece os limites e as possibilidades de suas ações sobre a natureza. Assim, se consolidam as condições

para a convivência solidária e ativa, expressa através de ações conscientes de proteção à sociedade-planetária que lhe é vital.

A formação profissional pretendida neste projeto está sustentada em uma concepção pedagógica que busca ampliar as possibilidades de instauração de uma autoética pessoal e profissional que permita tornar mais próxima a construção de uma nova sociedade. Além da instauração de uma autoética, as possibilidades de sintonia entre a dimensão profissional e essa nova sociedade ampliam-se quando a formação viabiliza a instauração de uma nova relação com o saber.

Esses são os elementos propulsores de um tipo de inserção profissional na realidade que contribui com a constituição de um mundo mais solidário. A importância dessa concepção pedagógica se evidencia diante da complexidade da sociedade atual. Tal complexidade coloca a necessidade de um/a profissional que saiba acompanhar seu movimento e não que se proteja diante das adversidades que lhe surgem.

Há que se reconhecer também que essa complexidade exige uma alteração no que tange à discussão em torno das especificidades de cada profissão. A sociedade-mundo demanda a busca pela consolidação e inter-relação de identidades profissionais e não a compartimentalização das áreas do saber.

As identidades profissionais, inscritas nas relações sociais atuais, ampliam as possibilidades de sintonia com os preceitos do universo profissional, científico e social quando acompanham as mudanças próprias da realidade. Para tanto, é importante que a formação profissional aconteça em espaços que sejam desterritorializados, isso é, em espaços onde as fronteiras disciplinares não se constituam em amarras e sim em vínculos emancipatórios.

Nesse sentido, a missão da formação reside em instaurar as bases de compreensão da realidade, de maneira que cada um possa ser protagonista de seu percurso junto aos diversos saberes e que possa reconhecer seu *know-how* para intervir junto às diversas situações.

Essa concepção de formação torna-se necessária devido ao pressuposto de que a sociedade, sendo um sistema complexo, tem uma dinâmica que, diante de movimentos de seus subsistemas, altera-se e resulta em alterações a cada um. Essa situação revela a globalidade das relações.

Entretanto, isso não significa dizer que haja homogeneidade no sistema. Em realidade, diante da coexistência de elementos homogêneos e diversificados, a preservação das possibilidades para emergência das peculiaridades e particularidades é vital. Reconhecendo a diversidade como característica de constituição da atual realidade, busca-se, neste projeto pedagógico, garantir espaços de reconhecimento e valorização dessa diversidade.

Dessa forma, em consonância das Diretrizes Curriculares Nacionais expressas na resolução CNE/CES nº 15, de 13 de março de 2002, publicadas no DOU de 09 de abril de 2002, para a área de formação do Serviço Social, busca-se um currículo permeável às alterações da sociedade em que existe, amparadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB.

Na tentativa de superar os limites que hoje se apresentam à formação profissional, acredita-se na necessidade de viabilizar espaços específicos de formação profissional e estratégias em que seja possível agregar ao processo formativo o reconhecimento, a revisão e a análise de práticas pessoais e profissionais. É com esse objetivo que este projeto pedagógico é construído. O alcance da formação aqui pretendida e expressa está vinculado à operacionalização dos pressupostos nele explicitados.

O Centro Universitário Metodista – IPA é uma instituição de educação superior privada, comunitária, confessional, com sede e foro na cidade de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, autorizada a ofertar seus cursos na Unidade Central IPA, situada na Rua Coronel Joaquim Pedro Salgado nº 80, Bairro Rio Branco; e na Unidade DC Navegantes, situada na Rua Frederico Mentz, nº 1.606, Bairro Navegantes; além dos endereços agregados à Unidade Central IPA: Americano, situado na Rua Lauro de Oliveira nº 71, Bairro Rio Branco; e Dona Leonor, situado na Rua Dona Leonor nº 340, Bairro Rio Branco. É credenciada pela Portaria MEC nº 3.186, de 08 de outubro de 2004, publicada no DOU nº 196, de 11 de outubro de 2004, e no momento aguarda a publicação do ato de Recredenciamento pelo processo e-MEC nº 201208241.

Sua mantenedora, o Instituto Porto Alegre da Igreja Metodista, com sede e foro na Rua Coronel Joaquim Pedro Salgado, nº 80, Porto Alegre/RS e com inscrição no CNPJ sob o nº 93.005.494/0001-88, é uma associação civil, confessional, com objetivos educacionais, culturais, de assistência social e filantrópicos, com fins não econômicos. É reconhecida como de Utilidade Pública Federal pelo Decreto nº 8.6174, de 02 de julho de 1981, Estadual, pela Lei nº 21.372, de 15 de outubro de 1971, e municipal, pela Lei nº 3.1025, de 10 de janeiro de 1968. A mantenedora é dirigida por um Conselho Diretor, com estatuto registrado no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas da cidade de Porto Alegre, sob nº de ordem 49.612, do livro A nº 57, datado de 1º de fevereiro de 2005, e atualizado em 10 de dezembro de 2010, sob o nº 73.051, fl 109F, do Livro A nº 136.

2.1 HISTÓRICO DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO

O Centro Universitário Metodista – IPA faz parte de uma rede mundial de instituições educacionais mantidas pela Igreja Metodista, composta por mais de 700 estabelecimentos de ensino entre básico e universitário localizados em 67 nações distribuídas em todos os continentes. Muitas instituições possuem laços de solidariedade estreitados, no mundo todo, pela International Association of Methodist-related Schools Colleges and Universities (IAMSCU) e, na América Latina,

pela Asociación Latinoamericana de Instituciones Metodistas de Educación (ALAIME). No Brasil, o Centro Universitário Metodista – IPA integra o Conselho Geral das Instituições Metodistas de Educação (COGEIME), que reúne todas as escolas de educação básica, faculdades, centros universitários e as universidades metodistas. No Rio Grande do Sul (RS), o Centro Universitário Metodista – IPA compõe a Rede Metodista de Educação do Sul, complexo que se verifica pela integração de quatro grandes instituições tradicionais no Estado que demonstram na história mais de um século de existência educacional.

O Metodismo tem suas origens dentro da Universidade de Oxford, na Inglaterra do século XVIII. O professor universitário e pastor anglicano John Wesley, ao desencadear com um grupo de colegas um movimento religioso para um maior alcance social, incluindo, neste, a preocupação com a educação de crianças empobrecidas e a prática de uma fé esclarecida, deram início a uma contribuição inegável ao desenvolvimento do protestantismo histórico de Lutero e outros reformadores do século XVI, e a uma nova proposta de educação. Hoje, o movimento metodista conta com mais de 250 anos de educação, desde a fundação de sua primeira instituição educacional, a Kingswood School, em Bristol, naquele país.

No Brasil do século XIX, o movimento metodista foi trazido pela vertente sulista estadunidense e não a propriamente inglesa. Nessa época, registra-se o ano de 1835 como o marco inicial de sua chegada ao País, que se tornou inviável, posteriormente, pela recessão econômica americana; só efetivando-se, então, essa iniciativa, após a guerra civil americana, na região de Santa Bárbara do Oeste, interior do Estado de São Paulo. Nesse século, foi criada em solo brasileiro a primeira escola metodista, em 1881, na cidade de Piracicaba: o Colégio Piracicabano, que, anos mais tarde, viria a originar a primeira universidade metodista brasileira, a Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP).

O Metodismo chega no Rio Grande do Sul pelo Uruguai, sob a inspiração da Igreja Metodista do norte dos Estados Unidos da América (EUA), vertente que já desenvolvia trabalho missionário nos países vizinhos ao Brasil. A igreja localizada no norte estadunidense acentuava um forte compromisso social de oposição ao escravagismo, em nome de um desenvolvimento econômico com base industrial. Acrescente-se, a isto, que os primeiros missionários que chegaram ao Rio Grande

do Sul eram leigos: um colportor de Bíblias e uma professora; o que evidencia que, neste Estado, desde o seu início, a presença da mulher foi fato marcante na prática da estratégia missionária de implantação e desenvolvimento do metodismo em terras brasileiras. Naquela segunda metade do século XVIII, foi criada uma instituição educacional na capital gaúcha, no ano de 1885: o Colégio Americano, uma escola preocupada com as camadas empobrecidas e destinada à educação de mulheres. No ano seguinte, 1923, na capital gaúcha, viria a ser fundado o Porto Alegre College, o Instituto Porto Alegre – IPA, que daria, anos mais tarde, o nome a mais nova instituição educacional metodista gaúcha criada na primeira década do século XXI: o Centro Universitário Metodista – IPA.

Portanto, o Centro Universitário Metodista – IPA tem sua origem no Colégio Americano, criado em Porto Alegre, em 1885, inicialmente para a educação de mulheres, e no Porto Alegre College, criado em 1923, como projeto de Universidade ligado à Southern Methodist University (SMU), de Dallas, Texas/EUA. Esse projeto fora interdito no Estado Novo, por falta de lideranças nacionais, o que resultou em fechamento de suas Faculdades de Economia e de Teologia. Acrescentando-se, ainda, que com a declaração da Autonomia da Igreja Metodista no Brasil, na década de 1930, as relações entre as igrejas do País e as estadunidenses passam a ter um caráter mais fraterno, ainda que permanecesse cooperação entre as duas instâncias na área administrativa. A Faculdade de Teologia, então, foi transferida para São Bernardo do Campo/SP, da qual se originou a Universidade Metodista de São Paulo. Nesse período, o Porto Alegre College foi renomeado Instituto Porto Alegre, IPA. A partir daí as duas escolas – Colégio Americano e IPA – que deveriam ser complementares, desenvolveram-se separadamente, vindo a constituir-se em dois dos mais importantes estabelecimentos escolares de Porto Alegre, apenas com a educação básica.

A partir da década de 1970, ambos os colégios implantaram cursos de educação superior na área da saúde, delineando-se o que futuramente seria sua identidade institucional: o compromisso com os direitos humanos, na perspectiva da inclusão. No IPA foram criados os cursos de Educação Física (1971), Fisioterapia (1980) e Terapia Ocupacional (1980). No Americano, por iniciativa da mantenedora Instituto Metodista de Educação e Cultura (IMEC), iniciaram-se os cursos de

Nutrição (1978), Fonoaudiologia (1990), Administração Hospitalar (2000) e Turismo (2000).

No final da década de 1970, a Igreja Metodista no Brasil inicia um processo formal intenso de pesquisas e eventos, objetivando a definição de diretrizes para seus estabelecimentos de ensino no País. Tratava-se de repensar os fundamentos, as diretrizes, as políticas e os objetivos para o sistema educacional metodista brasileiro, num contexto em que a Igreja Metodista repensava sua vida e sua missão. No ano de 1982, entre as decisões do XIII Concílio Geral da Igreja Metodista no Brasil, encontra-se a aprovação de dois documentos que são basilares na prática pastoral e educacional metodista no País: o Plano para a Vida e a Missão, e as Diretrizes para a Educação na Igreja Metodista. Estes documentos foram resultados de uma ampla consulta à Igreja Metodista no decorrer dos anos de 1980 e 1981. Tais documentos, novamente analisados em épocas posteriores, são vigentes ainda hoje.

A década de 1980, no RS, foi marcada por uma forte prática pastoral e educacional alinhada à fundamentação da filosofia e da teologia da libertação latino-americana, sendo, especificamente na área educacional, à proposta de uma educação libertadora. As práticas pastorais e educacionais das instituições metodistas, de natureza eclesial, social ou educativa, mostraram um forte compromisso com a responsabilidade social em favor dos empobrecidos, excluídos e marginalizados. Fiel à sua tradição histórica, remota às suas origens oxfordianas inglesas, estadunidenses nortistas e platinas, a educação metodista em solo gaúcho desenvolvia-se com responsabilidade social, alinhando-se às novas diretrizes da educação metodista no País, que apontavam para a busca de alternativas que não se limitassem à reprodução do modelo educacional vigente, mas que afirmassem a sua superação, pela proposição de práticas inovadoras, capazes de atender aos anseios do povo de um país que dava seus primeiros passos em seu processo de redemocratização depois de longos e duros anos de ditadura. Mais uma vez, assim como à época da proclamação da República, quando de sua chegada ao País, o metodismo oferecera um modelo educacional que atendia aos interesses de modernização e de rompimento com o atraso do passado monárquico. Agora, na proclamação de uma Nova República, a educação metodista também chamava para

si o compromisso de alinhar-se politicamente a esse novo momento na história brasileira.

Ainda no contexto da celebração dos 250 anos de educação metodista no mundo todo, em consonância com o tema central mundial da Conferência da IAMSCU de 2001 “Educação para a Responsabilidade Humana no Século XXI”, criava-se, um ano depois, a Rede Metodista de Educação no sul do País. Nesse grande projeto inovador metodista, na perspectiva de manter-se capaz de dar continuidade à sua trajetória histórica na educação e atender às demandas originárias da virada do século.

Em 2002, a educação básica das duas mantenedoras educacionais metodistas da capital gaúcha foi integrada em uma apenas – o IMEC, no Colégio Metodista Americano. Assim, o IMEC desenvolveria a educação básica e, o IPA, a educação superior – voltando-se, com isto, este, à vocação para a qual foi originalmente fundado: ser uma instituição semente da universidade metodista no sul do Brasil.

A transferência dos cursos superiores do IMEC para a mantenedora IPA possibilitou a elaboração do projeto de transformação das faculdades metodistas gaúchas em Centro Universitário. O credenciamento como Centro Universitário Metodista – IPA ocorreu em 11 de outubro de 2004, com a publicação da Portaria 3.186 do Ministério da Educação e Cultura (MEC) no Diário Oficial da União.

Em 2004, o Instituto Porto Alegre da Igreja Metodista – IPA incorpora a Faculdade de Direito de Porto Alegre (FADIPA), originalmente vinculada à Mantenedora Centro de Ensino Superior de Porto Alegre – CESUPA. Em 10 de janeiro de 2008, o Ministério da Educação expede a Portaria Nº 20, aprovando a transferência de manutenção da FADIPA para o IPA, o que consolida as ações em rede do Centro Universitário Metodista – IPA, com o curso de Direito da referida Faculdade. Em novembro do mesmo ano, o IPA ingressa com a solicitação da unificação de mantidas, de forma a fortalecer o desenvolvimento de Ensino, Pesquisa e Extensão do curso de Direito da FADIPA, consolidando, assim, da mesma forma, a oferta de ensino e produção científica em todas as áreas do conhecimento. E, finalmente, em 22 de dezembro de 2009 é publicada a Portaria nº 1.746 que aprova a unificação das mantidas, passando o curso de Direito a fazer parte do conjunto de cursos oferecidos pelo Centro Universitário Metodista – IPA.

É importante destacar que o Centro Universitário Metodista – IPA tem se constituído como referência em Educação Superior na área das ciências da saúde. Aos cursos tradicionais da saúde, das duas antigas faculdades que o originaram, foram acrescentados os de Enfermagem, Farmácia, Biomedicina e Psicologia. Seus cursos são reconhecidos por sua alta qualidade, expressa pela competência dos/as profissionais egressos/as, amplamente aceitos pelo mercado de trabalho, onde atuam com responsabilidade e compromisso com a melhoria da qualidade de vida da população, em particular, da população em situação de risco social.

Como Centro Universitário, houve um salto de qualidade nas dimensões de Ensino, de Pesquisa e de Extensão. Atendendo à sua missão, a Instituição, ampliou sua atuação para regiões de Porto Alegre desprovidas de Educação Superior.

No Ensino, a Instituição que ofertava sete cursos até 2002, atualmente oferece:

- a) Área das Ciências da Saúde: Fonoaudiologia, Nutrição, Fisioterapia, Farmácia, Serviço Social, Biomedicina, Enfermagem, Psicologia, Educação Física – Bacharelado e Ciências Biológicas – Bacharelado;
- b) Área das Ciências Sociais e Aplicadas: Administração, Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Ciências Contábeis, Turismo e Direito;
- c) Área das Ciências Humanas e Licenciaturas: Pedagogia, Música e Educação Física;
- d) Área das Engenharias, Tecnologias e Artes: Engenharia Civil, Engenharia de Produção, Arquitetura e Urbanismo e Design de Interiores.

Na Extensão, consolidou as Clínicas Integradas dos cursos da saúde, antes localizadas no Hospital Parque Belém, e hoje em funcionamento junto à Unidade Central IPA/Dona Leonor, no bairro Rio Branco. Suas ações pretendem não apenas assegurar o direito à atenção integral, na perspectiva do Sistema Único de Saúde, mas principalmente formar profissionais capazes de atuar com competência técnica e compromisso social. Para isso, ao longo dos últimos anos, o Centro Universitário Metodista – IPA tem aplicado um percentual de sua receita bruta no desenvolvimento de programas nas áreas de Saúde e Cuidado Humano; Educação, Trabalho e Direitos Humanos; Tecnologias Sociais Aplicadas à Saúde e à Educação; Paradesporto; Universidade do Adulto Maior; dos quais derivam diferentes projetos, envolvendo professores/as e alunos/as bolsistas.

O fortalecimento das ações de ensino e extensão e a qualificação do corpo docente culminaram em intensa mobilização na perspectiva da institucionalização de uma política de pesquisa mediante o estabelecimento de processos que efetivem, de forma estratégica e segura, o desenvolvimento de uma cultura de pesquisa por meio da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão. Esta nova cultura de pesquisa está sendo desenvolvida em diferentes atividades e programas acadêmicos, tais como articulação entre as práticas de ensino, extensão e pesquisa a partir da definição das linhas de pesquisa para cada curso; incentivo à iniciação científica em todos os cursos; investimento no desenvolvimento de um perfil de docente pesquisador; incentivo à participação de docentes e discentes em feiras e eventos de ciência e tecnologia, na qualidade de autores/as; a qualificação da Revista Ciência em Movimento, como espaço de divulgação científica; o estímulo à divulgação da produção científica dos/as docentes e discentes, internos e externos à Instituição, através da Editora Universitária Metodista IPA.

A partir de 2006, o IPA passou a ofertar dois Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, cada um com um curso de mestrado: o Mestrado Profissional em Reabilitação e Inclusão (autorizado pela CAPES em 2006) e o Mestrado Acadêmico em Biociências e Reabilitação (autorizado pela CAPES em 2008).

O Mestrado em Reabilitação e Inclusão tem como objetivo produzir e divulgar conhecimentos interdisciplinares que viabilizem o desenvolvimento de processos e produtos, e a formação de profissionais que dominem de forma articulada as categorias teórico-metodológicas das áreas de saúde e educação, e que compreendam a inclusão como fator de reabilitação.

Por sua vez, o Mestrado em Biociências e Reabilitação pretende formar mestres pesquisadores/as com um perfil multidisciplinar, habilitados/as a ensinar e a desenvolver projetos de pesquisa nas duas grandes áreas citadas, e que sejam igualmente capazes de aproximar e integrar conhecimentos em prevenção e clínica a conhecimentos em ciências biológicas.

Desde 2002 são ofertados, ainda, cursos *Lato Sensu*, de Especialização, em diferentes áreas, como Direito da Criança e do Adolescente e Práticas Sociais, Atenção Integral à Saúde da Mulher, Psicopedagogia Clínica e Institucional, Saúde Coletiva, Direito Público, entre outros.

Atualmente, o Centro Universitário Metodista – IPA conta com 143 laboratórios disponíveis para pesquisa e práticas, divididos entre os cursos dos colegiados das Ciências Sociais e Aplicadas; das Ciências Humanas e Licenciaturas; das Ciências da Saúde e das Engenharias, Tecnologias e Artes. Além destes, a IES conta com doze laboratórios de informática para uso de todos os cursos.

A biblioteca, com funcionamento nas Unidades do Centro Universitário, disponibiliza amplo e diversificado acervo, salas e ambientes para estudos individualizados e em grupos, terminais para consulta *on-line* e sala virtual na plataforma para educação semipresencial disponível para professores/as.

O Centro Universitário Metodista – IPA é componente de uma estrutura maior, que constitui a Rede Metodista de Educação em nível nacional, criada oficialmente no ano de 2006 pelo XVIII Concílio Geral da Igreja. Trata-se, esta Rede, de um complexo educacional com mais de cinquenta instituições educacionais organizadas em pequeno, médio e grande porte, com ensino desde a educação infantil até pós-doutorado, abrangendo, na educação superior, duas universidades, três centros universitários e sete faculdades. A Rede, em nível nacional, é administrada pelo Conselho Geral das Instituições Metodistas de Educação (COGEIME), que constitui a sua entidade central, sendo instância responsável não só pelo planejamento estratégico, mas também pelas práticas de coordenação, supervisão, integração, acompanhamento e controle de todas as unidades que a constituem. O Centro Universitário Metodista – IPA, enquanto unidade constituinte da Rede Metodista de Educação, portanto, pode ser melhor compreendido em sua história, estrutura e funcionamento, no contexto desse complexo nacional metodista de educação, que já conta na história de suas instituições, com mais de um século de existência e efetiva participação ativa no desenvolvimento do País.

2.2 MISSÃO E VISÃO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO METODISTA – IPA

Missão

Produzir, desenvolver, divulgar e preservar ciência, tecnologia e cultura visando ao desenvolvimento da consciência crítica e do compromisso com a transformação da sociedade segundo os princípios metodistas, fortalecendo os laços

comunitários, expandindo a educação nas áreas desfavorecidas através de ações que promovam a vida.

Visão

Ser referência de Centro Universitário Metodista, eticamente engajado na inclusão social, que forma agentes de transformação por meio da articulação entre ensino, pesquisa e extensão, bem como consolidar a modalidade de Educação a Distância – EAD como estratégia de inclusão social, trabalhando de forma indissociável a interdisciplinaridade e a multi-institucionalidade, na cidade de Porto Alegre, na Região Sul e no Brasil.

2.3 OBJETIVOS INSTITUCIONAIS

Os objetivos da IES representam a condição ou as condições futuras imaginadas para a implementação da Missão através da ação organizada pela comunidade acadêmica. Para tanto, o Centro Universitário Metodista – IPA trabalha na perspectiva destes objetivos:

- a) possibilitar o acesso ao conhecimento e à cultura, à comunidade, de forma sustentável, contribuindo para a inclusão social;
- b) consolidar e ampliar a pesquisa nas áreas de conhecimento com vistas ao fortalecimento da Pós-Graduação *lato e stricto sensu*;
- c) promover ações que permitam compreender, preservar e divulgar as diferentes culturas, respeitando a diversidade e a pluralidade e fortalecendo os laços de solidariedade;
- d) promover parcerias com a comunidade regional, nacional e internacional, nos âmbitos público e privado, possibilitando a articulação entre a instituição e a sociedade;
- e) divulgar os princípios da educação metodista com vistas à transformação social, fortalecendo os laços comunitários, promovendo a inclusão e a valorização da vida;
- f) disponibilizar oportunidades de acesso ao conhecimento e à cultura, levando em conta as necessidades e possibilidades da comunidade e assegurando a sustentabilidade da Instituição;

- g) fortalecer o relacionamento com os/as alunos/as atendendo às suas necessidades de acesso ao conhecimento e à cultura com excelência acadêmica e administrativa, e com compromisso político;
- h) propor ações voltadas ao investimento na educação básica na perspectiva da inclusão, especialmente no que se refere à formação inicial e continuada;
- i) desenvolver atividades de responsabilidade social e ambiental;
- j) modernizar a infraestrutura e ampliar os espaços físicos e a gestão;
- k) possibilitar o acesso ao conhecimento e à cultura em ambientes informatizados, de forma sustentável, contribuindo para a inclusão digital;
- l) consolidar o processo de comunicação com a sociedade e com a comunidade interna do Centro Universitário Metodista – IPA construindo a identidade institucional nos processos de ensino, pesquisa e extensão;
- m) promover o desenvolvimento de uma política de formação e aperfeiçoamento de pessoas para atuar em EAD;
- n) ampliar a adoção das Tecnologias da Informação e Comunicação/TIC nos espaços formadores internos, bem como a formação de professores/as e funcionários/as técnico-administrativos/as para atuação na EAD;
- o) utilizar a diversidade de mídias e tecnologias para melhor adequar-se às novas metodologias nos processos de ensino e de aprendizagem, ampliar o oferecimento de cursos de formação para os/as docentes em EAD e dos/as técnicos/as administrativos/as, visando capacitar os/as agentes que atuarem na modalidade;
- p) melhorar as condições de infraestrutura para a oferta de cursos de qualidade na modalidade a distância;
- q) promover o estímulo à produção de conhecimento e ao desenvolvimento de tecnologias para o apoio a projetos e programas de educação a distância, de modo a garantir a qualidade desses empreendimentos e promover atividades que possibilitem a difusão de uma cultura de EAD na instituição;
- r) ampliar a cultura da EAD e da utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação – TIC nos espaços formadores internos;

- s) adequar os projetos pedagógicos dos cursos presenciais para a utilização de EAD, como alternativa curricular;
- t) possibilitar a implementação de programas de qualificação docente, técnicos administrativos e pedagógicos;
- u) utilizar a diversidade de mídias e tecnologias para o melhor aproveitamento da comunicação, adequando-se às novas metodologias no processo de aprendizagem;
- v) incentivar as parcerias com órgãos e/ou instituições;
- w) possibilitar a maior interação curricular entre os Cursos no processo acadêmico.

2.4 PROJETOS INSTITUCIONAIS

A opção pela inclusão social como centro do projeto político-pedagógico de uma instituição de educação superior que se propõe a fazer a diferença na formação de cidadãos e cidadãs comprometidos/as em transformar a realidade de injustiça social em que vivemos é decorrente da própria missão da Igreja Metodista. Conforme consta no documento “Plano para a Vida e Missão da Igreja Metodista”, de 1982:

a educação como parte da missão é o processo que visa oferecer à pessoa e comunidade, uma compreensão da vida e da sociedade, comprometida com uma prática libertadora, recriando a vida e a sociedade, segundo o modelo de Jesus Cristo, e questionando os sistemas de dominação da morte, à luz do Reino de Deus.

Ao longo dos anos, o Centro Universitário Metodista – IPA tem adequado os projetos pedagógicos dos seus cursos às Diretrizes Curriculares Nacionais, sejam elas as específicas para cada um, sejam aquelas que, de maneira mais ampla, tratam da responsabilidade da IES para com:

- a) a formação de cidadãos/ãs éticos/as, comprometidos/as com a construção da paz, da defesa dos Direitos Humanos e dos valores da democracia, conforme o Parecer CNE/CP nº 8, de 06/03/2012; e a Resolução CNE/CP nº 1, de 30/05/2012;

- b) as práticas sociais que valorizam a comunidade de vida, a justiça e a equidade socioambiental, e a proteção do meio ambiente natural e construído, com base na Lei nº 9.795, de 27/04/1999; no Decreto nº 4.281, de 25/06/2002; no Parecer CNE/CP nº 14, de 06/06/2012; e na Resolução CNE/CP nº 2, de 15/06/2012;
- c) a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, conforme a Lei nº 10.639, de 09/01/2003; o Parecer CNE/CP nº 3, de 10/03/2004; a Resolução nº 1, de 17/06/2004; e a Lei nº 11.645, de 10/03/2008.

2.4.1 Educação Ambiental

O Projeto Grupo de Educação Ambiental – GEA/IPA, pautado nos eixos temáticos da Política Ambiental da Instituição – Conservação Ambiental e Consumo Consciente, Gestão de Resíduos, Gestão das Águas e Eficiência Energética –, tem como objetivo promover ações de sustentabilidade, visando conservar o ambiente por meio da conscientização e mudança de comportamento, tanto individual como coletivo, tendo em vista um ambiente saudável, preservando recursos ambientais para as gerações futuras. Dentre as ações previstas, há uma série de atividades que visam prevenir, identificar e buscar soluções para problemas ambientais de maneira integrada e contínua junto aos programas educacionais desenvolvidos pelos cursos de graduação do Centro Universitário Metodista – IPA.

Ao compreender a educação ambiental como processo educacional que permite o conhecimento integral dos problemas atinentes ao meio ambiente, para poder conservá-lo e melhorá-lo, bem como para implementar mudanças de comportamento (individual e social), o Centro Universitário Metodista – IPA busca que sua prática educativa seja integrada, contínua e permanente.

2.4.2 Educação das Relações Étnico-Raciais e Ensino de História e de Cultura Afro-Brasileira e Indígena

O projeto Educação das Relações Étnico-Raciais e Ensino de História e de Cultura Afro-Brasileira e Indígena tem como objetivo implementar ações contínuas,

reflexões e discussões acerca das diretrizes educacionais que tratam dessa temática. Visando alcançar a toda comunidade acadêmica através de ações de promoção envolvendo as questões étnico-raciais, o projeto está pautado em três eixos: o reconhecimento da diversidade, a promoção da visibilidade da cultura negra e indígena e o protagonismo desses povos.

Historicamente, o movimento metodista e, posteriormente, a Igreja Metodista sempre estiveram comprometidos com as lutas sociais e o combate às desigualdades. Da mesma maneira, o Centro Universitário Metodista – IPA se compromete em contribuir não somente para atender as demandas da legislação, mas também por acreditar que seja possível construir uma nova identidade baseada na diversidade cultural e no respeito.

2.5 GESTÃO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO METODISTA – IPA

A gestão do Centro Universitário Metodista – IPA se faz por meio da Reitoria e da Pró-Reitoria de Graduação, exercidas pela Prof^a. Dr^a. Anelise Coelho Nunes; da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação e da Pró-Reitoria de Extensão e Ação Comunitária, exercidas pelo Prof. Dr. Edgar Zanini Timm.

O primeiro curso de Serviço Social do Brasil foi criado na cidade de São Paulo, na década de 1930. Nesse período, “registrava-se no Brasil uma intensificação do processo de industrialização e um impulso significativo rumo ao desenvolvimento econômico, social, político e cultural” (PEREIRA, 1999). Essa realidade, no período Vargas, acirrou o agravamento da questão social e desencadeou a emergência do estado de bem-estar social.

Como parte da política de alianças desse mesmo governo, buscou-se o apoio da igreja católica para o enfrentamento das problemáticas sociais. Essa aliança oportunizou a expansão das instituições católicas, tanto as assistenciais quanto as educativas, entre elas as universidades católicas. Essas instituições educacionais foram significativas na formação de pessoal para realização do trabalho social nas instituições assistenciais nascentes (BULLA, [s.d.]). É nesse contexto, e com tais prerrogativas, que emerge a primeira escola de Serviço Social no Brasil.

Atualmente, o curso de Serviço Social é oferecido por instituições públicas e privadas em todo o Brasil. O curso de Serviço Social do Centro Universitário Metodista – IPA é o primeiro em instituições metodistas no Brasil. Previsto desde a implantação dos primeiros cursos superiores, coerente com as políticas e a missão institucional, foi devidamente aprovado em 2004.

Entende-se que a presença do curso de Serviço Social como parte integrante do projeto institucional compatibiliza projetos convergentes, quais sejam: o projeto do Centro Universitário Metodista – IPA na sua compreensão sobre a inclusão como garantia de cidadania, através do conhecimento; e o projeto do curso de Serviço Social, que, através de formação profissional qualificada, propõe-se a consolidar um projeto ético-político sintonizado com a complexidade do mundo atual.

A criação, em 2005, veio ao encontro do plano de expansão desta instituição para centro universitário. Na ocasião, a instituição ampliava igualmente estratégias e mecanismos voltados ao fortalecimento de sua política de inclusão social. A implantação do curso consolidava, portanto, um espaço de formação de profissionais cujo projeto ético-político da categoria sustenta-se majoritariamente na luta por construção de relações sociais democráticas. Além disso, a criação do curso representava uma das ações voltadas tanto para a qualificação das práticas de

inclusão, já desenvolvidas pela coordenadoria de extensão e ação comunitária, como a ampliação das ações de inclusão no âmbito do ensino e da pesquisa.

Nessa perspectiva, em 2006/1, consolidando um projeto institucional de inclusão social, o Centro Universitário Metodista – IPA firmou convênio com a SUSEPE para dar início à experiência pioneira de formação superior desenvolvida dentro de uma instituição carcerária. A primeira turma de graduação seria então constituída por mulheres em regime de privação de liberdade da Penitenciária Feminina Madre Pelletier. O curso ofertado, após levantamento de demanda junto a mulheres privadas de liberdade, foi o de Serviço Social. Tendo em vista a capacidade de comportar 60 vagas na abertura da referida turma, ampliou-se a oferta para funcionários/as da SUSEPE.

Também foi no segundo semestre de 2006 que o curso inaugurou sua inserção junto ao Núcleo de Práticas Jurídicas, espaço de ensino vinculado ao curso de Direito. O início da inserção do curso em projetos de extensão ocorreu também no ano de 2006. Dentre os primeiros projetos, destacam-se: Direitos do Preso – com o curso de Direito (2006-2007) e Direito a ter família – homoafetivas (2006-2007).

Além dessas inserções, o curso, no ano de 2006, passou a ter uma participação contínua e incisiva em eventos de formação continuada promovidos pela instituição, por exemplo: seminários pedagógicos, capacitações tecnológicas e fóruns de pesquisas. Da mesma maneira, ampliou neste ano sua inserção em eventos institucionais, tais como: mutirão da saúde e feira das profissões; e a organização de eventos quais sejam: aulas magnas, semanas acadêmicas, cursos de extensão, seminários e jornadas.

Em outubro de 2006, foi realizada a avaliação do curso para reconhecimento junto ao MEC. A Comissão de Avaliação de Curso do INEP analisou a proposta de formação, seu desenvolvimento e as condições pedagógicas e estruturais para oferta do curso. Ao final, o parecer da comissão foi favorável ao reconhecimento do curso com atribuição de conceito 4. O curso foi oficialmente reconhecido através da Portaria MEC nº 61, de 21 de janeiro de 2008.

No ano de 2007, o curso inicia seu processo de consolidação de relações mais intensas com a comunidade externa e interna. Em relação às ações externas, firmam-se convênios com instituições parceiras para acolhida e acompanhamento da primeira turma de ingressantes em estágio curricular obrigatório e estabelecem-se

parcerias com instâncias públicas municipal e estadual, para realização de pesquisa e produção de conhecimento sobre conselhos de direitos e formação continuada de operadores da Política de Assistência Social. Tais ações, além de consolidar o compromisso social da instituição em contribuir na produção de saberes e práticas voltados a diferentes processos sociais, permitiram que a formação desenvolvida junto aos/as alunos/as da graduação ampliasse sua qualidade na medida em que os/as alunos/as foram inseridos/as em experiências profissionalizantes junto à realidade social.

Além disso, iniciou-se, neste mesmo ano, a participação nas Câmaras de Pesquisa, Extensão e Ensino, e representatividade junto ao Comitê de Ética da instituição.

Em relação à pesquisa, no ano de 2007, o curso contou com dois projetos aprovados, e com isso a constituição de duas equipes de pesquisa com pesquisador/a coordenador/a, pesquisador/a auxiliar e duas bolsas de iniciação científica para cada projeto.

O projeto intitulado “A formação como forma de inclusão pela expansão do saber” teve como unidade de análise os/as alunos/as da turma de Serviço Social que se desenvolvia na penitenciária feminina Madre Pelletier. A proposta central desse trabalho foi produzir saberes sobre a referida experiência com vista a qualificar outros processos institucionais.

A pesquisa intitulada “Formação continuada no Serviço Social e política de assistência social: a relação exclusão-inclusão social e a (des)articulação de saberes” teve como proposta central desenvolver um método de problematização de práticas sociais e problematizar a relação entre práticas de inclusão social e a formação continuada de operadores da política de Assistência Social. Essa pesquisa implicou Termo de Cooperação Técnica com a Secretaria da Justiça e do Desenvolvimento Social e parceria com a Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social de Viamão.

Em 2007 ocorreu, também, a ampliação das ações do curso na esfera da pós-graduação. No que se refere ao *stricto sensu*, o curso contou com duas representações docentes compondo a comissão de elaboração do Mestrado em Práticas Educacionais e Inclusão Social. No que se refere ao *lato sensu*, o curso teve aprovação, pelo CONSUNI, de cinco propostas de cursos de especialização em

áreas associadas às linhas de formação institucional, quais sejam: Direito da Criança e do Adolescente e Práticas Sociais, Políticas Sociais, Organizações do Terceiro Setor, Responsabilidade Social, e Práticas Sócio-Educacionais com Pessoas Portadoras de Altas Habilidades e Superdotação.

Ainda em 2007, outros acontecimentos marcaram a trajetória do curso, quais sejam: primeira participação junto ao ENADE; organização estudantil e eleição da primeira gestão do Diretório Acadêmico do Curso de Serviço Social; e participação do curso junto ao Conselho Regional de Serviço Social – 10ª região – através de representação docente. Os estágios curriculares obrigatórios iniciaram-se no curso também nesse ano. Nessa perspectiva, parcerias foram estabelecidas com instituições que se constituem em campo de trabalho do Serviço Social.

Entre as ações de 2008 destacam-se: formatura da primeira turma de alunos/as do curso de Serviço Social do Centro Universitário Metodista – IPA; inserção do Serviço Social no Hospital Parque Belém junto às Clínicas IPA; parceria para atividade formativa com a comunidade evangélica de Porto Alegre e experiência piloto de realização das práticas do quinto semestre do curso, consolidando-se em 2009 enquanto atividade curricular vinculada às disciplinas práticas, envolvendo instituições parceiras, corpo discente e docente do curso.

Em 2009, foi renovado Termo de Cooperação Técnica e firmada a parceria com as Secretarias de Assistência Social de cinco municípios da região metropolitana de Porto Alegre, quais sejam: Cachoeirinha, Viamão, Alvorada, Gravataí e Glorinha.

No ano de 2010, formalizaram-se os espaços aos quais se vinculam as práticas e demais atividades formativas do curso, quais sejam: Coordenação de Estágios Curriculares Obrigatórios, Supervisão de TCC e Laboratório de Práticas Interventivas em Serviço Social.

Em 2011, com base na experiência coletiva acumulada em sete anos e meio de trajetória acadêmica, realizou-se reordenamento pedagógico das práticas interventivas desenvolvidas no processo de formação dos/as estudantes.

A institucionalização do Laboratório de Práticas Interventivas em Serviço Social resultado de um processo de trabalho coletivo docente, desde então vem contando com a participação do conjunto de professores/as assistentes sociais e todos/as os/as alunos/as do curso, assim como numerosos assistentes sociais,

parceiros interinstitucionais, que acolhem e acompanham os/as alunos/as em diferentes campos de prática profissional, localizados na cidade de Porto Alegre e arredores. Na trajetória de constituição deste laboratório, três modalidades pedagógicas foram experimentadas e sistematicamente avaliadas, culminando com uma forma organicamente organizada que até o presente momento vem viabilizando a prática interventiva como eixo transversal à formação profissional desenvolvida no curso, ao longo de todos os oito semestres da graduação.

Em 2013, ampliaram-se os espaços pedagógicos de formação do curso com a criação do Laboratório de Práticas Formativas e Investigativas em Serviço Social. Esse laboratório foi concebido como espaço de exercício de um pensamento complexo (MORIN, 2011) e multirreferencial (ARDOINO, 1988), através da promoção de uma cultura da educação permanente (DELORS, 1998) no campo do serviço social e em campos afins. A criação desse laboratório buscou viabilizar um espaço acadêmico que, articulado com o conjunto de atividades desenvolvidas pelo curso de Serviço Social, oportunizasse uma ampliação institucional, através de interlocuções e parcerias, em diferentes planos indissociáveis: social, profissional e científico.

Nos sete primeiros anos de existência do curso de Serviço Social do IPA (2005-2011), as ações acadêmicas voltaram-se a implantação, implementação e aprimoramento do Projeto Político-Pedagógico consolidando os diferenciais atuais do curso.

Após esses sete primeiros anos, e até os dias atuais, o curso vem empreendendo esforços voltados tanto à manutenção da qualidade da formação profissional desenvolvida quanto à constante avaliação de suas práticas pedagógicas e formativas. Consolidando esse histórico, o curso obteve no último ENADE, realizada em 2013, o conceito máximo cinco.

4.1 NOME DO CURSO

Curso de Bacharelado em Serviço Social.

4.2 GRAU CONFERIDO

Bacharel/a.

4.3 TITULAÇÃO PROFISSIONAL

Bacharel/a em Serviço Social.

4.4 MODALIDADE DE ENSINO

Modalidade de ensino presencial.

4.5 ATO DE CRIAÇÃO DO CURSO

Resolução CONSUNI nº 61/2004.

4.6 DATA DE PUBLICAÇÃO DO ATO DE CRIAÇÃO DO CURSO

17 de dezembro de 2004.

4.7 ATO DE RECONHECIMENTO

Portaria MEC nº 61, de 21 de janeiro de 2008.

4.8 DATA DE PUBLICAÇÃO DO ATO DE RECONHECIMENTO

Diário Oficial da União nº 16, de 23 de janeiro de 2008.

4.9 ATO DE RENOVAÇÃO DE RECONHECIMENTO

Portaria MEC nº 1, de 06 de janeiro de 2012.

4.10 DATA DE PUBLICAÇÃO DO ATO DE RENOVAÇÃO DE RECONHECIMENTO

Diário Oficial da União nº 6, de 09 de janeiro de 2012.

4.11 CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO

O curso possui carga horária total de 3.144 horas.

4.12 CARGA HORÁRIA DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Os/As discentes deverão cumprir 120 horas de Atividades Complementares.

4.13 CARGA HORÁRIA DE ESTÁGIO

Os/As discentes deverão cumprir 504 horas de Estágio Supervisionado.

4.14 DURAÇÃO DO CURSO (SEMESTRE/ANO)

Mínimo: 8 semestres / 4 anos.

Máximo: conforme critério definido no Regimento Institucional.

4.15 NÚMERO DE VAGAS AUTORIZADAS

120 vagas anuais.

4.16 NÚMERO DE VAGAS OFERTADAS

O número de vagas ofertadas será definido, a cada semestre, levando em conta a necessidade de oferta por ocasião do processo seletivo, respeitando o número de vagas autorizadas.

4.17 TURNO(S) DE FUNCIONAMENTO DO CURSO

Noturno.

4.18 UNIDADE(S) ONDE O CURSO É OFERECIDO

Unidade Central IPA: endereço principal à Rua Coronel Joaquim Pedro Salgado, nº 80, térreo, tendo como agregados os endereços: DONA LEONOR, à Rua Dona Leonor, nº 340, e AMERICANO, à Rua Dr. Lauro de Oliveira, nº 71, todos no Bairro Rio Branco, em Porto Alegre/RS.

4.19 FORMA DE INGRESSO

A forma de ingresso dos/as candidatos/as nos cursos de Graduação são:

- a) com Curso de Ensino Médio, ou equivalente, concluído e que tenham sido classificados e classificadas em processo seletivo da instituição ou por ela reconhecido;
- b) portadores/as de diploma de Ensino Superior, devidamente registrado desde que hajam permanecido vagas abertas, após o encerramento das matrículas dos/as selecionados/as;
- c) vinculados/as a outras Instituições, através do processo de transferência;
- d) solicitantes de reingresso com vínculo com a Instituição;
- e) estrangeiros/as, com Curso de Ensino Médio ou equivalente, por meio de processo seletivo especial, regido por convênios de Cooperação Internacional firmados pelo Centro Universitário, com exigência de comprovação de proficiência na Língua Portuguesa.

O curso teve início no primeiro semestre de 2005.

A concepção do curso origina-se na ideia de que o meio acadêmico é um espaço cujo compromisso social é expresso na formação de profissionais competentes para trabalhar junto às problemáticas sociais atuais. Nessa perspectiva, acredita-se que a formação profissional deve buscar a formação de um/a cidadão/ã trabalhador/a. Para tanto, evidencia-se a necessidade de que ela seja alicerçada em alguns elementos, conforme segue:

Bases Legais

O projeto está em conformidade com as Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social, expressas a partir da Resolução CNE/CES nº 15, de 13 de março de 2002; do Parecer CNE/CES n.º 1.363, de 12 de dezembro de 2001; Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social da ABESS/CEDEPSS de 1996; Código de Ética do Assistente Social CFESS/1993; Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8.662/93) e demais regramentos próprios e institucionais.

Bases Epistemológicas

Acreditando ser a complexidade o elemento central que revela a constituição da realidade, um Projeto Pedagógico em sintonia com essa realidade deve sustentar-se no pressuposto de que “[...] o único conhecimento válido é o que se alimenta de incerteza e que o único pensamento que vive é o que se mantém na temperatura de sua própria destruição” (MORIN, 2002, p. 39).

Assim, partindo da premissa de que a estrutura curricular e os pressupostos de formação existem no limite de sua reconstrução, acredita-se que um projeto pedagógico sintonizado com esse mundo precisa ser permeável e em constante atualização.

Igualmente, sob essa ótica, deve-se permitir práticas formativas que instaurem no/a aluno/a a capacidade de reconhecer e lidar com a transitoriedade do saber, de maneira a construir permanentemente dispositivos de aprimoramento e compreensão da realidade que lhe permitam uma inserção competente.

Nesse sentido, a formação precisa ser um processo onde, ao reconhecer e valorizar os diversos aspectos que constituem o real na atualidade, instaure-se no/a

formando/a uma postura que, respaldada na ampliação de sua percepção do real, permita-lhe acessar diversos saberes, numa perspectiva de complementaridade.

Assim, o/a futuro/a assistente social poderá compreender e intervir junto aos fenômenos e processos sociais construídos como objeto da ação profissional. Além disso, reconhecendo a condição auto-organizativa da realidade, esse/a profissional será capaz de reconhecer a ligação permanente entre desorganização e organização complexa; a ideia de autonomia dos fenômenos dada a sua individualidade e a ideia do meio como co-organizador/a.

Partir dessas noções significa compreender a importância das interações vividas pelo fenômeno em todas as suas dimensões (lutas, tensões, contradições, definições), reconhecer a circularidade contida no fato que, concomitantemente com a ação sofrida, o próprio fenômeno também a exerce e, ainda, complexificar o olhar frente ao fenômeno a ser trabalhado; o que permitirá uma ação propositiva e criativa.

A compreensão da complexidade dos sistemas sociais, portanto, amplia o reconhecimento de espaços e vias de intervenção profissional que estão presentes nos próprios sistemas.

Bases Sociológicas e Culturais

As transformações societárias exigem hoje um/a profissional sintonizado/a com essa era. O mercado não propicia um tempo *ad infinito* para um/a profissional conhecer os sistemas organizacionais, antes de iniciar a intervenção propriamente dita. Sabe-se também que, no cotidiano profissional, o trabalho vai se construindo e reconstruindo a partir da análise constante da ação.

Além disso, a globalização incidiu fortemente sobre as profissões de uma maneira geral, alterando suas áreas de intervenção, seus campos de interesse e de conhecimento. As mudanças tecnológicas próprias da atualidade têm configurado um novo sistema de convivência, alterando valores, posturas e práticas. O Serviço Social, sendo uma profissão que tem no conjunto da vida social seu campo de intervenção, também vive os reflexos de tais transformações.

Por essas razões, urge uma reforma nas práticas pedagógicas associadas à formação profissional. Essas práticas não podem mais centrar sua ação em busca do desenvolvimento único e exclusivo da competência cognitiva. Diante disso é

explícita a necessidade de que os espaços de formação, neles incluso o Serviço Social, possam criar dispositivos teóricos e práticos que permitam uma maior congruência de seus produtos com as formas de organização da sociedade contemporânea.

Diante dessas considerações, trabalhar na formação de futuros/as profissionais tem exigido uma postura de aproximação com o mundo do trabalho que não encontra precedentes na história da educação superior. Tal situação deve-se ao fato de que a competência na atualidade está fortemente demarcada pela capacidade de estar em sintonia com as demandas e necessidades emergentes.

Vive-se uma época onde os padrões de relações evidenciam cada vez mais a complexidade que os origina e alimenta. A realidade atual, caracterizada essencialmente por mudanças contínuas e rápidas, explicita com grande número de evidências o caráter complexo que é imanente à constituição de todos processos e fenômenos contemporâneos.

Esses fenômenos e processos, como já foi dito, são marcados pelo crescente avanço tecnológico que instaurou padrões de relações globalizados e, dessa forma, alterou e vem alterando as exigências do mundo do trabalho. Tal situação imprime a necessidade cada vez mais evidente de que o homem tenha condições e dispositivos, sejam eles concretos e/ou subjetivos, de viver nesse mundo assumindo sua responsabilidade na construção de uma realidade onde a dinâmica da vida seja respeitada e favorecida.

Antes da disponibilização maciça dos aparatos tecnológicos, as transformações no mundo do trabalho normalmente eram geradas nas universidades. Os conhecimentos produzidos pela ciência eram disponibilizados prioritariamente aos membros da comunidade científica. Nessa medida, os/as profissionais eram habilitados/as a compreender os fenômenos, focos de intervenção de sua área profissional, alicerçados em saberes que não circulavam junto à comunidade em geral. Isso ocasionava uma situação na qual os/as especialistas, por possuírem um saber mais qualificado que os demais, usufruíam de um poder simbólico junto à comunidade.

Na sociedade atual, na qual as informações têm um fluxo contínuo e indiscriminado, a produção de conhecimento não está restrita a um único espaço. A constituição do chamado ciberespaço instaura a disponibilização e democratiza o

acesso a diferentes saberes e informações, evidenciando a necessidade de que a comunidade científica se aproxime e construa relações com outros espaços que não os tradicionalmente ocupados por ela.

Novas formas de comunicação são estabelecidas e com elas novas formas de relação com o saber. Este que, na era da oralidade ou mesmo na era da escrita, era de acesso restrito a um universo criterioso e seletivo, passa a transitar livremente em redes. A produção e a valorização de diversos saberes ganham proporções elevadas. O acesso e o livre trânsito viabilizado pelas redes de comunicação permitem a socialização e a interlocução permanente, sem a seleção por status simbólicos de seus produtores.

Interessa-nos ressaltar que esses elementos influenciam profundamente na maneira de concretização das práticas sociais desenvolvidas. Sendo assim, torna-se imprescindível lançar mão de estratégias de educação superior que instaurem no/a futuro/a cidadão/ã trabalhador/a condições de inserção competente, tanto na vida social quanto no mundo de trabalho.

Essa competência está demarcada pela capacidade de articulação de diferentes saberes em distintas situações e, ainda, pela capacidade de vinculação ao uso das novas tecnologias e das implicações dadas pela era virtual.

Além disso, o desafio reside em utilizar essas capacidades com vistas a constituir um trabalho que expresse a sensibilidade solidária. Um trabalho que agregue às competências técnicas e profissionais o sentido ético da existência humana.

Bases Pedagógicas

A realização de estratégias pedagógicas que deem conta de formar um/a profissional cidadão/ã responsável constitui-se num fator fundamental. É importante que a articulação realizada entre os pressupostos dados pela política de educação nacional, a política de formação das instituições de ensino superior e a proposta de formação específica da área do Serviço Social permita a criação de espaços para práticas formativas sintonizadas com a realidade atual.

A instauração de pedagogias de ensino sustentadas pela pesquisa e por novas formas de gestão do ensino, a criação de propostas de cursos que instrumentalizem o/a trabalhador/a na área de seu interesse, a criação de espaços

acadêmicos que vinculem, cada vez mais, a formação profissional à realidade instaurando uma postura de responsabilidade social, são algumas alternativas de sintonia com as demandas atuais.

A criação desses espaços implica redefinir parâmetros de formação. Formar para competência implica, nessa redefinição, extrapolar a apropriação de conteúdos e privilegiar a instauração de posturas éticas e habilidades que permitam o manuseio criativo e competente do universo informacional.

Dessa maneira, a formação está sendo entendida como a vivência de um processo experiencial que incide nos dispositivos internos do sujeito, implicando um processo no qual “em vez de acumular o saber, é mais importante dispor ao mesmo tempo de: uma aptidão geral para colocar e tratar os problemas; princípios organizadores que permitam ligar os saberes e lhes dar sentido” (MORIN, 2002, p. 21). Em outras palavras, significa dizer que a formação está associada a mudanças de *habitus*.

Para Bourdieu (1998, p. 61), “[...] o *habitus*, como indica a palavra, é um conhecimento adquirido e também um haver, um capital (de um sujeito transcendental na tradição idealista) o *habitus*, a *hexis*, indica a disposição incorporada, quase postural”. Nessa perspectiva, a formação não é apenas

[...] um processo que se baseia ‘num conjunto de conhecimentos teóricos e práticos ligados a um ofício/ a uma profissão’, mas também como um processo que é capaz de instaurar ‘um conjunto de disposições, de saber-ser, de atitudes, de formas de pensamento e de expectativas adquiridas enquanto se aprende uma profissão ou uma técnica’ (DESAULNIERS, 1998, p. 12).

Diante disso, formar assistentes sociais para o tempo atual implica rupturar e instaurar *habitus*. A formação de *habitus* – científico e profissional – está associada a ações pedagógicas intencionais e em número suficiente para construir dispositivos relativos à prática científica e da área profissional em questão.

Essas práticas viabilizam a intervenção competente dos/as agentes sociais no tratamento e na forma de atendimento dado às demandas da era atual. A diversidade dos elementos que compõem a realidade atual, o caráter inusitado do percurso dos fenômenos, a incerteza, a velocidade das transformações, a emergência de valores e culturas diversas demandam uma compreensão a partir de uma perspectiva complexa.

Garantir a complexidade na apreensão do real e no estabelecimento de formas de intervenção é condição imprescindível para uma inserção competente na realidade. A ação competente e, portanto, calcada em uma visão de complexidade e sintonizada com os movimentos da era digital, é uma necessidade para todas as práticas sociais.

A competência está sendo compreendida como

[...] a existência de recursos mobilizáveis, mas não se confunde com eles, pois se acrescenta aos mesmos ao assumir sua postura em sinergia com vistas a uma ação eficaz em determinada situação complexa. Ela acrescenta o valor de uso dos recursos mobilizados, assim como uma receita culinária engrandece seus ingredientes, pois os ordena, relaciona-os, funde-os em uma totalidade mais rica do que sua simples união aditiva (PERRENOUD, 1999, p. 28).

Assim, a formação para competência implica a formação em tempo real. Isso requer a criação de espaços e dispositivos formativos que permitam à experiência prática realizar-se em situações e condições próprias da realidade, no nosso entendimento, espaços de *Atelier*.

Acreditamos na importância de que a experiência prática esteja articulada ao processo de formação de maneira a não ficar relegada somente aos momentos oficiais de estágio. Por essa razão, algumas disciplinas da matriz curricular possuem parte de sua carga horária voltada a práticas. Esse conjunto de disciplinas compõe o Laboratório de Práticas em Serviço Social.

Além disso, busca-se desenvolver estratégias que instaurem um saber construído na relação teórico-prática, através da realização de experiências autênticas. A emergência de práticas docentes que busquem o estabelecimento de formas de relação mais emancipatórias e menos violadoras evidencia a possibilidade do novo, do diferente e do inovador. Tais práticas permitem uma formação voltada para uma competência solidária e cidadã.

Entende-se, nesse sentido, que o desafio reside em desenvolver, nas práticas formativas, uma série de habilidades, expressas em diferentes competências, alicerçadas nas concepções de Pierre Lévy, Philippe Perrenoud e Edvaldo Farias. Partindo das posições de Farias (2003) é possível destacar:

- a) competência social, expressa pela capacidade de “estabelecer relações entre as esferas do saber e social; transferir conhecimentos e

aprendizados advindos da experiência de vida cotidiana para o trabalho e vice-versa; capacidade de criticidade frente à realidade alicerçada na dimensão ética”;

- b) competência cognitiva consubstanciada na capacidade de “aprender a aprender; aprender a pensar estrategicamente; responder criativamente a situações novas e inusitadas; agir pró-ativamente”;
- c) competência comportamental evidenciada na capacidade de “flexibilidade a mudanças; compromisso consigo e com o grupo; senso inovador; espírito de iniciativa diante de situações inusitadas; atenção seletiva”;
- d) competência relacional incide na capacidade de “discutir em bases positivas os problemas do grupo; apresentar ideias que facilitem o entendimento e a solução de problemas de forma simplificada; comunicar-se de forma grupal ou intergrupal buscando estabelecer parcerias com pessoas que tenham objetivos comuns; dialogar, negociar, argumentar, questionar buscando soluções pautadas na solidariedade e respeito mútuo”;
- e) competência organizacional traduzida na capacidade de “organizar o trabalho de acordo com os níveis de importância; estabelecer métodos próprios de planejamento, execução e controle dos próprios processos de trabalho; gerenciar seu próprio tempo e espaço de trabalho; otimizar atividades e suprimir tarefas desnecessárias”.

Em relação à competência digital é possível buscar parâmetros em Lévy (1998), tais como: competência digital expressa pela alteração na forma de conceber o tempo, o espaço e mesmo os relacionamentos; pela capacidade de pensar na potencialidade e virtualidade dos fenômenos (antecipação); pelo reconhecimento e uso das redes de relação que constituem os fenômenos sociais; pelo uso da “máquina” – *software* e *hardware* – como instrumento para instaurar uma comunicação digitalizada; pelo o reconhecimento da “máquina” como uma ferramenta de ingresso e interação no mundo virtual, e pela instauração de uma disciplina / postura de relação com o mundo atual e real a partir da instauração de *habitus* alicerçado em habilidades da era digital.

O desenvolvimento das competências descritas até então contempla e amplia as competências pretendidas no projeto ético-político da categoria profissional de

Serviço Social, quais sejam: competência teórico-metodológica, competência ético-política e competência técnico-operativa.

Dessa forma, o/a profissional competente precisa adquirir uma forma complexa de conceber a realidade, um olhar e um pensar complexo. Para Morin,

[...] o pensamento complexo é, pois, essencialmente o pensamento que trata com a incerteza e que é capaz de conceber a organização. É o pensamento capaz de reunir (complexus: aquilo que é tecido conjuntamente), de contextualizar, de globalizar, mas, ao mesmo tempo, capaz de reconhecer o singular, o individual, o concreto (MORIN, 2000, p. 207).

Essa forma de pensar o mundo pode ser viabilizada através de uma formação que propicie rupturas e incorporação de habilidades, saberes e posturas inovadoras e diversificadas para lidar com as situações reais e potenciais que constituem a realidade complexa.

Assim, as práticas formativas necessitam se reorganizar de maneira a formar um novo homem. Para tanto, precisam ampliar a perspectiva da formação profissional incidindo então na formação mútua entre os/as agentes envolvidos/as no processo.

Essa reorganização não implica, entretanto, um afastamento das políticas de formação nacional, universitária e específica da área. Pelo contrário, demanda a sintonia entre todos esses elementos de maneira equilibrada e adequada às condições e necessidades atuais do mundo do trabalho, da área profissional e da sociedade-mundo. Nesse sentido, a formação assume para nós uma missão social e emancipatória que favorece a “[...] capacidade de inovar formas e maneiras de educar [...] juntar as competências sociais requeridas pelas atividades que inventarmos com a sensibilidade social necessária para a construção de um mundo, no qual caibam todos” (ASSMANN, 2000, p. 14).

Com essa perspectiva, compartilha-se com a ideia de que formar Assistentes Sociais que contribuam na constituição de uma sociedade-mundo mais humanitária, implica, por um lado, formar “[...] empreendedores capazes de tomar iniciativas inovadoras; e, pelo outro, seres humanos que entendam que a felicidade dos outros faz parte da sua própria felicidade” (ASSMANN, 2000, p. 14).

A síntese dessa concepção, que revela o diferencial do curso de Serviço Social do Centro Universitário Metodista – IPA pode ser explicitada pela visão e missão desse curso, quais sejam:

- a) Visão: ser reconhecido, na cidade de Porto Alegre e Região Sul, pela qualidade da formação acadêmica, cujos diferenciais pedagógicos se constituem como determinantes na formação do/a cidadão/ã e no desenvolvimento de competências profissionais e pessoais o que resulta na preferência dos diversos espaços de trabalho contemporâneos pelos estagiários/as e egressos/as do curso.
- b) Missão: ser um curso comprometido com a formação de profissionais competentes, com mentalidade empreendedora, visando à construção de uma sociedade mais solidária e a constituição de práticas emancipatórias, através de ações pautadas em valores éticos e humanos, com inteligência ecológica e responsabilidade social.

Os objetivos do Curso de Bacharelado em Serviço Social são os que seguem.

6.1 OBJETIVO GERAL

Concretizar o compromisso social da academia através da formação de um/a profissional cidadão/ã competente com mentalidade empreendedora através de práticas emancipatórias visando à construção de uma sociedade mais solidária com vistas a realizar uma intervenção social qualificada e alicerçada em pressupostos éticos e humanos.

6.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Os objetivos específicos do curso são:

- a) instaurar as bases de compreensão da realidade, estimulando o protagonismo durante o percurso da formação, atrelado aos diversos saberes para reconhecimento do seu *know-how* a fim de intervir junto às diversas situações;
- b) capacitar para o exercício simultâneo de reflexão, compreensão e intervenção profissional junto às instituições sociais;
- c) realizar ações de formação por meio de práticas de responsabilidade social que resultem em alterações concretas na comunidade;
- d) propiciar a contínua realização de atividades voltadas à instauração de um *habitus* científico;
- e) promover a permanente produção de saberes que respaldem a realização de práticas voltadas à resolutividade das problemáticas sociais;
- f) possibilitar o exercício da intervenção profissional durante todo o processo de formação acadêmica, construindo uma formação tecnicamente qualificada;
- g) instaurar a formação de um/a profissional com inteligência ecológica.

O curso de Serviço Social do Centro Universitário Metodista – IPA foi criado pela Resolução CONSUNI nº 61/2004 e teve sua renovação de reconhecimento pela Portaria nº 702, de 18/12/2013. O último ENADE realizado foi em 2013, o que resultou na nota 5 e no CPC 4. O curso tem regime semestral, com dois ingressos anuais. O período de integralização curricular é de oito semestres.

No contexto do Serviço Social, sabe-se que, no Brasil, o interesse e o investimento, tanto público quanto privado, na área social é recente. O investimento de organismos internacionais tem evidenciado a fragilidade nos recursos humanos para o desenvolvimento de um acúmulo de conhecimento e de práticas que alcancem uma resolutividade satisfatória. Cabe ressaltar que as demandas atuais para os/as profissionais em Serviço Social emergem da conjuntura nacional e internacional que passa por processos intensos de transformações do modo como se configuram as relações de uma sociedade globalizada.

No Rio Grande do Sul, a ascensão desse profissional foi ampliada pela normatização da Lei de Responsabilidade Social (Lei nº 11440/00). Essa lei desperta o interesse do empresariado gaúcho para gestão e criação de ações de responsabilidade social. Tal interesse consolida a ampliação de ações sociais, que por sua vez, requerem um profissional qualificado para essas práticas.

Além disso, na esfera pública encontramos solo fértil para absorção desse profissional. O Sistema Único de Assistência Social – SUAS, por exemplo, normatiza a necessidade de Assistentes Sociais vinculados a todos os programas sociais da esfera pública, com vistas à implementação da Política Nacional de Assistência Social – PNAS, descentralizada e participativa. Na área da saúde, o Ministério da Saúde tem investido maciçamente nos programas de saúde da família e comunitária, em estudos e análises territoriais e epidemiológicas com vistas à prevenção em saúde, bem como a grande oferta, na atualidade, de Programas de Residência Integrada e Multiprofissional em Saúde. Em ambas as áreas, somado a área da Previdência Social, constituindo a tríade da Seguridade Social, a implantação dos sistemas únicos – SUAS e SUS – respectivamente impõe a exigência de um profissional de Serviço Social qualificado e integrado com as dimensões teórica, política e técnica.

Atualmente a região metropolitana de Porto Alegre é formada por 4.032.062 habitantes (SEPLAG, 2015). O número de pessoas em situação de pobreza¹ chega a 306.651, representando 2,87% da população gaúcha. No caso do RS, quase dois terços (65,2%) dos extremamente pobres localizam-se em domicílios urbanos, enquanto os restantes (34,8%) estão no meio rural. Outro dado significativo refere-se à proporção de 13,7% de analfabetos nesse segmento, sendo que, entre a população gaúcha como um todo, esse percentual é de 4,5%.

No primeiro ranking (MARTINS, 2011), sobressaem-se os municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre, entre os 10 municípios com maior número de domicílios em extrema pobreza, encontram-se Porto Alegre (1º), Canoas (3º), Viamão (4º), Gravataí (5º), Alvorada (6º) e Novo Hamburgo (9º). Também fazem parte dessa lista os Municípios de Pelotas (2º), Rio Grande (7º), Santa Maria (8º) e Caxias do Sul (10º).

Essa realidade reforça a necessidade de profissionais da área para intervenções que materializem os preceitos e prerrogativas das legislações sociais, resguardando possibilidades de acesso aos direitos sociais legalmente normatizados.

Nesta perspectiva, ao se analisar o município de Porto Alegre, nos últimos cinco anos, verifica-se a implementação de 39 Centros de Referência de Assistência Social – CRAS; 16 Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS e 4 Centros de Referência Especializados de Assistência Social para População em Situação de Rua (SAGI, [s.d.]). Tais espaços são campos potenciais de intervenção profissional do Assistente Social.

Desse modo, na proporção em que crescem os desafios para o desenvolvimento, considerando as áreas social, econômica, de educação, entre outras, cresce a demanda por profissionais que possam responder a eles.

Nesse caso, considerada a exposição acima, o curso de Serviço Social do IPA visa ser reconhecido, na cidade de Porto Alegre e Região Sul, pela qualidade da formação acadêmica cujos diferenciais pedagógicos se constituem como determinantes na formação do cidadão e no desenvolvimento de competências

¹ Em termos da localização da extrema pobreza no RS, podem-se considerar tanto o ranking dos municípios gaúchos com maior quantidade absoluta de domicílios com renda de até R\$ 77,00 como o ranking daqueles com maior proporção de domicílios nessa situação.

profissionais e pessoais o que resulta na preferência dos diversos espaços de trabalho contemporâneos pelos estagiários e egressos do curso.

Nesse sentido, justifica-se a oferta do curso, na medida em há uma crescente necessidade de profissionais para desenvolver ações de trabalho voltadas aos processos de análise e intervenção junto às nuances da inclusão social. Para tanto, o Curso de Serviço Social do Centro Universitário Metodista – IPA desenvolve a formação profissional de seus/suas estudantes atendendo às diretrizes nacionais da área e agregando diferenciais ao processo formativo de seus futuros egressos.

Um dos diferenciais está na oferta de disciplina, já no primeiro semestre da matriz curricular, cujo fundamento central é o pressuposto da indissociabilidade entre concepção e ação, o que além de despertar o/a aluno/a para uma autoanálise, desencadeia um processo de aproximação com as bases paradigmáticas fundantes da ação profissional do Assistente Social na atualidade (Bases da Ação Profissional).

Outro diferencial a destacar são as disciplinas voltadas a viabilizar a formação do aluno para análise e comunicação, tendo em vista a transversalidade desses processos durante todas as práticas profissionais realizadas pelo assistente social (Processos Analíticos no Serviço Social e Processos Comunicacionais no Serviço Social).

Ressalta-se também a prática como eixo estruturante do currículo, abordada em diferentes disciplinas e modalidades em todos os semestres do curso. Ainda, as disciplinas Bases da Ação Profissional, Processos Analíticos no Serviço Social, Atelier de Análise de Processos Sociais, Instrumentais de Intervenção Profissional, Campos de Intervenção Profissional, Intervenção em Processos Pessoais, Intervenção em Processos Coletivos, Intervenção em Processos Profissionais e Intervenção em Processos Familiares buscam, através de experiências em campo, oportunizar o exercício da prática preparatório ao ingresso em estágio curricular obrigatório.

As disciplinas de Estágio Supervisionado em Serviço Social I e II e as disciplinas de Atelier de Práticas de Estágio I e II buscam oportunizar ao/a aluno/a a experimentação de práticas indispensáveis à qualidade das ações desenvolvidas pelo/a assistente social na atualidade. Cabe salientar também as disciplinas de Pesquisa em Serviço Social, Prática Científica no Serviço Social, Atelier de Pesquisa

e Atelier de Análise do Processo de Trabalho que visam desenvolver o espírito investigativo e a produção de conhecimento sobre a prática profissional realizada durante o estágio curricular obrigatório.

Como diferenciais da formação profissional desenvolvida podemos destacar ainda a existência, na estrutura do curso, de espaços específicos permanentes voltados a propiciar ao corpo discente o conhecimento e o desenvolvimento de práticas de Serviço Social. Além disso, voltados a dar visibilidade pública às ações formativas desenvolvidas pelo curso através do estabelecimento de parcerias institucionais, há o Laboratório do Curso de Serviço Social no qual são realizadas atividades de laboratório de práticas interventivas em Serviço Social e de laboratório de práticas formativas e investigativas em Serviço Social.

Além desses laboratórios, o curso conta ainda com a existência de espaços específicos construídos através de interlocuções inter e extra institucionais. Esses espaços, atualmente, são: o Núcleo de Serviço Social das Clínicas Integradas do IPA e o Núcleo de Apoio Sóciojurídico da Assistência Judiciária Voluntária da Justiça Federal do RS.

Por fim, podemos ainda destacar como diferencial da formação desenvolvida o fato do trabalho de conclusão de curso resultar de uma pesquisa sobre a prática de estágio curricular obrigatório. Essa experiência tem favorecido a formação e a apresentação de trabalhos em Salões de Iniciação Científica e a preparação para ingresso em cursos de pós-graduação – *lato e stricto sensu*.

Acredita-se que o curso de Serviço Social tem um compromisso com a formação de agentes com reconhecido engajamento social, o que vem ao encontro da filosofia instituída no Centro Universitário Metodista – IPA.

Além disso, a oferta noturna desse curso, com dois ingressos anuais, contribui para que o público adulto e trabalhador tenha ampliada as possibilidades de uma formação profissional nesta área. Ainda, a localização da IES favorece o acesso aos futuros estudantes advindos da população de Porto Alegre e região metropolitana.

8 PERFIL DO/A EGRESSO/A

O curso de Serviço Social do Centro Universitário Metodista – IPA pretende formar um/a profissional cujo perfil esteja em sintonia com o definido nas Diretrizes Curriculares da área (Resolução CNE/CES nº 15/02) e com os pressupostos de formação da instituição acadêmica e do curso.

Nesse sentido, pretende-se que o/a egresso/a do curso de Serviço Social do Centro Universitário Metodista – IPA possua:

- a) capacidade de, integrando as diversas dimensões da constituição do mundo, capturar as relações que configuram as diferentes formas de exclusão social sem, contudo, deixar de identificar as potencialidades contidas na realidade;
- b) capacidade de atuar nas expressões da questão social formulando e implementando propostas de intervenção para seu enfrentamento;
- c) capacidade de promover o exercício pleno da cidadania e a inserção criativa e propositiva dos/as usuários/as do Serviço Social no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho;
- d) capacidade de mobilizar, em sinergia, diferentes competências que permitirão uma intervenção voltada para a superação das formas de exclusão e a construção de espaços marcados por relações sociais emancipatórias;
- e) capacidade de plasticidade frente às velozes mudanças do complexo mundo do trabalho, mantendo uma postura ética e solidária.

8.1 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

Gerais

A formação profissional deve viabilizar uma capacitação teórico-metodológica e ético-política, como requisito fundamental para o exercício de atividades técnico-operativas, com vistas à:

- a) compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;

- b) identificação das demandas presentes na sociedade, visando a formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social;
- c) utilização dos recursos da informática.

Específicas

A formação profissional deverá desenvolver a capacidade de:

- a) elaborar, executar e avaliar planos, programas e projetos na área social;
- b) contribuir para viabilizar a participação dos/as usuários/as nas decisões institucionais;
- c) planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais;
- d) realizar pesquisas que subsidiem formulação de políticas e ações profissionais;
- e) prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública, empresas privadas e movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais e à garantia dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;
- f) orientar a população na identificação de recursos para atendimento e defesa de seus direitos;
- g) realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre matéria de Serviço Social.

9 CURRÍCULO DO CURSO

A concretização dos pressupostos teóricos e pedagógicos deste Projeto Pedagógico tem íntima relação com a garantia de algumas condições operacionais, isso porque a formação aqui concebida demanda, além de rupturas e instauração de *habitus*, o desenvolvimento de competências.

No que se refere ao *habitus*, o processo de reestruturação planejado neste projeto envolve principalmente três movimentos: a identificação do *habitus* pessoal e profissional, a promoção de rupturas das disposições que não estão em sintonia com os pressupostos de compreensão e vivência na sociedade-mundo e o fortalecimento / instauração de um *habitus* científico e profissional que oportunize ao sujeito uma inserção ética e socialmente responsável.

A necessidade de realização de um processo formativo que incida na reestruturação de *habitus* permite também o desenvolvimento de competências que oportunize ao/à futuro/a profissional a ampliação de suas possibilidades de inserção no complexo mundo do trabalho.

Este mundo, ao mesmo tempo, que se altera, modifica as demandas para formação profissional. Essa alteração, que resulta também da influência da cibercultura nas formas de relação com o saber, tem como algumas de suas evidências as que seguem: ampliação dos espaços de formação superior; educação a distância; profissionalização mais dirigida a tecnologias específicas e viabilização de acesso a população tradicionalmente excluída (idosos, portadores de deficiência, negros, índios etc.).

Esse movimento, ao mesmo tempo em que democratiza o acesso ao saber, coloca a necessidade e o desafio de criar dispositivos que possam, ao otimizar potencialidades na diversidade dos/as formandos/as, alcançar a identidade profissional desejada.

A formação profissional tradicional no Serviço Social vem, por vezes, privilegiando o período de estágio curricular como o principal espaço para instauração de um *habitus* profissional. Como já explicitado nos pressupostos pedagógicos, pretende-se romper com essa ideia à medida que se planejam outros espaços para a instauração de um *habitus* científico e profissional alicerçado na ruptura e instauração de disposições pessoais.

Para isso entende-se que, da mesma maneira que o *habitus* pessoal se corporifica ao longo da socialização primária, é preciso criar condições de repetição e vivência concreta de situações que paulatinamente viabilizem sua reestruturação. Essa reestruturação, com vistas a instauração do *habitus* científico e profissional, requer diferentes ações em diferentes momentos da formação profissional.

Nesta perspectiva, a matriz curricular está construída de forma a permitir uma correlação entre as disciplinas e os semestres, constituindo um campo de formação que garanta, já no primeiro semestre, a realização de ações planejadas com vistas à ruptura de *habitus* não sintonizados com a identidade profissional.

Acredita-se que a oferta, no primeiro semestre, das disciplinas de Ética Profissional no Serviço Social, Bases da Ação Profissional e Introdução ao Serviço Social, que expressam os conhecimentos associados ao Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional aliada à disciplina de Formação Sócio-Histórica do Brasil, que materializa os conhecimentos do Núcleo de Fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira, possibilita o acesso dos/as alunos/as à compreensão indissociável dos Núcleos de Fundamentação da formação profissional expressas nas Diretrizes Curriculares.

No segundo e terceiro semestres, a disciplina de Filosofia, introduz os conhecimentos do Núcleo de Fundamentos Teórico-metodológicos da Vida Social. Agregadas a ela, tem-se as disciplinas de Fundamentos do Serviço Social e Processos Analíticos no Serviço Social que visam ampliar as possibilidades de instauração do *habitus* científico e profissional a ser fortalecido através das disciplinas de Pesquisa em Serviço Social, Prática Científica no Serviço Social, Atelier de Pesquisa e Trabalho de Conclusão de Curso, situadas no sexto, sétimo e oitavo semestre respectivamente.

Os conhecimentos do Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional, estudados no conjunto das disciplinas anteriormente relacionadas, associam-se aos conhecimentos do Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da sociedade brasileira, contidos nas disciplinas de Teorias Sociológicas, Teoria e Economia Política, Antropologia, Mundo do Trabalho e Questão Social. Tal associação revela a continuidade e a transversalidade dos saberes evidenciando o compromisso do Projeto Pedagógico na matriz curricular do curso com os preceitos

das diretrizes da área e com os princípios do projeto ético-político da profissão de Serviço Social.

O Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional ganha maior evidência a partir do quarto semestre, quando são ofertadas as disciplinas de Fundamentos do Processo de Trabalho do Serviço Social, Instrumentais de Intervenção Profissional, Intervenção em Processos Pessoais, Coletivos, Familiares e Profissionais e Campos de Intervenção Profissional. Tais disciplinas consolidam a ideia de que o trabalho profissional possui uma identidade que lhe é inerente.

Dando continuidade a articulação entre os Núcleos de conhecimentos perseguidos no processo de formação, no sexto e sétimo semestres, nos quais estão situadas as disciplinas de Estágio Supervisionado em Serviço Social I e II, o mesmo movimento de instauração do *habitus* científico e profissional é garantido pela existência do Atelier de Prática de Estágio. Nele pretende-se garantir a indissociabilidade entre a teoria e a prática, reforçando a necessidade de conceber o processo de trabalho do serviço social como uma ação que requer um movimento intencional de análise de práticas a fim de produzir conhecimento.

No trabalho de conclusão de curso é possível materializar e evidenciar o processo de formação consolidado pelos três núcleos de fundamentos que orientam o processo de formação do/a assistente social, recomendado pela ABEPSS e expresso nas diretrizes curriculares.

O corpo docente participa dos mesmos movimentos de ruptura e instauração de *habitus*. Entretanto, estando em um lugar diferenciado do corpo discente e tendo funções distintas desses, busca desenvolver, em conjunto, ações que garantam a sua formação continuada, dentre elas:

- a) planejamento conjunto das disciplinas de cada semestre do curso, oportunizando assim o desenvolvimento da noção de responsabilidade e o reconhecimento necessário em relação a todo o processo de formação;
- b) reuniões de aprimoramento do *habitus* científico e profissional;
- c) realização de pesquisas institucionais e interinstitucionais;
- d) inserção em ações extensionistas da instituição;
- e) produção e publicização em eventos científicos dos saberes construídos a partir da pesquisa científica e da prática docente.

- f) desenvolvimento de ações de intercâmbios nacionais e internacionais com diferentes espaços de formação e intervenção na realidade.

No que se refere ao desenvolvimento de competências, acredita-se na importância de garantir ações pedagógicas que, de forma permanente, coloquem o/a aluno/a em situações reais, oportunizando ao/à mesmo/a o reconhecimento das competências que já possui, o aprimoramento das que evidenciam necessidade de desenvolvimento e a instauração daquelas que se mostram ausentes.

Para tanto, entende-se que cada disciplina constitui-se em um espaço de realização dessas ações. Nesse sentido, é interessante que todas as disciplinas mantenham a preocupação com o desenvolvimento de todas as competências pretendidas mesmo que, em função da peculiaridade do seu conteúdo, privilegiem algumas mais diretamente.

As competências cognitivas e digitais são privilegiadas por todas as disciplinas da matriz curricular. Espera-se que tais competências sejam desenvolvidas através de atividades como: vídeo conferências, *chats* de discussão, criação e manutenção de páginas na rede, ações de aprendizado aberto à distância, dramatizações, análises, simulações, exploração contextual por mapas dinâmicos de dados e outras.

As competências organizacionais são mais diretamente trabalhadas nas disciplinas de Introdução ao Serviço Social, Processos Analíticos no Serviço Social, Gestão Estratégica de Competências, Processos Comunicacionais no Serviço Social, Gestão de Políticas e Programas Sociais, Pesquisa em Serviço Social, Atelier de Prática de Estágio I e II, Produção Textual no Serviço Social, Prática Científica no Serviço Social e Trabalho de Conclusão de Curso.

As competências sociais são mais diretamente desenvolvidas nas disciplinas de Ética Profissional no Serviço Social, Bases da Ação Profissional, Teorias Sociológicas, Formação Sócio-Histórica do Brasil, Processos Analíticos no Serviço Social, Política Social, Fundamentos do Serviço Social, Movimentos Sociais, Questão Social, Fundamentos do Processo de Trabalho do Serviço Social, Responsabilidade Social, Intervenção em Processos Pessoais, Coletivos, Familiares e Profissionais, Campos de Intervenção Profissional e Fenômenos de Intervenção Profissional I e II.

Com relação às competências relacionais vislumbra-se seu desenvolvimento prioritariamente nas disciplinas de Atelier de Práticas de Estágio I e II e Atelier de Pesquisa. No que se refere às competências comportamentais, as disciplinas envolvidas mais diretamente são as de Ética Profissional no Serviço Social, Bases da Ação Profissional, Processos Comunicacionais no Serviço Social, Produção Textual no Serviço Social, Empreendedorismo e Serviço Social e Atelier de Análise de Processo de Trabalho.

As disciplinas de Estágio Supervisionado em Serviço Social I e II são o espaço de identificação e análise do *habitus* científico e profissional instaurados e das competências desenvolvidas durante o processo de formação. Essa análise será possível através do exercício profissionalizante sistematizado do/a aluno/a e acompanhado através da supervisão acadêmica e de campo.

Por fim, no que se refere às competências técnicas, próprias da área profissional, compreendidas na articulação permanente das dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política, prioriza-se seu desenvolvimento em todas as disciplinas e espaços acadêmicos e formativos do curso.

9.1 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O curso tem regime semestral, com dois ingressos anuais. O período de integralização curricular é de oito semestres. A matriz curricular do curso é constituída de 47 disciplinas totalizando 3.024 horas, nas quais estão incluídas 504 horas de estágio supervisionado. Além disso, acrescentam-se 120 horas de atividades complementares, totalizando 3.144 horas.

O projeto do curso prevê 504 horas de estágio, alcançando um percentual de 16,8%, o que se acredita contribuir para a qualidade do processo uma vez que se reconhece e se entende a importância do *tempo* no processo de maturação do/a profissional.

As disciplinas, no curso regular, estão distribuídas em oito semestres, ministradas de segunda a sexta-feira. As práticas, de estágios e das demais disciplinas, são realizadas durante o período diurno. Exceções são analisadas pelo colegiado do curso.

As disciplinas do 1º ao 4º semestre são autônomas, apesar de

interdependentes e complementares. Nesse sentido, o/a aluno/a pode cursar as disciplinas sem ter que, obrigatoriamente, seguir a sequência da matriz curricular. As disciplinas do 5º semestre destinam-se ao preparo do/a aluno/a para o ingresso em estágio curricular obrigatório.

As práticas das disciplinas de 1º a 5º semestre são parte da carga horária do currículo, portanto, obrigatórias e sua realização é uma das condições para aprovação nas disciplinas as quais estão vinculadas. O desenvolvimento das práticas destinadas a cada semestre, organizado e acompanhado pelo Laboratório do Curso de Serviço Social, exige a disponibilidade dos/as alunos/as para experiências em campo em turnos distintos dos de sala de aula e frequência dos/as alunos/as em todas as atividades designadas a cada disciplina prática do currículo.

No 6º e no 7º semestre da matriz curricular, encontram-se as disciplinas de Estágio Supervisionado I (252 horas), Atelier de Práticas de Estágio I (36 horas), Estágio Supervisionado II (252 horas) e Atelier de Práticas de Estágio II (36 horas). Os estágios curriculares obrigatórios exigem, como meio de ruptura e instauração de *habitus*, um processo de supervisão da prática profissionalizante e da implicação do/a aluno/a no seu processo formativo.

No 8º semestre localizam-se as disciplinas voltadas à elaboração do TCC, quais sejam: Trabalho de Conclusão de Curso (144 horas), Atelier de Análise de Processo de Trabalho (36 horas) e Atelier de Pesquisa (72 horas). O TCC necessariamente deve resultar da problematização e sistematização da prática realizada em estágio curricular obrigatório e sob supervisão de um/a professor/a assistente social.

Diante dessas colocações, evidencia-se a necessidade de que as disciplinas de estágio, ateliers e TCC, do 6º, 7º e 8º semestres, sejam cursadas na sequência em que se encontram na matriz curricular.

Por fim, atendendo ao que dispõem o Parecer CNE/CES nº 261/2006 e a Resolução CNE/CES nº 3/2007, quanto à *carga horária mínima dos cursos superiores mensurada em horas*, o trabalho acadêmico efetivo é registrado no Sistema Integrado de Gestão de Acadêmica (SIGA), especificando-se as:

- a) preleções e aulas expositivas presenciais, coordenadas e mediadas efetivamente pelo/a docente em sala de aula;

- b) atividades práticas supervisionadas (APS) e acompanhadas pelo/a professor/a, desenvolvidas externamente à sala de aula.

	CARGA HORÁRIA
DISCIPLINAS	2.520
ESTÁGIO SUPERVISIONADO	504
ATIVIDADES COMPLEMENTARES	120
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO	3.144

9.2 MATRIZ CURRICULAR

Sem.	Disciplina	C.H. Teórica	C.H. Prática	C.H. Total	Créditos
1º	Introdução ao Serviço Social	72		72	4
	Ética Profissional no Serviço Social	72		72	4
	Bases da Ação Profissional	90	18	108	6
	Princípios e Diretrizes do SUS	36		36	2
	Formação Sócio-Histórica do Brasil	72		72	4
	TOTAL	342	18	360	20
Carga Horária Semestral				360	20
2º	Fundamentos do Serviço Social	72		72	4
	Teorias Sociológicas	72		72	4
	Cultura Religiosa (Semipresencial)	36		36	2
	Processos Analíticos no Serviço Social	54	18	72	4
	Teoria e Economia Política	36		36	2
	Antropologia (Semipresencial)	36		36	2
	Filosofia (Semipresencial)	36		36	2
	TOTAL	342	18	360	20
Carga Horária Semestral				360	20
3º	Processos Comunicacionais no Serviço Social	72		72	4
	Gestão Estratégica de Competências	36		36	2
	Mundo do Trabalho	36		36	2
	Movimentos Sociais	36		36	2
	Questão Social	72		72	4
	Atelier de Análise de Processos Sociais	54	18	72	4
	Psicologia Social	36		36	2
	TOTAL	342	18	360	20
Carga Horária Semestral				360	20
4º	Política Social	72		72	4
	Responsabilidade Social	72		72	4
	Fundamentos do Processo de Trabalho do Serviço Social	72		72	4
	Instrumentais de Intervenção Profissional	54	18	72	4
	Redes Sociais	36		36	2
	Direito e Legislação Social	36		36	2
	TOTAL	342	18	360	20
Carga Horária Semestral				360	20
5º	Campos de Intervenção Profissional	27	9	36	2

	Psicopatologia	72		72	4
	Intervenção em Processos Pessoais	54	18	72	4
	Intervenção em Processos Familiares	54	18	72	4
	Intervenção em Processos Coletivos	54	18	72	4
	Intervenção em Processos Profissionais	27	9	36	2
	TOTAL	288	72	360	20
Carga Horária Semestral				360	20
6º	Gestão de Políticas e Programas Sociais	36		36	2
	Fenômenos de Intervenção Profissional I	36		36	2
	Pesquisa em Serviço Social	72		72	4
	Atelier de Práticas de Estágio I	27	9	36	2
	Estágio Supervisionado em Serviço Social I		252	252	14
	TOTAL	171	261	432	24
Carga Horária Semestral				432	24
7º	Fenômenos de Intervenção Profissional II	36		36	2
	Produção Textual no Serviço Social	36		36	2
	Prática Científica no Serviço Social	54	18	72	4
	Atelier de Práticas de Estágio II	27	9	36	2
	Estágio Supervisionado em Serviço Social II		252	252	14
	TOTAL	153	279	432	24
Carga Horária Semestral				432	24
8º	Questões Contemporâneas e Serviço Social	36		36	2
	Optativa/Eletiva	36		36	2
	Atelier de Pesquisa	54	18	72	4
	Empreendedorismo e Serviço Social	36		36	2
	Atelier de Análise de Processo de Trabalho	27	9	36	2
	Trabalho de Conclusão de Curso	36	108	144	8
	TOTAL	225	135	360	20
Carga Horária Semestral				360	20
Total das Disciplinas				3.024	
Atividades Complementares				120	
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO				3.144	

Disciplinas Optativas/Eletivas	Carga Horária	Créditos
Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS I	36	2
Direitos Humanos	36	2
Direito Ambiental	36	2
Seminário: Comunicação, Gênero e Direitos Humanos	36	2
Leitura e Produção Textual	36	2

9.3 ORGANIZAÇÃO DAS DISCIPLINAS POR ÁREA DE CONHECIMENTO

Para melhor visualizar a organização das disciplinas da matriz curricular a partir da área em que se enquadram e da sua distribuição de carga horária, segue o quadro abaixo:

ÁREA	DISCIPLINA	C.H.
Saúde	Princípios e Diretrizes do SUS	36
Humanísticas	Filosofia Antropologia Cultura Religiosa	108
Serviço Social	Introdução ao Serviço Social Ética Profissional no Serviço Social Bases da Ação Profissional Fundamentos do Serviço Social Processos Analíticos no Serviço Social Processos Comunicacionais no Serviço Social Gestão Estratégica de Competências Mundo do Trabalho Movimentos Sociais Questão Social Política Social Responsabilidade Social Fundamentos do Processo de Trabalho do Serviço Social Instrumentais de Intervenção Profissional Redes Sociais Direito e Legislação Social Campos de Intervenção Profissional Intervenção em Processos Pessoais Intervenção em Processos Familiares Intervenção em Processos Coletivos Intervenção em Processos Profissionais Gestão de Políticas e Programas Sociais Fenômenos de Intervenção Profissional I Pesquisa em Serviço Social Fenômenos de Intervenção Profissional II Produção Textual no Serviço Social Prática Científica no Serviço Social Questões Contemporâneas e Serviço Social Empreendedorismo e Serviço Social Trabalho de Conclusão de Curso	1800
Psiquiatria	Psicopatologia	72
História	Formação Sócio-Histórica do Brasil	72
Psicologia	Psicologia Social	36
Economia	Teoria e Economia Política	36
Sociologia	Teorias Sociológicas	72
Atelier de Práticas em Serviço Social	Atelier de Análise de Processos Sociais Atelier de Práticas de Estágio I Atelier de Práticas de Estágio II Atelier de Análise de Processo de Trabalho Atelier de Pesquisa	252
Estágio	Estágio Supervisionado em Serviço Social I Estágio Supervisionado em Serviço Social II	504
Disciplinas Optativas/Eletivas	Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS I Leitura e Produção Textual Seminário: Comunicação, Gênero e Direitos Humanos Direito Ambiental Direitos Humanos	36

9.4 ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO

O estágio em Serviço Social é uma atividade curricular obrigatória, com carga horária total de 504 horas, distribuídas em dois semestres, que se configura a partir da inserção do/a aluno/a no espaço sócio ocupacional, objetivando preparar para o exercício profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Essa supervisão necessita ser feita conjuntamente por Assistente Social professor/a, que é denominado Supervisor/a Acadêmico/a, e por profissional Assistente Social do campo, com base em planos de estágio elaborados em conjunto pelas unidades de ensino e organizações que oferecem campo de estágio.

É objetivo geral do estágio supervisionado inserir o/a aluno/a no campo da prática profissional com vistas à realização do processo de trabalho do Serviço Social, oportunizando uma situação real de intervenção profissional, passível de análise e avaliação do processo de trabalho sob supervisão. Para tanto, são observados os seguintes objetivos específicos:

- a) desenvolver competências sociais no que se refere ao estabelecimento de relações entre as esferas do saber a fim de transferir conhecimentos e aprendizados advindos da experiência de vida cotidiana para o trabalho e vice-versa;
- b) aprimorar a capacidade de criticidade do/a aluno/a frente à realidade alicerçada na dimensão ética;
- c) estimular a pensar estrategicamente, respondendo criativamente a situações novas e inusitadas;
- d) oportunizar um agir pró-ativo;
- e) possibilitar a discussão em bases positivas, apresentando ideias que facilitem o entendimento e a solução de problemas de forma objetivada.

Cabe destacar que a disciplina de Estágio Supervisionado em Serviço Social está diretamente vinculada à disciplina de Atelier de Práticas de Estágio. Por essa razão, as duas disciplinas devem ser cursadas concomitantemente, e só estão aptos/as a cursá-las os/as alunos/as que tenham todas as disciplinas anteriores cursadas e aprovadas.

A supervisão acadêmica ocorre de maneira sistemática, alternando entre supervisão individual e supervisão grupal. Considerando a particularidade no

acompanhamento pedagógico a ser realizado em supervisão acadêmica junto ao/a estudante, a supervisão desenvolvida pelo/a professor assistente social não deve exceder em número de 8 alunos e deverá resguardar a designação de 30min semanal por aluno para acompanhamento do processo pelo docente.

Esse processo é complementado pela disciplina de Atelier de Práticas de Estágio, a qual se destina ao estudo e desenvolvimento de questões que alicerçam a prática e a inserção do/a aluno/a no campo, visando tanto consolidar sua identidade e competência profissional quanto produzir conhecimento acerca da experiência profissionalizante vivenciada.

É um espaço no qual os alunos, ao interagirem com um grupo mais amplo e não tão próximo, se veem diante da necessidade e da possibilidade de desenvolver mais diretamente as competências relacionais, organizacionais, comportamentais, sociais e cognitivas.

A especificidade da realização do processo de trabalho do Serviço Social, como já referido, requer uma supervisão e avaliação sistemática. Além disso, a avaliação desse processo é contínua e baseada na avaliação dos diversos instrumentos pedagógicos, quais sejam: diário de campo, relatórios de intervenção e dossiê de estágio.

A avaliação do Assistente Social de Campo é constituída de um parecer sem atribuição de nota, construído a partir de um instrumento enviado para os campos de estágio.

As notas finais de estágio e das disciplinas de Atelier de Práticas de Estágio I e II são definidas em reunião de supervisores/as acadêmicos/as e professores/as de Atelier de Práticas de Estágio, após terem sido concluídos todos os processos de avaliação (relatórios finais, pôsteres, bancas de estágio, avaliação de competências, avaliação de instrumentos pedagógicos e avaliação individual feita pelos/as assistentes sociais supervisores /as dos campos).

9.5 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem sua regulamentação expressa no Manual de TCC do curso. Em termos gerais, cabe destacar que o TCC no curso de Serviço Social é apresentado sob forma de monografia resultante de pesquisa

documental sobre a prática desenvolvida em estágio curricular obrigatório. Por essa razão, a estrutura e o conteúdo da monografia referida deverá contemplar a apresentação da proposta de pesquisa do estudante e os respectivos resultados encontrados a partir da análise do processo de trabalho desenvolvido no decorrer dos dois estágios curriculares obrigatórios.

A disciplina de TCC está localizada no 8º semestre da matriz curricular e constitui-se de 144 horas. Vale ressaltar que essas 144 horas condensam o tempo de encontro semanal com o/a orientador/a e o tempo de realização das atividades e tarefas combinadas em orientação.

Além disso, a disciplina de TCC pertence a tríade de disciplinas que dão sustentação à elaboração do TCC, quais sejam: TCC, Atelier de Pesquisa e Atelier de Análise de Processo de Trabalho. Dessa maneira, a matrícula deve ocorrer nas três disciplinas e a aprovação nas mesmas está condicionada a uma avaliação conjugada entre elas.

A produção dos saberes evidenciados no TCC inicia-se com a construção do projeto de pesquisa sobre a prática de estágio curricular obrigatório. Nessa medida, na disciplina de Prática Científica no Serviço Social, o/a aluno/a construirá seu projeto de pesquisa tendo como unidade de análise sua experiência de estágio curricular obrigatório. A realização concomitante dessa disciplina com o Estágio Supervisionado em Serviço Social II permite que o/a aluno/a, ainda em campo, possa aprimorar a definição da problemática de pesquisa de seu TCC.

Ao iniciar o 8º semestre, o/a aluno/a começa a execução de sua pesquisa, tendo como suporte didático as disciplinas de Atelier de Pesquisa e Atelier de Análise de Processo de Trabalho. Em Atelier de Pesquisa, ele/a executará seu projeto tendo como fontes de coleta de dados a documentação da prática de estágio. Na disciplina de Atelier de Análise de Processo de Trabalho, o/a aluno/a resgata o processo de trabalho desenvolvido na experiência de estágio e sobre o qual a pesquisa do TCC se propõe a analisar. Nessa perspectiva, as duas disciplinas vão construindo um lastro que permite ao/a aluno/a, na disciplina de TCC, conceber seu trabalho com intensa articulação teórico-prática e socializar, através da produção escrita e da apresentação oral, elementos da identidade profissional construída na formação acadêmica.

Em decorrência dessa proposta pedagógica, o/a aluno/a não poderá matricular-se em nenhuma das três disciplinas que sustentam a elaboração do TCC sem ter cursado e sido aprovado em Estágio Supervisionado em Serviço Social I e II (252 horas cada, 6º e 7º semestres, respectivamente), Atelier de Estágio I e II (36 horas, 6º e 7º semestres, respectivamente) e Prática Científica no Serviço Social (72 horas, 7º semestre). No mesmo sentido, a realização concomitante de alguma dessas disciplinas com a tríade de disciplinas que sustenta a elaboração do TCC não é permitida.

O processo de orientação de TCC é desenvolvido por um/a professor/a assistente social e apresentado a uma banca examinadora composta por dois/duas professores/as do IPA: um/a indicado/a pelo colegiado do curso e outro/a convidado/a pelo/a aluno/a em concordância com seu/sua orientador/a. Pelo menos um membro da banca deverá ser assistente social.

A apresentação escrita deverá observar as normas técnicas de apresentação de trabalho científico e será entregue em quatro vias impressas e uma cópia em arquivo digitalizado. A entrega do TCC ao colegiado do curso será protocolada e os encaminhamentos referentes à distribuição das cópias aos integrantes da banca e campo de estágio ocorrerá conforme fluxos definidos no Manual de TCC do curso. Cada via impressa deverá estar acompanhada do parecer do/a orientador/a sobre o processo de orientação do/a aluno/a.

Para aprovação, o/a aluno/a deverá ter sido avaliado/a com nota final mínima de 7,0 (sete). A nota final será composta pela média das notas das apresentações escrita e oral. Essas notas serão atribuídas pela banca examinadora com base em critérios pré-estabelecidos e descritos no Manual de TCC do Curso de Serviço Social. A disponibilização do TCC para consulta no acervo da Biblioteca da instituição acadêmica estará condicionada a indicação da banca, o que estará descrito na ata de avaliação.

9.6 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

O curso de Serviço Social possui em sua organização curricular a previsão de 120 horas de Atividades Complementares (AC). Essas serão orientadas pela coordenação do curso, e deverão atender basicamente três eixos: Ensino, Pesquisa,

Extensão. A ideia é ampliar as possibilidades de circulação dos/as alunos/as em formação em diferentes espaços de produção de conhecimento, a fim de que aprendam a identificar diversos espaços sociais como produtores de saberes transferíveis, aproximando a realidade da comunidade em que vivem bem como podendo ainda durante o processo de formação já se aproximarem do real, com um olhar crítico.

As Atividades Complementares serão avaliadas pelo/a coordenador/a de curso obedecendo às regras institucionais e do curso. Conforme regulamentação institucional, as Atividades Complementares são parte integrante do currículo dos cursos atendendo ao disposto pelo Conselho Nacional de Educação nas respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais.

As Atividades Complementares têm cargas horárias diferenciadas para cada curso e são realizadas ao longo do mesmo, sendo uma das dimensões do Projeto Pedagógico que garante a articulação teoria-prática.

Consideram-se Atividades Complementares para os efeitos previstos pelas propostas curriculares dos cursos aquelas que, guardando relação de conteúdo e forma com atividades de cunho acadêmico, representem instrumentos válidos para o aprimoramento da formação básica e profissional do/a futuro/a assistente social.

O aproveitamento das Atividades Complementares ocorre por meio da avaliação do/a coordenador/a de curso e segue ao disposto em regulamento específico.

Grupo 1: Ensino

Nº	Descrição da atividade	CH Mínima	CH Máxima	CH máxima por atividade
1	Monitoria em disciplinas ou laboratórios em áreas afins da formação do curso.	20	20	20
2	Estágios curriculares não obrigatórios realizados em atividades relacionadas à área profissional.	20	20	40
3	Realização de curso de língua estrangeira (com aprovação) realizado e/ou finalizado durante a graduação.	10 (curso incompleto)	20 (curso completo)	20
4	Disciplinas cursadas em outros cursos ou outras instituições.	20	20	40
5	Participação em cursos de extensão do Serviço Social e/ou de áreas afins (mínimo 20h).	20	20	80
6	Participação em semanas acadêmicas, seminários, palestras, jornadas e outras	2	20	60

	atividades promovidas pelo IPA observando alternância em relação ao horário do curso em que está matriculado/a.			
7	Participação em semanas acadêmicas, seminários, palestras, jornadas e outras atividades promovidas por outra instituição acadêmica ou outra organização pública ou privada.	2	20	60
8	Realização de curso de informática (com aprovação) realizado e/ou finalizado durante a graduação.	10 (curso incompleto)	20 (curso completo)	20
9	Realização de curso de língua portuguesa (com aprovação) realizado e/ou finalizado durante a graduação.	10 (curso incompleto)	20 (curso completo)	20
10	Participação em defesa pública de trabalhos acadêmicos.	2	20	20

Grupo 2: Pesquisa

Nº	Descrição da atividade	CH Mínima	CH Máxima	CH máxima por atividade
11	Atividade de Iniciação científica como bolsista ou voluntário/a.	10 (1 semestre)	20 (2 semestres)	20
12	Publicação de resumo e/ou artigo em anais de eventos científicos do Serviço Social e/ou áreas afins.	4 (resumo)	8 (artigo)	16
13	Apresentação oral e/ou pôster em eventos científicos do Serviço Social e/ou áreas afins.	2	4	8
14	Monitoria em Salão de Iniciação Científica ou em disciplinas práticas.	4	4	16
15	Participação em comissão organizadora em eventos científicos do Serviço Social e/ou áreas afins.	4	4	8
16	Participação em defesa pública de trabalhos de iniciação científica.	2	20	20

Grupo 3: Extensão

Nº	Descrição da atividade	CH Mínima	CH Máxima	CH máxima por atividade
17	Participação de projetos de extensão relacionados com os objetivos do curso.	20	20	40
18	Participação em comissão organizadora em eventos de extensão do Serviço Social e/ou áreas afins.	4	4	8
19	Trabalho voluntário na área e sob supervisão de um assistente social.	20	20	20
20	Exposição de trabalho acadêmico sobre tema relacionado ao curso.	4	4	8
21	Experiência prática vinculada as disciplinas do 5º semestre do curso de SS do IPA desde que já tenha realizado em semestre anterior.	-	20	20

22	Participação da comissão organizadora da Semana Acadêmica.	4	4	8
23	Participação de órgãos colegiados	4	8	16
24	Participação como líder e/ou representante de turma.	4	8	16

No que se refere a aproveitamento de disciplinas extracurriculares, destaca-se que só serão aceitas aquelas disciplinas realizadas em cursos distintos desde que identificadas afinidades com as respectivas áreas de formação acadêmico-profissional.

As atividades não previstas neste PPC poderão, mediante requerimento acompanhado de comprovação, ser aproveitadas como atividades complementares, a critério da coordenação do curso e com pontuação definida pela mesma.

9.7 DISCIPLINAS OPTATIVAS/ELETIVAS

As disciplinas Optativas/Eletivas constituem-se em disciplinas em que o/a discente poderá optar entre aquelas oferecidas pelo curso, a partir das indicações do seu Colegiado Ampliado, para além daquelas constantes como obrigatórias na matriz curricular. Configuradas como elementos que compõem o currículo e o percurso formativo do/a discente, a oferta dessas disciplinas é condicionada ao planejamento semestral da Instituição e à necessidade do curso. Tais disciplinas reafirmam o compromisso institucional com a flexibilização do currículo, possibilitando aos/às estudantes uma margem de deliberação e decisão sobre a sua própria formação.

Em atendimento ao disposto pelo Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436/2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, e o art. 18 da Lei nº 10.098/2000, assim como em sintonia com a missão e os princípios da educação metodista, baseados na inclusão social e no respeito às diferenças, o curso prevê a oferta de disciplina optativa/eletiva de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.

Para além da adequação legal ou institucional, a proposta de oferta da disciplina de LIBRAS surge da própria concepção da educação metodista, do seu diferencial e do perfil específico do/a seu/sua egresso/a. Torna-se importante que, na sua formação, o/a estudante tenha a oportunidade de conhecer essa língua como

ligação e possibilidade de diálogo em situações de comunicação. Tal disciplina reforça a vocação do curso na busca pelo desenvolvimento integral do ser humano e do/a cidadão/ã, mediante um processo educacional e acadêmico de caráter emancipatório.

A partir de 2016, o curso passa a ofertar, além da disciplina de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS I, as disciplinas optativas/eletivas de Leitura e Produção Textual; Seminário: Comunicação, Gênero e Direitos Humanos; Direito Ambiental; e Direitos Humanos.

A escolha pela realização das disciplinas Optativas/Eletivas não importará dispensa de Atividades Complementares, assim como de qualquer outro elemento ou disciplina obrigatória constante da matriz curricular do curso.

9.8 DISCIPLINAS COMUNS

As disciplinas comuns oferecidas no curso de Serviço Social do Centro Universitário Metodista – IPA pertencem ao conjunto das disciplinas do Núcleo de Formação Humanístico-Sociais e ao conjunto das disciplinas comuns do Colegiado de Ciências da Saúde. Em relação ao núcleo de formação humanístico-sociais, as disciplinas comuns que fazem parte da matriz curricular do curso são Antropologia, Filosofia e Cultura Religiosa. No que se refere ao conjunto das disciplinas comuns do Colegiado de Ciências da Saúde, os/as estudantes do curso compartilham a disciplina de Princípios e Diretrizes do SUS.

9.9 DISCIPLINAS SEMIPRESENCIAIS

Pautado na Lei nº 9.394/96, do Ministério da Educação, e em conformidade com a Portaria nº 4.059/04, o Centro Universitário Metodista – IPA oferta disciplinas semipresenciais em até 20% do currículo regular de cada curso. De acordo com a portaria citada, a modalidade semipresencial caracteriza-se como quaisquer atividades didáticas, módulos ou unidades de ensino e de aprendizagem centrados na autoaprendizagem e com a mediação de recursos didáticos organizados em diferentes suportes de informação que utilizem tecnologias de comunicação remota.

No Centro Universitário Metodista – IPA, as disciplinas de formação humanístico-sociais, transversais a todos os cursos de graduação, compõem o primeiro rol de disciplinas semipresenciais. A interação e a inter-relação de diferentes alunos/as de diferentes cursos, somado a possibilidade de flexibilização do tempo e a consequente autonomia que isso implica, são o mote para a manutenção e a existência dessas disciplinas em formato semipresencial.

Outras disciplinas do currículo acederão a modalidade semipresencial mediante fluxo específico que implica, entre outras instâncias, a análise do PPC e o deferimento do colegiado de cada curso.

9.10 FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR

A flexibilização do currículo é característica do projeto que busca responder às demandas sociais contemporâneas, possibilitando a eliminação da rigidez estrutural do curso, facultando ao/à acadêmico/a a valorização de formação e de estudos anteriores ao ingresso no curso, bem como a validação de atividades acadêmicas realizadas fora da IES. O órgão colegiado destaca-se como instância competente para análise, acompanhamento e emissão de parecer sobre tais ações.

A preocupação em oportunizar a dispensa de disciplinas já cursadas em outras IES, o aproveitamento de diversas atividades extracurriculares como AC, e a oferta de disciplina optativa/eletiva são estratégias que vão ao encontro da flexibilidade curricular.

Como alternativa de flexibilização curricular, destaca-se a possibilidade de cursar as disciplinas de Leitura e Produção Textual, Seminário: Comunicação, Gênero e Direitos Humanos, Direito Ambiental, Direitos Humanos e Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS I, as quais o/a discente poderá agregar para além daquelas constantes como obrigatórias na matriz curricular. Tais disciplinas reafirmam a opção do curso e o compromisso institucional com a flexibilização do currículo, possibilitando aos/as discentes uma margem de deliberação e decisão sobre a sua própria formação acadêmica.

A filosofia institucional do Centro Universitário Metodista – IPA entende que a *práxis* educacional deva ser orientada para os seguintes princípios: a pessoa como centro do processo educacional; a confessionalidade; fundamentação ética; consciência crítico-cidadã; foco permanente na educação; indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; fortalecimento da identidade institucional: pedagógica, científica, cultural, comunitária e confessional; autonomia para a *práxis* universitária; visão interdisciplinar; formação profissional mais bem qualificada; prestação de serviços comunitários; identidade com o povo brasileiro e gaúcho; solidariedade internacional; e desenvolvimento sustentável.

Esses princípios apontam para a priorização de uma racionalidade moral-prática e estético-expressiva sobre a racionalidade cognitivo-instrumental, ou seja, a humanidade e as ciências devem contribuir com a produção e distribuição dos saberes universitários.

É nesse sentido que os procedimentos de exclusão, de preconceitos, de violências físicas e mentais e, no caso da universidade, do silêncio, da censura e da interdição são repudiados, material e simbolicamente, numa vontade expressa de igualdade e justiça social.

A criação de um núcleo de disciplinas humanístico-sociais fomenta, motiva e estimula a interdisciplinaridade de conhecimentos, além dos limites postos pelo cotidiano, reflexão sobre situações costumeiras, vislumbrando outras formas de abarcarmos a diferença e a alteridade. A partir da perspectiva de que o que temos em comum – a nossa ancestralidade antropológica, nossa origem humana, o fato de sermos seres humanos – é o que nos impele a nos diferenciarmos, a produzir culturas e visões de mundo variadas. Assim, é dessa forma que as ementas e bibliografias das disciplinas de formação comum a todo corpo discente do Centro Universitário Metodista – IPA se instituem. As disciplinas humanístico-sociais cumprem um papel de facilitadoras de uma formação cidadã. Através dessas, busca-se propiciar um ensino integrador, reflexivo-crítico e interdisciplinar ao relacionar a Instituição universitária com o mundo real, objetivando uma dimensão crítico-histórica de análise da realidade. Com as disciplinas humanístico-sociais, a Instituição busca propiciar uma capacitação tecnológica com perspectiva

humanística. Qualifica-se a formação especializada com os aspectos confessionais e com a concepção da pessoa cidadã, com respeito e senso crítico.

A democratização interna do Centro Universitário não se restringe aos/as seus/suas funcionários/as, professores/as e alunos/as, mas inclui o *locus* em que o mesmo se situa, a sociedade da qual se origina, abarcando os diferentes e variados segmentos sociais em uma proposta de alteridade integral para diferentes saberes, cores e credos. O pensamento moderno deve refletir diante das solicitações da sociedade complexa de pensar o impensado, de ir além do limites propostos e vislumbrar novos horizontes. Assim, o núcleo das disciplinas humanístico-sociais pretende dinamizar os espaços de interlocução na comunidade com os movimentos sociais; com as associações de bairro; com as minorias raciais, étnicas e religiosas; e com os diferentes segmentos da sociedade civil através de uma dinamicidade temática semestral e reordenamento permanente de seus planos de ensino a responder efetivamente às agendas postas pela sociedade.

A opção pelas mesmas decorre do entendimento da necessidade de estímulo de ações/atividades/práticas inter/transdisciplinares e também da observância dos ditames da legislação educacional.

O curso de Serviço Social privilegia a integração com o Núcleo de Formação Humanística incorporando três disciplinas propostas pelo referido núcleo na sua matriz curricular. São elas: Filosofia, Antropologia e Cultura Religiosa, todas ofertadas no segundo semestre e com carga horária de 36 horas cada uma.

11 EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIA

1º SEMESTRE
Disciplina: INTRODUÇÃO AO SERVIÇO SOCIAL – 72h
Ementa: Aborda a constituição do Serviço Social como profissão; estuda os mecanismos de regulamentação e de organização da categoria profissional; analisa o processo de trabalho do Serviço Social na contemporaneidade e demandas para a formação.
Bibliografia Básica:
IAMAMOTO, Marilda. O Serviço social na contemporaneidade . 24. ed. São Paulo: Cortez, 2013.
MARTINELLI, Maria Lúcia. Serviço social: identidade e alienação . 9. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
NETTO, José Paulo. Ditadura e serviço social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64 . 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
Bibliografia Complementar:
CASTRO, Manuel Manrique. História do serviço social na América Latina . 6. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
FALEIROS, Vicente de Paula. Saber profissional e poder institucional . 11. ed. São Paulo: Cortez, 2015.
MONTAÑO, Carlos. A natureza do serviço social: um ensaio sobre sua gênese, a "especificidade" e sua reprodução . São Paulo: Cortez, 2011.
SILVA, Marcela M. José da. A materialização do projeto ético político do Serviço Social . São Paulo: Papel Social, 2013.
SILVA, Maria Ozanira da Silva e. O serviço social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura . 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
Disciplina: ÉTICA PROFISSIONAL NO SERVIÇO SOCIAL – 72h
Ementa: Estuda a dimensão ético-moral da vida social e sua influência no exercício profissional do Assistente Social; analisa os princípios éticos instituídos na profissão; problematiza a auto-ética e sua incidência no <i>ethos</i> profissional.
Bibliografia Básica:
BARROCO, Maria Lúcia Silva. Ética e serviço social: fundamentos ontológicos . 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.
BARROCO, Maria Lucia Silva. Ética: fundamento sócio históricos . 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
BONETTI, Dilséa Adeodata et al. (Org.). Serviço social e ética: convite a uma nova práxis . 6. ed. São Paulo: Cortez, CFESS, 2005.
Bibliografia Complementar:
ARANHA, Maria Lúcia de Arruda, MARTINS, Maria Helena Pires. Filosofando: introdução à filosofia . 3 ed. São Paulo: Moderna, 2005.
CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL (10. Região) (Org). Coletânea de leis . Porto Alegre: Dacasa /Palmarinca, 2009.
HABERMAS, Jürgen. Consciência moral e agir comunicativo . 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
MORIN, Edgar. O método 6: ética . Porto Alegre: Sulina, 2011.
TERRA, Sylvia Helena; BARROCO, Maria Lucia Silva. Código de ética do assistente social comentado . São Paulo: Cortez, 2015
Disciplina: BASES DA AÇÃO PROFISSIONAL – 108h
Ementa: Problematisa a compreensão da realidade social como evidência epistemológica da ação profissional do Assistente Social; estuda a construção científica do racionalismo ao caos; ressalta a crise das ciências e a ruptura paradigmática; analisa as dimensões epistemológica, teórica, morfológica e axiológica da ação profissional; problematiza a experiência vivenciada no Laboratório de Práticas em Serviço Social: Prática I.

Bibliografia Básica:
ANDERY, Maria Amália; MICHELETTO, Nilza; SÉRIO, Tereza Maria Pires. Para compreender a ciência . 14. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
MORIM, Edgar. A cabeça bem-feita : repensar a reforma, reformar o pensamento. 20 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
SANTOS, Boaventura de Souza. Um discurso sobre as ciências . 14. ed. Porto: Afrontamento, 2005.
Bibliografia Complementar:
BACHELARD, Gaston. O novo espírito científico . Lisboa, Portugal: 70, 1996.
BAUMANN, Zigmunt. Modernidade líquida . Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 2014.
MATURANA, Humberto. A ontologia da realidade . Belo Horizonte: UFMG, 2002.
MORIM, Edgar. Ciência com consciência . 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
VASCONCELOS, Eduardo Mourão. Complexidade e pesquisa interdisciplinar: epistemologia e metodologia operativa . 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
Disciplina: PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DO SUS – 36h
Ementa: Estuda os princípios e diretrizes inscritos no arcabouço jurídico-institucional do SUS e sua potencialidade na organização deste sistema; promove a reflexão sobre a integralidade, a descentralização e o controle social como eixos norteadores da atenção à saúde.
Bibliografia Básica:
BRAGA NETO, F. C. et al. Gestão do SUS no âmbito estadual : o caso do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2010.
CAMPOS, G. W. S. et al. Tratado de saúde coletiva . São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.
GAMA, A.S.; GOUVEIA, L.F. SUS : sistema único de saúde [esquematizado]. 2. ed. Rio de Janeiro: Ferreira, 2012.
Bibliografia Complementar:
CARVALHO, M.E; FERIGATO, R. Conexões : saúde coletiva e políticas de subjetividade. São Paulo: Hucitec, 2009.
COSTA, A.M.; CARBONE, H.M. Saúde da família : uma abordagem multidisciplinar. Rio de Janeiro: Rubio. 2009.
IBANEZ, N. Política e gestão pública em saúde . São Paulo: Hucitec. 2011.
MENDES, E. V. As redes de atenção à saúde . Belo Horizonte: ESP-MG, 2009.
SILVA, J.; GOMES, A. Modelos tecnoassistenciais em saúde : o debate no campo da saúde coletiva. São Paulo : Hucitec, 2006.
Disciplina: FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO BRASIL – 72h
Ementa: Aborda a herança colonial e a constituição do Estado Nacional; a Industrialização, urbanização e surgimento de novos sujeitos políticos até a transição democrática e a participação da sociedade civil na constituição do Brasil contemporâneo.
Bibliografia Básica:
AQUINO, Rubim Santos Leão de. Sociedade brasileira : uma história através dos movimentos sociais: da crise do escravismo ao apogeu do neoliberalismo. Rio de Janeiro: Record, 2006.
CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil : o longo caminho. 5. ed. Rio Janeiro: Civilização brasileira, 2007.
VIEIRA, Liszt. Cidadania e globalização . 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2000.
Bibliografia Complementar:
BUENO, Eduardo. Capitães do Brasil : a saga dos primeiros colonizadores. Rio de Janeiro: Objetiva, 1999.
FAUSTO, Boris. História do Brasil . 6. ed. São Paulo: EDUSP, 1998.
IANNI, Octavio. A sociedade global . 12. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2005.
SHÜLLER, Fernando; AXT, Gunter (Org.). Intérpretes do Brasil : ensaios de cultura e identidade. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2011.
SOUZA, Maria Helena (Org.). A cidadania negada : políticas públicas e formas de viver. São

Paulo, SP: Casa do Psicólogo, 2009.

2º SEMESTRE

Disciplina: FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL – 72h

Ementa: Estuda as bases teórico-metodológicas do processo de trabalho do serviço social ao longo de sua constituição histórica; analisa as contribuições da profissão para o desenvolvimento da sociedade brasileira, desde sua gênese até os dias atuais; aborda a questão social como base de sua fundação como especialização na divisão sócio-técnica do trabalho.

Bibliografia Básica:

CARVALHO, Raul; IAMAMOTO, Marilda. **Relações sociais e serviço social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 18 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

IAMAMOTO, Marilda. **Renovação e conservadorismo no serviço social:** ensaios críticos. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social:** uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

Bibliografia Complementar:

CASTRO, Manuel Manrique. **História do serviço social na América Latina.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

IAMAMOTO, Marilda. **O Serviço social na contemporaneidade.** 24. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

IAMAMOTO, Marilda. **Serviço social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro trabalho e questão social. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço social:** identidade e alienação. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SILVA, Maria Ozanira da Silva (Coord.). **O serviço social e o popular:** resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

Disciplina: TEORIAS SOCIOLOGICAS – 72h

Ementa: Estuda as matrizes clássicas do pensamento sociológico; possibilita o conhecimento das principais teorias contemporâneas e suas referências teórico-metodológicas.

Bibliografia Básica:

BOURDIEU, Pierre. **A reprodução:** elementos para uma teoria do sistema de ensino. Petrópolis: Vozes, 2008.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia.** 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

QUINTANEIRO, Tânia. **Um toque de clássicos:** Marx, Durkheim e Weber. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

Bibliografia Complementar:

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo:** a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2008

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. 39. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

IZIDORO, Cleyton (Org.) **Economia e política** São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014. Disponível em Biblioteca Virtual.

MATURANA, Humberto. **A ontologia da realidade.** Belo Horizonte: UFMG, 2002.

MORIM, Edgar. **Ciência com consciência.** 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

Disciplina: CULTURA RELIGIOSA (Semipresencial) – 36h

Ementa: Examina o fenômeno religioso e o significado da religião na organização humana, numa perspectiva multidisciplinar, a partir da formação cultural e religiosa brasileira em sua diversidade étnica, relacionando-a as ações afirmativas de reconhecimento, valorização, reparação e transformação social, e aproximando-a das práticas profissionais dos cursos de graduação.

Bibliografia Básica:

ALVES, Rubem. **O enigma da religião.** 7. ed. Campinas: Papirus, 2008.

GIL FILHO, Sylvio Fausto **Espaço sagrado estudos em geografia da religião.** Curitiba:

intersaberes, 2012. Disponível em Biblioteca Virtual SILVA, Clemildo Anacleto da; RIBEIRO, Mario Bueno. Intolerância religiosa e direitos humanos: mapeamentos de intolerância . Porto Alegre: Universitária Metodista IPA, 2007.
Bibliografia Complementar: ALVES, Luiz Alberto Sousa. Cultura religiosa : caminhos para a construção do conhecimento. Curitiba: Intersaberes, 2012. Disponível em Biblioteca Virtual ALVES, Rubem. O que é religião . 13. ed. São Paulo: Loyola, 2012. HOCKS, Klaus. Introdução à ciência da religião . São Paulo: Loyola, 2010. MATA, Sérgio da. História & religião . Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2010. Disponível em Biblioteca Virtual SANTOS, Gevanilda. Relações raciais e desigualdade no Brasil . São Paulo: Selo Negro, 2009. Disponível em Biblioteca Virtual TEIXEIRA, Faustino Luis Couto. Sociologia da religião : enfoques teóricos. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
Disciplina: PROCESSOS ANALÍTICOS NO SERVIÇO SOCIAL – 72h
Ementa: Evidencia a análise como dimensão constitutiva do processo de trabalho do Serviço Social; estuda processos subjetivos associados ao processo de análise; identifica diferentes técnicas e procedimentos de conhecimento de processos sociais; aborda elementos e categorias da etnografia e do método de análise institucionalista; problematiza a experiência vivenciada no Laboratório de Práticas em Serviço Social: Prática II.
Bibliografia Básica: ANGROSINO, Michael. Etnografia e observação participante . José Fonseca; Bernardo Lewgoy. Porto Alegre, RS: Artmed, 2009. LAPLANTINE, François. Aprender antropologia . São Paulo: Brasiliense, 2012. STECANELA, Nilda Jovens e cotidiano : transitos pelas culturas juvenis e pela escola da vida. Caxias do Sul: Educus, 2010. Disponível em Biblioteca Virtual VELHO, Gilberto. Individualismo e cultura : notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012.
Bibliografia Complementar: BARBIER, René. A pesquisa-ação . Brasília: Plano, 1985. BAREMBLITT, Gregório. Compêndio de análise institucional e outras correntes . 5. ed. Belo Horizonte: Instituto Félix Guattari, 2002. CHAUÍ, M. Convite à filosofia . 14. ed. São Paulo: Ática, 2010. GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi S., COSTA, Giseli Paim Experiências de quem pesquisa : reflexões e percursos. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2010. Disponível em Biblioteca Virtual LOURAU, Rene. Análise institucional . São Paulo: Hucitec, 1995. STECANELA, Nilda (Org.). Diálogos com a educação : a escolha do método e a identidade do pesquisador. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2013 ZABALZA, Miguel Angel. Diários de aula : contributo para o estudo dos dilemas práticos dos professores. Porto Alegre: Artmed, 1994.
Disciplina: TEORIA E ECONOMIA POLÍTICA – 36h
Ementa: Analisa o estado moderno e sua relação com a sociedade civil, os regimes políticos, as transformações contemporâneas do sistema capitalista e suas implicações nos mecanismos de regulação social, emergência da noção de direitos sociais e gênese das políticas sociais brasileiras.
Bibliografia Básica: BOBBIO, Norberto. Estado, governo e sociedade : para uma teoria geral da política. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. FALEIROS, Vicente de Paula. A política social do estado capitalista : as funções da previdência e assistência social. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2006. NETTO, José Paulo. Capitalismo monopolista e serviço social . 3 ed. São Paulo: Cortez, 2013.
Bibliografia Complementar:

ALMEIDA, Felipe Quintão de; GOMES, Ivan Marcelo; BRACHT, Valter. **Bauman e a educação**. Belo Horizonte: Autentica, 2016. Disponível em Biblioteca Virtual

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo**: a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2008

GIDDENS, Anthony. **Para além da esquerda e da direita**. São Paulo: UNESP, 1997.

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política**: do capital, o rendimento e suas fontes. São Paulo: Nova Cultural, 2005.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2007.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

Disciplina: ANTROPOLOGIA (Semipresencial) – 36h

Ementa: Estuda o comportamento social humano, sua evolução, a cultura e sua diversidade de manifestações; analisa as relações do ser humano com seu ambiente; aborda a relação entre indivíduos, tradições e mudanças culturais; relaciona elementos da formação cultural do povo brasileiro lançando o olhar antropológico sobre a cultura afro-brasileira e a cultura indígena, enfatizando a atualidade e a diversidade das demandas de reconhecimento cultural.

Bibliografia Básica:

BOAS, Franz. **Antropologia cultural**. 6. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. 20. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2013.

MARCONI, Marina de Andrade; PRESOTTO, Zélia M. Neves. **Antropologia**: uma introdução. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Bibliografia Complementar:

ASPECTOS socioantropológicos. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014. Disponível em Biblioteca Virtual

GOMES, Mercio Pereira. **Os índios e o Brasil** São Paulo: Contexto, 2012. Disponível em Biblioteca Virtual

LAPLANTINE, François. **Aprender antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

SEGALIN, Martine. **Ritos e rituais contemporâneos**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

SOARES, Carmen Lúcia. **Corpo e história**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2006.

THÍEL, Cristine Janice. **Pele silenciosa, pele sonora**: a literatura indígena em destaque. Belo Horizonte: Autentica, 2012. Disponível em Biblioteca Virtual

Disciplina: FILOSOFIA (Semipresencial) – 36h

Ementa: Aborda questões referentes ao entendimento do que seja filosofia, relacionando-a com outras formas de conhecimento e reflete sobre aspectos históricos de seu desenvolvimento e sobre as possibilidades atuais dos desencadeantes do pensar filosófico; discute as características e a utilidade atual do pensamento de qualidade filosófica, numa perspectiva de reflexão sobre o ser humano e sua condição existencial no mundo de hoje, abordando suas possibilidades de conhecimento e de exercício da ética e da cidadania, enfatizando as relações étnico-raciais no Brasil na perspectiva de uma filosofia da cultura.

Bibliografia Básica:

CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. 14. ed. São Paulo: Ática, 2010.

GALLO, S. (Coord.). **Ética e cidadania**: caminhos da filosofia (elementos para o ensino da filosofia). 20. ed. São Paulo: Papirus, 2015. Disponível em físico e Biblioteca Virtual

NOVAES, José Luís Corrêa; AZEVEDO, Marco Antônio Oliveira de (Orgs.). **Filosofia e seu ensino**: desafios emergentes. Porto Alegre: Sulina, 2010.

PAVIANI, Jayme. **Uma introdução à filosofia**. Caxias do Sul: EDUCS, 2014. Disponível em Biblioteca Virtual

Bibliografia Complementar:

CARVALHO, Ana Paula Comin de et al. **Desigualdades de gênero, raça e etnia**. Curitiba: Editora Intersaberes, 2012. Disponível em Biblioteca Virtual.

CORTELLA, Mario Sergio, BARROS FILHO, Clovis de. **Ética e vergonha na cara**. Campinas: Papirus, 2014. Disponível em Biblioteca Virtual.

FABRIS, Eli Terezinha Henn, KLEIN, Rejane Ramos (Org). **Inclusão e Biopolítica**. Belo Horizonte. Editora Autêntica, 2013. Disponível em Biblioteca Virtual.

GIRALDELLI, Paulo Jr. **Introdução à Filosofia**. Barueri: Manole, 2003. Disponível em Biblioteca Virtual.

GUIMARÃES, Bruno Guimarães, ARAÚJO, Guaracy, PIMENTA, Olímpio. **Filosofia como esclarecimento**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014. Disponível em Biblioteca Virtual.

3º SEMESTRE

Disciplina: PROCESSOS COMUNICACIONAIS NO SERVIÇO SOCIAL – 72h

Ementa: Estuda as teorias da comunicação humana como dispositivos de compreensão e construção de ações sociais comunicativas. A comunicação como expressão do sentido ético-político da prática profissional do Assistente Social e os processos comunicativos como viabilizadores da intervenção profissional.

Bibliografia Básica:

HABERMAS, Jürgen. **Consciência moral e agir comunicativo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HOHLFELDT, Antonio. **Teorias da comunicação**; conceitos, escolas e tendências. Petrópolis: Vozes, 2005.

WEIL, Pierre. **O corpo fala**: a linguagem silenciosa da comunicação não verbal. 68. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

Bibliografia Complementar:

BRETTON, Philippe **Argumentar em situações difíceis** Barueri: Manole, 2005. Disponível em Biblioteca Virtual.

DAVIS, Flora. **Comunicação não-verbal**. 4. ed. São Paulo: Summus, 1979.

GONÇALVES, Neide. **A importância do falar bem**: a expressividade do corpo, da fala e da voz valorizando a comunicação verbal. São Paulo: Lovise, 2000.

KOCH, Ingedore. **A inter-ação pela linguagem**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2001

MARCUSCHI, Luiz Antônio **Análise da conversação**. São Paulo: Ática, 2006. Disponível em Biblioteca Virtual.

WATZLAWICK, Paul; BEAVIN, Janet Helmick; JACKSON, Don. D. **Pragmática da comunicação humana**: um estudo dos padrões, patologias e paradoxos da interação. São Paulo: Cultrix, 2013.

Disciplina: GESTÃO ESTRATÉGICA DE COMPETÊNCIAS – 36h

Ementa: Estuda a transformação dos saberes em ações concretas na realidade; problematiza a noção de competência no Serviço Social; aborda o planejamento estratégico como transversalidade da ação profissional.

Bibliografia Básica:

BOTERF, Guy Le. **Desenvolvendo a competência dos profissionais**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2003.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Planejamento estratégico**: conceitos, metodologia e práticas. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

PERRENOUD, Philippe. **Construir as competências desde a escola**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

Bibliografia Complementar:

ASSMANN, Hugo; SUNG, Jung Mo. **Competência e sensibilidade solidária**: educar para a esperança. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

PERRENOUD, Philippe. **Ensinar**: agir na urgência, decidir na incerteza : saberes e competências em uma profissão complexa. 2 ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2001.

RIOS, Terezinha Azerêdo. **Ética e competência**. São Paulo, SP: Cortez, 2005

ROPÉ, Françoise; TANGUY, Lucie (Org.). **Saberes e competências**: o uso de tais noções na escola e na empresa. 5. ed. São Paulo: Papirus, 2004.

STEWART, Thomas A. **Capital intelectual**: a nova vantagem competitiva das empresas. 14 ed. RJ: Campus, 2005.

Disciplina: MUNDO DO TRABALHO – 36h

Ementa: Aborda as transformações do mundo do trabalho e da compreensão em torno da categoria trabalho; analisa as novas tecnologias como expressão e criação de novas relações sociais; reconhece a conexão do homem com a natureza como condição vital de co-existência.

Bibliografia Básica:

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
HOBBSBAWM, Eric. **A era dos extremos**. São Paulo: Cia das letras, 2000.
IAMAMOTO, Marilda Villela. **Trabalho e indivíduo social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

Bibliografia Complementar:

DOWBOR, Ladislau et al. **Desafios da globalização**. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.
FÍGARO, Roseli (Org.). **Gestão da comunicação**: no mundo do trabalho, educação, terceiro setor e cooperativismo. São Paulo: Atlas, 2005.
FREIRE, L. M. **O serviço social na reestruturação produtiva**: espaços, programas e trabalho profissional, São Paulo: Cortez, 2003.
IAMAMOTO, Marilda. **Serviço social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro trabalho e questão social. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
SERRA, Rose (Org.). **Trabalho e reprodução**: enfoques e abordagens. São Paulo: Cortez, 2001.

Disciplina: MOVIMENTOS SOCIAIS – 36h

Ementa: Estuda os movimentos sociais como sistemas complexos; analisa o terceiro setor e as organizações não-governamentais como emergências da auto-organização da sociedade; considera as condições existentes na sociedade brasileira para um processo social emancipatório.

Bibliografia Básica:

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa; DURIGUETTO, Maria Lucia. **Movimentos sociais e serviço social**: uma relação necessária. São Paulo: Cortez, 2014.
GOHN, Maria da Glória (Org.). **Movimentos sociais no início do século XXI**: antigos e novos atores sociais. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
MONTAÑO, Carlo ; DURIGUETTO, Maria Lucia. **Estado, classe e movimento social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

Bibliografia Complementar:

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil**: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. São Paulo, SP: Cortez, 2005.
GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 2008.
MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente**: movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
MIRANDA, Shirley Aparecida de **Diversidade e ações afirmativas**: combatendo as desigualdades sociais. Belo Horizonte: Autentica, 2010. Disponível em Biblioteca Virtual.
MULLER, Cintia **Teoria dos movimentos sociais** Curitiba: Intersaberes, 2013. Disponível em Biblioteca Virtual.
SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2011

Disciplina: QUESTÃO SOCIAL – 72h

Ementa: Estuda as diferentes concepções da questão social; contextualiza a questão social como objeto de intervenção profissional no Serviço Social; analisa a incidência da questão social no cotidiano dos processos pessoais e coletivos.

Bibliografia Básica:

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica dos salários. 5. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.
IAMAMOTO, Marilda. **Serviço social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro

trabalho e questão social. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
SANTOS, Josiane Soares. **Questão Social**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2014.

Bibliografia Complementar:

BELFIORE-WANDERLEY, Mariangela, BOGUS, Lucia Maria M.; YAZBEK, Maria Carmelita. **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: PUCSP, 2013.
CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: selo Negro, 2011. Disponível em Biblioteca Virtual.
KAUCHAKJE, Samira **Gestão pública de serviços sociais** Curitiba: Intersaberes, 2012. Disponível em Biblioteca Virtual.
MIRANDA, Shirley Aparecida de **Diversidade e ações afirmativas**: combatendo as desigualdades sociais. Belo Horizonte: Autentica, 2010. Disponível em Biblioteca Virtual.
PASTORINI, Alejandra. **A categoria “questão social” em debate**. São Paulo: Cortez, 2014.
PAUGAM, Serge. **Desqualificação social**: ensaio sobre a nova pobreza. São Paulo: Cortez, 2003.
SILVA, Ivone Maria Ferreira da. **Questão social e serviço social no Brasil**. São Paulo: Papel Social, 2014.

Disciplina: ATELIER DE ANÁLISE DE PROCESSOS SOCIAIS – 72h

Ementa: Exercita o processo de análise como dispositivo de compreensão da realidade que viabiliza o planejamento da intervenção profissional; desenvolve oficinas de análise de processos sociais associados às diferentes expressões da questão social – vulnerabilidade social, preconceito, conflito, violência e exclusão/inclusão social; exercita a análise com vistas à construção do objeto de intervenção profissional; problematiza a experiência vivenciada no Laboratório de Práticas em Serviço Social: Prática III.

Bibliografia Básica:

LAPLANTINE, François. **Aprender antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 2012.
PONTES, Reinaldo. **Mediação e serviço social**: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo serviço social. São Paulo: Cortez, 2010.
SILVA, Marcela M. José da. **A materialização do projeto ético político do Serviço Social**. São Paulo: Papel Social, 2013.

Bibliografia Complementar:

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. São Paulo: LTC, 1988.
GRACIANO, Maria Ines Gandara. **Estudo socioeconômico**: um instrumento técnico-operativo. São Paulo: Veras Editora, 2013.
GUEBERT, Mirian Célia Castellain **Inclusão**: uma realidade em discussão Curitiba: Intersaberes, 2012. Disponível em Biblioteca Virtual.
GUERRA, Alexandre; POCHMANN, Marcio; SILVA, Ronnie Aldrin. **Atlas da exclusão social no Brasil**: dinâmica da exclusão social na primeira década do século XXI. São Paulo: Cortez, 2015.
IAMAMOTO, Marilda Villela. **Trabalho e indivíduo social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
LARA, Glaucia Proença, LIMBERTI, Rita Pacheco **Discurso e (Des)igualdade social**. São Paulo: Contexto, 2015. Disponível em Biblioteca Virtual.
MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

Disciplina: PSICOLOGIA SOCIAL – 36h

Ementa: Aborda as principais matrizes teóricas de análise das relações entre indivíduo e sociedade; estuda teorias dos grupos sociais; analisa a constituição da subjetividade no processo de produção e reprodução da vida social.

Bibliografia Básica:

ABRANTES, Angelo Antonio; SILVA, Nilma Renildes da; MARTINS, Sueli Terezinha Ferreira (Org.). **Método histórico-social na psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2005.

CAMPOS, F. R. H.; GUARESCHI, P. A. (Org.). **Paradigmas em psicologia social: a perspectiva Latino-Americana**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. **Pistas do método da cartografia**. Porto Alegre: Sulina, 2012.

Bibliografia Complementar:

BAUMAN, Zygmunt; MEDEIROS, Carlos Alberto. **Medo líquido**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

JACQUES, M. G. C. et al. **Psicologia social contemporânea**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

KASTRUP, Virginia; TEDESCO, Silvia; PASSOS, Eduardo. **Políticas da cognição**. Porto Alegre: Sulina, 2008.

LARA, Gláucia Proença, LIMBERTI, Rita Pacheco **Discurso e (Des)igualdade social**. São Paulo: Contexto, 2015. Disponível em Biblioteca Virtual.

RASERA, Emerson F.; MAYORGA, Claudia; PEREIRA, Maristela S. **Psicologia social: sobre desigualdades e enfrentamentos**. Curitiba: Juruá, 2009.

SOUZA, Mauricio Rodrigues; LEMOS, Flavia Cristina Silveira. **Psicologia e compromisso social: unidade na diversidade**. São Paulo: Escuta, 2009.

4º SEMESTRE

Disciplina: POLÍTICA SOCIAL – 72h

Ementa: Aborda a questão social e o desenvolvimento da proteção social no Brasil; estuda as políticas sociais setoriais e a intersectorialidade; analisa a intervenção profissional na relação com políticas sociais públicas e privadas.

Bibliografia Básica:

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2008. Vol. 2.

BRAVO, Maria Inês Souza Bravo; VASCONCELOS. (Orgs.). **Saúde e serviço social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

DIAS, Reinaldo **Política social**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014. Disponível em Biblioteca Virtual.

PEREIRA, Potyara. **Política social**. São Paulo: Cortez, 2015.

Bibliografia Complementar:

ALMEIDA, Maria Helena Tenório de (Org.); BEHRING, Elaine Rossetti. **Trabalho e seguridade social: percursos e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2012.

ALMEIDA, Ney Luiz T. de; ALENCAR, Mônica Maria T. de. **Serviço social, trabalho e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2009.

MOTA, Ana Elizabete (Org.). **O mito da assistência social: ensaios sobre estado, política e sociedade**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

OLIVEIRA, Fátima Bayma de(Org.); KASZNAR, Istvan Karoly (Org.) **Saúde, previdência e assistência social: políticas públicas integradas desafios e propostas estratégicas**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. Disponível em Biblioteca Virtual.

SANTOS, Silvana M. de Moraes dos; MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2007.

SERPA, Angelo **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007. Disponível em Biblioteca Virtual.

Disciplina: RESPONSABILIDADE SOCIAL – 72h

Ementa: Problematisa a compreensão da responsabilidade social como uma noção associada à existência humana; analisa as práticas atuais de responsabilidade social; instrumentaliza para a implantação e gestão da responsabilidade social como dimensão da ação profissional do Assistente Social em organizações da sociedade.

Bibliografia Básica:

ASHLEY, Patrícia Almeida (Coord). **Ética e responsabilidade social nos negócios**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant. **Gestão social e trabalho social: desafios e percursos**

metodológicos. São Paulo: Cortez, 2014. MELO, Francisco de Paula de. Gestão da responsabilidade social corporativa: o caso brasileiro; da filantropia tradicional a filantropia de alto rendimento e ao empreendedorismo social. 2 ed. RJ: Qualitymark, 2004.
Bibliografia Complementar: ASSMANN, Hugo; SUNG, Jung Mo. Competência e sensibilidade solidária: educar para a esperança. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2003. BARBIERI, José Carlos. Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010 CAVALCANTI, Marly. Gestão social, estratégias e parcerias: redescubrimo a essência da administração brasileira de comunidades para o terceiro setor. São Paulo: Saraiva, 2008. LIMA, Gustavo Ferreira da Costa Educação ambiental no Brasil: formação, identidades e desafios. Campinas: Papirus, 2015. Disponível em Biblioteca Virtual. MELO NETO, Francisco Paulo de; FRÓES, César. Responsabilidade social & cidadania empresarial: a administração do terceiro setor. 2. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005. PINSKY, Jaime(Org.) Práticas de cidadania São Paulo: contexto, 2004. Disponível em Biblioteca Virtual.
Disciplina: FUNDAMENTOS DO PROCESSO DE TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL – 72h
Ementa: Compreende o processo de trabalho do Serviço Social e seus elementos constitutivos; reconhece a análise como forma de identificação de necessidades, possibilidades e limites de intervenção; problematiza a construção do objeto, a planificação da ação - plano, programa e projeto - a execução e a avaliação do processo de trabalho.
Bibliografia Básica: FALEIROS, Vicente de Paula. Estratégias em serviço social. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005. FALEIROS, Vicente de Paula. Globalização correlação de forças e serviço social. São Paulo: Cortez, 2013. IAMAMOTO, Marilda. O Serviço social na contemporaneidade. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2013.
Bibliografia Complementar: ABREU, Marina Maciel. Serviço social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011. ARMANI, Domingos. Como elaborar projetos? guia prático para elaboração e gestão de projetos sociais. Porto Alegre: Tomo, 2009. FREIRE, L. M. O serviço social na reestruturação produtiva: espaços, programas e trabalho profissional, São Paulo: Cortez, 2003. GENTILLI, Raquel. Representações e práticas: identidade e processo de trabalho no serviço social. São Paulo: Veras, 2006. GIEHL, Pedro Roque ...et al. Elaboração de projetos sociais. Curitiba: Intersaberes, 2015. Disponível em Biblioteca Virtual. IAMAMOTO, Marilda. Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro trabalho e questão social. 3. ed. São Paulo:Cortez, 2008.
Disciplina: INSTRUMENTAIS DE INTERVENÇÃO PROFISSIONAL – 72h
Ementa: Discute a noção de instrumentalidade no Serviço Social; problematiza a relação entre planejamento da ação e instrumentos de trabalho; estuda a entrevista, a visita domiciliar e os grupos; aborda a elaboração de estudo, perícia, parecer e laudo sociais assim como, relatório, registro e dossiê de atendimento; problematiza a experiência vivenciada no Laboratório de Práticas em Serviço Social: Prática IV.
Bibliografia Básica: GUERRA, Yolanda. A instrumentalidade do serviço social. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010. MAGALHAES, Selma Marques. Avaliação e linguagem: relatórios, laudos e pareceres. 2 ed. São Paulo: Veras, 2006. ZIMERMAN, David. Fundamentos básicos das grupoterapias. Porto Alegre: Artmed, 2000.

Bibliografia Complementar:

BENJAMIN, Alfred. **A entrevista de ajuda**. 11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
 CARDOSO, Maria de Fátima Matos. **Reflexões sobre instrumentais em serviço social**. São Paulo: LCTE, 2008.
 CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (Org.). **O estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos**: debates atuais no Judiciário, Penitenciário e na Previdência Social. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2015.
 FUERTH, Leonardo Ribeiro. **Técnicas de reunião**: como promover encontros produtivos. Rio de Janeiro: LTC, 2009.
 MOREIRA, Carlos Felipe N. **O trabalho com grupos em serviço social**: a dinâmica de grupo como estratégia para reflexão crítica. São Paulo: Cortez, 2014.

Disciplina: REDES SOCIAIS – 36h

Ementa: Aborda a rede como compreensão epistemológica da realidade e como organização da vida; reconhece a unicidade dos processos sociais, pessoais e/ou coletivos; instaura o reconhecimento da organização em rede como possibilidade de transformação dos processos sociais.

Bibliografia Básica:

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida**: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix, 1997.
 CAPRA, Fritjof. **As conexões ocultas**: ciência pra uma vida sustentável. São Paulo: Cultrix, 2002.
 CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

Bibliografia Complementar:

ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amalia Faller. **Família**: redes, laços e políticas públicas. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
 CERVENY, Ceneide Maria de Oliveira (org.) **Família e ...**: narrativas, gênero, parentalidade, irmãos, filhos nos divórcios, genealogia, história, estrutura, violência, intervenção sistêmica, rede social - 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010. Disponível em Biblioteca Virtual.
 LEMIEUX, Vincent; QUIMET, Mathieu. **Análise estrutural das redes sociais**. Lisboa: Instituto Piaget, 2004.
 MORIN, Edgar. **A religação dos saberes**: o desafio do século XXI. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
 PAULA, Claudia Regina de. **Educar para diversidade**: entrelaçando redes, saberes e identidades. Curitiba: intersaberes, 2013. Disponível em Biblioteca Virtual.
 SOUZA, Maria Luiza de. **Desenvolvimento de comunidade e participação**. São Paulo: Cortez, 2004.

Disciplina: DIREITO E LEGISLAÇÃO SOCIAL – 36h

Ementa: Aborda direitos sociais e humanos; analisa garantias fundamentais da cidadania; conhece a estrutura do poder judiciário; estuda a legislação social brasileira.

Bibliografia Básica:

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 2004.
 GUSMÃO, Paulo Dourado de. **Introdução ao Estudo do Direito**. Rio de Janeiro: Forense, 2011.
 SIMÕES, Carlos. **Curso de direito do serviço social**. São Paulo: Cortez, 2006. v. 3

Bibliografia Complementar:
CAPRA, Fritjof. As conexões ocultas: ciência pra uma vida sustentável. São Paulo: Cultrix, c2002.
LISZT, Vieira. Cidadania e globalização. Rio de Janeiro: Record, 2001.
MONDAINI, Marco Direitos humanos no Brasil São Paulo: Contexto, 2009. Disponível em Biblioteca Virtual.
SANTOS, Boaventura de Souza. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência : para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. 5 ed São Paulo: Cortez, 2005. v.1
VIEIRA, Evaldo. Os direitos e a política social. São Paulo: Cortez, 2012.
5º SEMESTRE
Disciplina: CAMPOS DE INTERVENÇÃO PROFISSIONAL – 36h
Ementa: Conhece campos da ação profissional; estuda a unicidade do processo de trabalho do serviço social e identifica limites e possibilidades da ação profissional na diversidade de campos da prática; problematiza a experiência vivenciada no Laboratório de Práticas em Serviço Social: Prática V.
Bibliografia Básica:
CASTRO, Alba Tereza Barroso de; FREIRE, Lucia; FREIRE, Silene de Moraes (Orgs.). 3. ed. Serviço Social, política social e trabalho: perspectivas para o século XXI. São Paulo: Cortez, 2012.
FREIRE, L. M. O serviço social na reestruturação produtiva: espaços, programas e trabalho profissional, São Paulo: Cortez, 2003.
VASCONCELOS, Ana Maria. A prática do serviço social: cotidiano, formação e alternativas na área da saúde. São Paulo: Cortez, 2006.
Bibliografia Complementar:
AMARANTE, Paulo. Saúde mental e atenção psicossocial. 3. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011.
BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS Maurílio Castro de (Org.). 2. ed. Assessoria, consultoria & serviço social. São Paulo: Cortez, 2012.
MONTANO, Carlos. O canto da sereia: crítica a ideologia e aos projetos do terceiro setor. São Paulo: Cortez, 2014.
SILVA, Marcela Mary José da. Serviço Social na educação: teoria e prática. São Paulo: Papel Social, 2013.
SILVA, Maria das Graças e. Questão ambiental e desenvolvimento sustentável: um desafio ético-político ao Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2009.
Disciplina: PSICOPATOLOGIA – 72h
Ementa: Aborda as fases do desenvolvimento da personalidade do ser humano; estuda distúrbios psicopatológicos e seus sintomas; indica formas de abordagens profissionais; discute o sofrimento psíquico como construção social.
Bibliografia Básica:
ABREU, Cristiano N. et al. Síndromes psiquiátricas: diagnóstico e entrevista para profissionais de saúde mental. Porto Alegre: Artmed, 2006.
CHENIAUX, Elie. Manual de psicopatologia. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.
EIZIRIK, Cláudio L. et al. O ciclo da vida humana: uma perspectiva psicodinâmica. Porto Alegre: Artmed, 2001.
Bibliografia Complementar:
BARLOW, D. H.; DURAND, M. V. Psicopatologia: uma abordagem integrada. São Paulo: , c2008.
COSTA, Fernando César Oliveira et al. Neuropsicologia dos transtornos mentais. São Paulo: Artmed, 2007.
FEIST, Jess; FEIST, Gregory J. Teorias da personalidade. 6. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2008.

KAPLAN, H.; SADDOK, B. **Manual conciso de psiquiatria clínica**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

PISANI, Elaine Maria Braghirolli. **Psicologia geral**. 24. ed. Porto Alegre: Vozes, 2004.

Disciplina: INTERVENÇÃO EM PROCESSOS PESSOAIS – 72h

Ementa: Estuda o vínculo social e o empoderamento como bases da intervenção profissional; analisa e exercita a escuta como forma de reconhecimento da resiliência e do outro como legítimo outro; aborda técnicas e processos da entrevista; considera a intervenção como um processo constituído de planejamento, execução e avaliação; exercita a elaboração do estudo social e a documentação da prática em processos pessoais; problematiza a experiência vivenciada no Laboratório de Práticas em Serviço Social: Prática V.

Bibliografia Básica:

FALEIROS, Vicente de Paula. **Globalização correlação de forças e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2013.

PICHON-RIVIÈRE-, Enrique. **Teoria do vínculo**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ROGERS, Carl. **Tornar-se pessoa**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

Bibliografia Complementar:

BENJAMIN, Alfred. **A entrevista de ajuda**. 11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em serviço social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

FIORELLI, José Osmir; FIORELLI, Maria Rosa; MALHADAS JUNIOR, Marcos Julio Olivé.

Mediação e solução de conflitos: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2008.

MATURANA, Humberto. **A ontologia da realidade**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

SANICOLA, Lia. **As dinâmicas de rede e o trabalho social**. 2. ed. São Paulo: Veras Editora, 2015.

Disciplina: INTERVENÇÃO EM PROCESSOS FAMILIARES – 72h

Ementa: Estuda o ciclo e a dinâmica dos processos familiares; destacando as crises do processo desenvolvimental, nascimento dos filhos, adolescência, vida adulta e terceira idade assim como novas configurações familiares; aborda técnicas de intervenção sócio-familiar; considera a intervenção como um processo constituído de planejamento, execução e avaliação; exercita a documentação da prática em processos familiares; problematiza a experiência vivenciada no Laboratório de Práticas em Serviço Social: Prática V.

Bibliografia Básica:

ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amalia Faller. **Família: redes, laços e políticas públicas**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (Org.). **A família contemporânea em debate**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

CASSIA, Maria Carloto; CAMPOS, Marta Silva; MIOTO, Regina Célia. **Familismo direitos e cidadania:** contradições da política social. São Paulo: Cortez, 2015.

Bibliografia Complementar:

BENTO, Rilma. **Integração familiar de crianças e adolescentes:** possibilidades e desafios. São Paulo: Veras Editora, 2014.

CARTER, Betty; MACGOLDRICK, Mônica. **As mudanças no ciclo de vida familiar:** uma estrutura para a terapia familiar. 2. ed. São Paulo: Artmed, 1995.

CERVENY, Ceneide Maria de Oliveira (org.) **Família e ...** : narrativas, gênero, parentalidade, irmãos, filhos nos divórcios, genealogia, história, estrutura, violência, intervenção sistêmica, rede social - 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010. Disponível em Biblioteca Virtual.

CERVENY, Ceneide Maria de Oliveira, BERTHOUD, Cristiana Mercadante Esper **Família e ciclo vital:** nossa realidade em pesquisa São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010. Disponível em Biblioteca Virtual.

LEAL, Maria Cristina; SALES, Mione Apolinario; MATOS, Maurlio Castro de. 6. ed. **Política social, família e juventude**. São Paulo: Cortez, 2014.

NEIVA, Kathia Maria Costa. **Intervenção psicossocial:** aspectos teóricos, metodológicos e experiências práticas. São Paulo: Vetor, 2010.

POLETTI, Rosette; DOBBS, Barbara. **A resiliência: a arte de dar a volta por cima**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

Disciplina: INTERVENÇÃO EM PROCESSOS COLETIVOS – 72h

Ementa: Estuda grupos terapêuticos e operativos, reuniões e assembleias; problematiza tipos de práticas coletivas - cooperativas, conselhos de direitos e outros espaços de representação da sociedade civil; aborda a intervenção em processos coletivos; considera a intervenção como um processo constituído de planejamento, execução e avaliação; exercita a documentação da prática em processos coletivos; problematiza a experiência vivenciada no Laboratório de Práticas em Serviço Social: Prática V.

Bibliografia Básica:

AFONSO, Maria Lúcia Miranda (org.) **Oficinas em dinâmica de grupo na área da saúde**. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010. Disponível em Biblioteca Virtual.
ANZIUE, Didier Anzieu. **O grupo e o inconsciente: o imaginário grupal**. São Paulo, Casa do Psicólogo, 2012. Disponível em Biblioteca Virtual.
BAREMMBLITT, Gregório (Org.). **Grupos: teoria e técnica**. São Paulo, SP: Graal, 2010
MINICUCCI, Agostinho. **Dinâmica de grupo: teoria e sistemas**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
MOREIRA, Carlos Felipe N. **O trabalho com grupos em serviço social: a dinâmica de grupo como estratégia para reflexão crítica**. São Paulo: Cortez, 2014.

Bibliografia Complementar:

AFONSO, Maria Lúcia Miranda (org.) **Oficinas em dinâmica de grupo: um método de intervenção psicossocial**. 3. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010. Disponível em Biblioteca Virtual.
NERY, Maria da Penha. **Grupos e intervenção em conflitos**. São Paulo: Ágora, 2010.
OSÓRIO, Luiz Carlos. **Psicologia grupal: uma nova disciplina para o advento de uma era**. Porto Alegre: Artmed, 2003.
RIVIÉRE- PICHON, Enrique. **O processo grupal**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
YALON, Irvin D. **Psicoterapia de grupo: teoria e prática**. 5. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2006.
ZIMERMAN, David. **Como trabalhamos com grupos**. Porto Alegre, RS: Artmed, 1997.

Disciplina: INTERVENÇÃO EM PROCESSOS PROFISSIONAIS – 36h

Ementa: Estuda as bases teóricas da rearticulação dos saberes; problematiza a inserção profissional em equipes interprofissionais e interdisciplinares; exercita a análise e a auto-análise como condição para a construção da identidade profissional em organizações; considera a intervenção como um processo constituído de planejamento, execução e avaliação; exercita a documentação da prática em processos profissionais; problematiza a experiência vivenciada no Laboratório de Práticas em Serviço Social: Prática V.

Bibliografia Básica:

BAPTISTA, Myrian Veras; BATTINI, Odária. **A prática profissional do assistente social: teoria, ação, construção do conhecimento**. São Paulo: Veras Editora, 2014. v. 1.
MORGAN, Gareth. **Imagens da organização**. São Paulo: Atlas, 2006.
MORIN, Edgar. **A religação dos saberes: o desafio do século XXI**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

Bibliografia Complementar:

BASSIT, Ana Zahira (Org.). **O interdisciplinar: olhares contemporâneos**. São Paulo, SP: Factash, 2010.
FAZENDA, Ivani. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa**. Campinas: Papirus, 2016. Disponível em Biblioteca Virtual.
FREIRE, L. M. **O serviço social na reestruturação produtiva: espaços, programas e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez, 2003.
JAPIASSÚ, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro, RJ: Imago, 1976.
LAPASSADE, Georges. **Grupos, organizações e instituições**. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

PHILIPPI JR., Arlindo, SILVA NETO, Antonio (Ed.) **Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia e inovação**. Barueri: Manole, 2011. Disponível em Biblioteca Virtual.

6º SEMESTRE

Disciplina: GESTÃO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS SOCIAIS – 36h

Ementa: Estuda a ação profissional na articulação de plano, programa e projeto sociais; analisa a formulação, o controle e a avaliação de políticas sociais na relação entre estado e sociedade civil considerando diferentes formas de organização da vida social.

Bibliografia Básica:

BOSCHETTI, Ivanete et al. **Financeirização, fundo público e política social**. São paulo: Cortez, 2012.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Cultura e democracia**. São Paulo: Cortez, 2000.

SOUZA, Maria Helena (Org.). **A cidadania negada** : políticas públicas e formas de viver. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo, 2009.

Bibliografia Complementar:

ARMANI, Domingos. **Como elaborar projetos?**: guia prático para elaboração e gestão de projetos sociais. Porto Alegre, RS: Tomo Ed., 2009.

BAPTISTA, Myrian Veras. **Planejamento social**: intencionalidade e instrumentação. 2. ed. São Paulo: Veras, 2003.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant. **Gestão social e trabalho social**: desafios e percursos metodológicos. São Paulo: Cortez, 2014.

SILVA, Ademir Alves da. **A gestão da seguridade social brasileira**: entre a política pública e o mercado. São Paulo: Cortez, 2004.

TONI, Jackson de **O planejamento estratégico governamental**: reflexões metodológicas e implicações na gestão pública. Curitiba: Intersaberes, 2016. Disponível em Biblioteca Virtual.

Disciplina: FENÔMENOS DE INTERVENÇÃO PROFISSIONAL I – 36h

Ementa: Conhece fenômenos existentes nas relações estruturais e sociais e que demandam a intervenção profissional: dependência química, relações de gênero, necessidades especiais, sofrimento psíquico e violência doméstica; analisa estes fenômenos como construção social; aborda elementos do aparato jurídico específico a tais fenômenos; problematiza exigências que se colocam para a prática do Assistente Social.

Bibliografia Básica:

BARON, Leda Maria Codeço , ANDRADE, Márcia Siqueira de Andrade (Org.) **Aprendizagem contextualizada**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2012. Disponível em Biblioteca Virtual.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo**: a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2008

CASSIA, Maria Carloto; CAMPOS, Marta Silva; MIOTO, Regina Célia. **Familismo direitos e cidadania**: contradições da política social. São Paulo: Cortez, 2015.

SILVA, José Fernando Siqueira da. **Serviço social**: resistência e emancipação?. São Paulo: Cortez, 2013

Bibliografia Complementar:

FONSECA, Claudia. **Família, fofoca e honra**: etnografia de relação de gênero e violência em grupo populares. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2004.

GITLOW, Stuart. **Transtornos relacionados ao uso de substâncias**. Porto Alegre: Artemd, 2008.

GROSSI, Patrícia Krieger; WERBA, Graziela C (Org.). **Violências e gênero**: coisas que a gente não gostaria de saber. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

GUEBERT, Mirian Célia Castellain **Inclusão**: uma realidade em discussão Curitiba: Intersaberes, 2012. Disponível em Biblioteca Virtual.

LARA, Glaucia Proença, LIMBERTI, Rita Pacheco **Discurso e (Des)igualdade social**. São Paulo: Contexto, 2015. Disponível em Biblioteca Virtual.

MIRANDA, Shirley Aparecida de **Diversidade e ações afirmativas**: combatendo as desigualdades sociais. Belo Horizonte: Autentica, 2010. Disponível em Biblioteca Virtual.

OLIVEIRA, Carlos Afonso da Silva. **A gestão da política de inclusão das pessoas**

portadoras de deficiência. Brasília, DF: Corde, 2000.
PINSKY, Ilana, Bessa(Org.), Marco Antonio (Org.) **Adolescência e drogas.** São Paulo: Contexto, 2004. Disponível em Biblioteca Virtual.
VASCONCELOS, Eduardo Mourão (Org). **Saúde Mental e serviço social:** o desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade. São Paulo:Cortez, 2015.

Disciplina: PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL – 72h

Ementa: Aborda a pesquisa como dimensão que qualifica a prática profissional; diferencia ciência e senso comum; conhece os principais métodos de construção do conhecimento científico; estuda a formação do espírito científico; compreende a construção do objeto científico nas ciências sociais aplicadas e analisa a pesquisa e a construção do conhecimento no Serviço Social.

Bibliografia Básica:

BAPTISTA, Myrian Veras. **A investigação em serviço social.** São Paulo: Veras; Lisboa: CPIHTS, 2006.
BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
PREMEBRIDA, Adriano ... [et al.] **Pesquisa social.** Curitiba: intersaberes, 2013. Disponível em Biblioteca Virtual.

Bibliografia Complementar:

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais.** 4. ed. [S.l.]: Hucitec, 1999.
ROSA, Maria Virginia de Figueiredo Pereira de Couto; ARNOLDI, Marlene Aparecida Gonzalez Colombo. **A entrevista na pesquisa qualitativa.** Belo Horizonte: Autêntica, 2006. Disponível em Biblioteca Virtual.
SETUBAL, Aglair Alencar. **Pesquisa em serviço social:** utopia e realidade.5. ed. São Paulo: Cortez, 2015.
SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Pesquisa avaliativa:** aspectos teórico-metodológicos. São Paulo: Veras, [200-].

Disciplina: ATELIER DE PRÁTICAS DE ESTÁGIO I – 36h

Ementa: Aborda a discussão dos elementos constitutivos do processo de trabalho do Serviço Social, da análise dos processos sociais e/ou organizacionais até o planejamento da intervenção, a partir do acesso aos saberes instaurados na formação acadêmica e seu uso em situações reais.

Bibliografia Básica:

BAPTISTA, Myrian Veras. **Planejamento social:** intencionalidade e instrumentação. 2. ed. São Paulo: Veras, 2003.
BAREMBLITT, Gregório. **Compêndio de análise institucional e outras correntes.** 5. ed. Belo Horizonte: Instituto Félix Guattari, 2002.
BENJAMIN, Alfred. **A entrevista de ajuda.** 11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

Bibliografia Complementar:

CARVALHO JÚNIOR, Moacir Ribeiro de **Gestão de projetos da academia à sociedade.** Curitiba: Intersaberes, 2012. Disponível em Biblioteca Virtual.
CARVALHO, Alba Maria Pinho de. **A questão da transformação e o trabalho social:** uma análise gramsciana . 2. ed. São Paulo, SP: Cortez, 1986.
FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em serviço social.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
MARTINS, José de Souza **A Sociabilidade do homem simples:** cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Contexto, 2008. Disponível em Biblioteca Virtual.
PONTES, Reinaldo. **Mediação e serviço social:** um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo serviço social. São Paulo: Cortez, 2010.
VASCONCELOS, Ana Maria. **A prática do serviço social:** cotidiano, formação e alternativas na área da saúde. São Paulo: Cortez, 2006.

YAZBEK, Lucia Cramelita; BELFIORE-WANDERLEY, Mariangela (Org.). **Desigualdade e a questão social**. São paulo: PUCSP, 2013.

Disciplina: ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL I – 252h

Ementa: Promove a inserção do aluno no campo da prática com vistas à realização do seu processo de trabalho; exercita a análise como forma de identificação de necessidades, possibilidades e limites de intervenção, constrói o objeto de intervenção profissional e planeja sua intervenção, sob supervisão acadêmica a partir da documentação da prática de estágio.

Bibliografia Básica:

BAPTISTA, Myrian Veras. **Planejamento social**: intencionalidade e instrumentação. 2. ed. São Paulo: Veras, 2003.

BAREMBLITT, Gregório. **Compêndio de análise institucional e outras correntes**. 5. ed. Belo Horizonte: Instituto Félix Guattari, 2002.

BENJAMIN, Alfred. **A entrevista de ajuda**. 11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

Bibliografia Complementar:

BONETTI, Dilséa Adeodata et al (Org.). **Serviço social e ética**: convite a uma nova práxis. 6. ed. São Paulo: Cortez, CFESS, 2005.

CARTER, Betty; MACGOLDRICK, Mônica. **As mudanças no ciclo de vida familiar**: uma estrutura para a terapia familiar. 2. ed. São Paulo: Artmed, 1995.

CERVENY, Ceneide Maria de Oliveira, BERTHOUD, Cristiana Mercadante Esper **Família e ciclo vital**: nossa realidade em pesquisa São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010. Disponível em Biblioteca Virtual.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em serviço social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço social**: identidade e alienação. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria “questão social” em debate**. São Paulo: Cortez, 2014.

7º SEMESTRE

Disciplina: FENÔMENOS DE INTERVENÇÃO PROFISSIONAL II – 36h

Ementa: Conhece fenômenos existentes nas relações estruturais e sociais e que demandam a intervenção profissional: adoção, guarda, destituição de poder familiar, acompanhamento compulsório, execução de medidas sócio-educativas, penas alternativas, ressocialização de apenados; analisa estes fenômenos como construção social; aborda elementos do aparato jurídico específico a tais fenômenos; problematiza exigências que se colocam para a prática do Assistente Social.

Bibliografia Básica:

BAUMAN, Zygmunt. **A sociedade individualizada**: vidas contadas e histórias vividas. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 2001.

SIQUEIRA, Luana. **Pobreza e serviço social**: diferentes concepções e compromissos políticos. São Paulo: Cortez, 2013.

SOARES, Luiz Eduardo. **Justiça**: pensando alto sobre violência, crime e castigo. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, 2011

Bibliografia Complementar:

BRAGAGLIA, Mônica. **Auto-organização**: um caminho promissor para o Conselho Tutelar. São Paulo: Annablume, 2005.

COSTA, Ana Paula Motta. **As garantias processuais e o direito penal juvenil**: como limite na aplicação da medida socioeducativa de internação. Porto Alegre, RS: Livr. do Advogado, 2005.

FAVERO, Eunice Terezinha. **Questão social e perda do poder familiar**. São Paulo: Veras, 2007.

GOMES, Luiz Flávio. **Penas e penalidades alternativas à prisão**: doutrina e jurisprudência. São Paulo: RT, 2000.

MOTTA, Maria Antonieta Pisano. **Mães abandonadas**: a entrega de um filho em adoção. 2. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2015.

Disciplina: PRODUÇÃO TEXTUAL NO SERVIÇO SOCIAL – 36h
Ementa: Propicia a compreensão da subjetividade da escrita; desenvolve a construção do texto como forma de objetivação do pensamento e da ação profissional; aborda a escrita como forma de qualificação da prática; exercita a sistematização em torno de questões/temas associadas ao processo de trabalho desenvolvido nos estágios curriculares obrigatórios.
Bibliografia Básica: BLIKSTEIN, Izidoro. Técnicas de comunicação escrita . 10. ed. São Paulo: Ática, 1992. MARCUSCHI, Luiz Antonio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão . São Paulo: Parábola, 2012. VASCONCELOS, Eduardo Mourão. Complexidade e pesquisa interdisciplinar: epistemologia e metodologia operativa . 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
Bibliografia Complementar: BIANCHETTI, Lucídio (Org). Trama & texto: leitura crítica e escrita criativa . 2. ed. São Paulo: Plexus, 2002. v. 1. BIANCHETTI, Lucídio, Meksenas, Paulo A Trama do conhecimento: teoria, método e escrita em ciência e pesquisa Campinas: Papyrus, 2008. Disponível em Biblioteca Virtual. FIGARÓ, Roseli (ORG.) Comunicação e análise do discurso . São Paulo: Contexto, 2012. Disponível em Biblioteca Virtual. GREIMAS, A. J. Análise do discurso em ciências sociais . São Paulo: Global, 1986. MARQUES, Mario Osório. Escrever é preciso: o princípio da pesquisa . 3. ed. Ijuí: UNIJUÍ, 2003 MIGUEL, Emílio Sanchez. Compreensão e redação de textos: dificuldades e ajudas . Porto Alegre: Artmed, 2002. SCHOPENHAUER, Arthur. A arte de escrever . Porto Alegre: L&PM, 2008.
Disciplina: PRÁTICA CIENTÍFICA NO SERVIÇO SOCIAL – 72h
Ementa: Aborda o rigor teórico-metodológico como condição para a prática de pesquisa; instrumentaliza para a construção do projeto e realização da pesquisa; constrói o projeto de pesquisa tendo como unidade de análise o processo de trabalho desenvolvido em estágio curricular obrigatório.
Bibliografia Básica: BAPTISTA, Myrian Veras. A investigação em serviço social . São Paulo: Veras; Lisboa: CPIHTS, 2006. DIONNE, Jean; LAVILLE, Christian. A construção do saber: manual de pesquisa em ciências humanas . Porto Alegre: Artmed, 1999. VASCONCELOS, Eduardo Mourão. Complexidade e pesquisa interdisciplinar: epistemologia e metodologia operativa . 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
Bibliografia Complementar: BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo . Lisboa: Edições 70, 2011. BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico . 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. DESLAURIERS, Jean Pierre et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos . 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. Manual de Investigação em ciências sociais . Portugal: Gradiva, 2005. RICHARDSON, Roberto Jarry . Pesquisa social: métodos e técnicas . 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
Disciplina: ATELIER DE PRÁTICAS DE ESTÁGIO II – 36h
Ementa: Aborda a discussão e análise dos elementos constitutivos do processo de trabalho do Serviço Social, da intervenção até a avaliação, a partir do acesso aos saberes instaurados na formação acadêmica e seu uso em situações reais.
Bibliografia Básica: BAPTISTA, Myrian Veras. Planejamento social: intencionalidade e instrumentação . 2. ed. São Paulo: Veras, 2003. BENJAMIN, Alfred. A entrevista de ajuda . 11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

GIEHL, Pedro Roque... et al. **Elaboração de projetos sociais** Curitiba: Intersaberes, 2015. Disponível em Biblioteca Virtual.

STEPHANOU, Luis; MÜLLER, Lúcia Helena; CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Guia para elaboração de projetos sociais**. 2. ed. São Leopoldo: Sinodal, 2003.

Bibliografia Complementar:

BELFIORE-WANDERLEY, Mariangela (Org.), BOGUS, Lucia Maria M.(Org.); YAZBEK, Maria Carmelita(Org.). **Desigualdade e a questão social**. São Paulo, SP: PUC-SP, 2013.

CARTER, Betty; MACGOLDRICK, Mônica. **As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar**. 2. ed. São Paulo: Artmed, 1995.

CERVENY, Ceneide Maria de Oliveira, BERTHOUD, Cristiana Mercadante Esper **Família e ciclo vital: nossa realidade em pesquisa** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010. Disponível em Biblioteca Virtual.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em serviço social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

IAMAMOTO, Marilda V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2013.

OLIVEIRA, Valdeir (Org.) **Fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social** . São Paulo: Pearson education do Brasil, 2014. Disponível em Biblioteca Virtual.

RAMOS, Ieda cristina Alves ... et al. **Captação de recursos para projetos sociais**. Curitiba: intersaberes, 2012. Disponível em Biblioteca Virtual.

Disciplina: ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL II – 252h

Ementa: Executa a prática planejada em Estágio Supervisionado em Serviço Social I; avalia a intervenção a partir de indicadores previamente construídos; analisa o processo de trabalho realizado ao longo do estágio curricular obrigatório, sob supervisão acadêmica a partir da documentação da prática de estágio.

Bibliografia Básica:

ARMANI, Domingos. **Como elaborar projetos?**: guia prático para elaboração e gestão de projetos sociais. Porto Alegre, RS: Tomo Ed., 2009.

BAPTISTA, Myrian Veras. **Planejamento social: intencionalidade e instrumentação**. 2. ed. São Paulo: Veras, 2003.

BENJAMIN, Alfred. **A entrevista de ajuda**. 11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

Bibliografia Complementar:

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e serviço social: fundamentos ontológicos**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

DIEHL, Astor Antônio, TATIM, Denise Carvalho **Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas**. São Paulo: PrenticeHall, 2004. Disponível em Biblioteca Virtual.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em serviço social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NETTO, José Paulo. **Cotidiano: conhecimento e crítica**. 6. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2005.

PIZZOL, Alcebir Dal. **Estudo social ou perícia social?: um estudo teórico-prático justiça catarinense**. Florianópolis, SC: Insular, 2005.

ROSA, Maria Virginia de Figueiredo Pereira de Couto; ARNOLDI, Marlene Aparecida Gonzalez Colombo. **A entrevista na pesquisa qualitativa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. Disponível em físico e Biblioteca Virtual.

8º SEMESTRE

Disciplina: QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS E SERVIÇO SOCIAL – 36h

Ementa: Aborda temáticas emergentes para intervenção profissional em Serviço Social com vistas a atender a flexibilização curricular, mobiliza e consolida a preparação do/a estudante para inserção competente em campos da realidade social contemporânea.

Bibliografia Básica:

BAUMAN, Zigmunt. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Zahar, c2009.

MORIN, Edgar. **A religião dos saberes: o desafio do século XXI**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 14 ed. São Paulo, SP: Cortez, 2013.

Bibliografia Complementar:

BURSZTYN, Marcel. (Org.). **Ciência, ética e sustentabilidade: desafios ao novo século**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GOMEZ, J. Andrés Domingues (org.) **Serviço social e meio ambiente**. São Paulo: Cortez, 2005.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa **Educação ambiental no Brasil: formação, identidades e desafios**. Campinas: Papirus, 2015. Disponível em Biblioteca Virtual.

MARCON, Kenya Jeniffer **Sociologia contemporânea**. São Paulo: Pearson education do Brasil, 2014. Disponível em Biblioteca Virtual.

POCHMANN, Marcio. **Qual desenvolvimento?: oportunidades e dificuldades do Brasil contemporâneo**. São Paulo, SP: Publisher Brasil, 2009.

ZOTTIS, Alexandra Marcella; RUSSO, Denise; ARAUJO, Margaret Panerai (Org.). **Sustentabilidade: uma abordagem social**. Novo Hamburgo: Feevale, 2009.

Disciplina: ATELIER DE PESQUISA – 72h

Ementa: Executa o projeto elaborado na disciplina de Prática Científica no Serviço Social; reflete sobre contingências próprias ao ato de pesquisar; coleta, sistematiza e analisa dados relacionados ao objeto de pesquisa.

Bibliografia Básica:

BARBIER, René. **A pesquisa-ação**. Brasília: Plano, 2002.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. **Complexidade e pesquisa interdisciplinar: epistemologia e metodologia operativa**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

Bibliografia Complementar:

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

DIONNE, Jean; LAVILLE, Christian. **A construção do saber: manual de pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de Investigação em ciências sociais**. Portugal: Gradiva, 2005.

ROSA, Maria Virginia de Figueiredo Pereira de Couto; ARNOLDI, Marlene Aparecida Gonzalez Colombo. **A entrevista na pesquisa qualitativa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. Disponível em físico e Biblioteca Virtual.

SCHOPENHAUER, Arthur. **A arte de escrever**. Porto Alegre: L&PM, 2008.

Disciplina: EMPREENDEDORISMO E SERVIÇO SOCIAL – 36h

Ementa: Aborda a postura empreendedora como elemento constitutivo da identidade profissional; associa o empreendedorismo ao desenvolvimento de competências; analisa a gestão estratégica de competências no âmbito da gestão e projeção da carreira profissional.

Bibliografia Básica:

ALLEN, Áurea. **Como planejar sua carreira: um guia para administrá-la com sucesso**. São Bernardo do Campo: Provo, 2003.

CHÉR, Rogério. **Empreendedorismo na veia: um aprendizado constante**. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2008.

CHIAVENATO, Idalberto. **Carreira e competência: você é aquilo que você faz! Como planejar e conduzir seu futuro profissional**. 3. ed. Barueri, Manole, 2013. Disponível em Biblioteca Virtual.

OLIVEIRA, Edson Marques de. **Empreendedorismo social: da teoria a pratica, do sonho a realidade**. 2 ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2007.

Bibliografia Complementar:

DEGEN, Ronald Jean. **O Empreendedor: empreender como opção de carreira**. São Paulo: Pearson prentice Hall, 2009. Disponível em Biblioteca Virtual.

GOLEMAN, Daniel. **Inteligência emocional: a teoria revolucionária que redefine o que é ser**

inteligente. 61. ed. Rio de Janeiro, RJ: Objetiva, 1995. IAMAMOTO, Marilda Villela. Trabalho e indivíduo social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006. LEME, Rogério. Aplicação prática de gestão de pessoas por competências: mapeamento, treinamento, seleção, avaliação e mensuração de resultados de treinamento. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Qualitymark, 2010. QUEIROZ, Claudio; LEITE, Christiane. O elo da gestão de carreira. São Paulo: DVS, 2011.
Disciplina: ATELIER DE ANÁLISE DE PROCESSO DE TRABALHO – 36h
Ementa: Analisa questões e temas emergentes associados à produção de conhecimento oriunda do estágio curricular obrigatório; reflete sobre a experiência realizada, tendo em perspectiva a inserção profissional no mundo do trabalho.
Bibliografia Básica:
CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. 9 ed. rev. ampl. São Paulo: Paz e Terra, 2006. GUERRA, Yolanda. A instrumentalidade do serviço social. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010. IAMAMOTO, Marilda. Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro trabalho e questão social. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
Bibliografia Complementar:
CARDOSO, Maria de Fátima Matos. Reflexões sobre instrumentais em serviço social. São Paulo: LCTE, 2008. CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social: uma crônica dos salários. 5. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2005. IAMAMOTO, Marilda V. O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2013. KARSCH, Ursula Margarida. Serviço social na era dos serviços. São Paulo: Cortez, 2011. MARTINELLI, Maria Lúcia. Serviço social: identidade e alienação. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
Disciplina: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – 144h
Ementa: Articula saberes teórico-práticos a partir da problematização do estágio curricular obrigatório; socializa, através da produção escrita e da apresentação oral, elementos da identidade profissional construída no decorrer da formação acadêmica.
Bibliografia Básica:
BARROCO, Maria Lúcia Silva. Ética e serviço social: fundamentos ontológicos. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004. CASTEL, Robert; BOGUS, Lucia Maria M.; YAZBEK, Maria Carmelita. Desigualdade e a questão social. 3. ed. São Paulo : EDUC, 2008. DIONNE, Jean; LAVILLE, Christian. A construção do saber: manual de pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed, 1999.
Bibliografia Complementar:
GUERRA, Yolanda. A instrumentalidade do serviço social. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010. IAMAMOTO, Marilda V. Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 2005. IAMAMOTO, Marilda V. Renovação e conservadorismo no serviço social: ensaios críticos. São Paulo: Cortez, 2004. MARTINELLI, Maria Lúcia. Serviço social: identidade e alienação. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2005. PASTORINI, Alejandra. A categoria “questão social” em debate. São Paulo: Cortez, 2014.

DISCIPLINAS OPTATIVAS/ELETIVAS

Disciplina: LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS I – 36h
Ementa: Contextualiza o que significa surdez do ponto de vista socioantropológico reconhecendo a Língua Brasileira de Sinais como a língua natural das pessoas surdas e que constitui o elo com este segmento social; explora o vocabulário básico de LIBRAS, em estruturas simples de construção de frases, promovendo o diálogo entre o professor e o

aluno em LIBRAS.
Bibliografia Básica:
FIGUEIRA, A. S. Material de apoio para o aprendizado de Libras . Phorte, 2011.
PEREIRA, Maria Cristina da Cunha. Libras: conhecimento além dos sinais . São Paulo: Pearson Brasil, 2011.
SANTANA, Ana Paula. Surdez e linguagem: aspectos e implicações neurolingüísticas . São Paulo: Summus, 2007
Bibliografia Complementar:
DANESI, Marlene Canarin (Org). Fonoaudiologia e linguagem: teoria e pratica lado a lado . Porto Alegre : Universitária Metodista IPA, 2007.
GRAÑA, Carla Guterres. Quando a fala falta: fonoaudiologia, linguística e psicanálise . São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.
QUADROS, Ronice Muller (Org.). Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos . Porto Alegre: Artmed, 2004.
QUADROS, Ronice Muller; FINGER, Ingrid. Teorias de aquisição da linguagem . Florianopolis:FAPEU-UFSC, 2008.
SKLIAR, Carlos (Org.) Educação e exclusão: abordagens sócio-antropológicas em educação especial . Porto alegre: Mediação, 2004
Disciplina: DIREITOS HUMANOS – 36h
Ementa: Estuda a história dos direitos humanos, sua natureza a bases filosóficas; discute a formação histórica e social brasileira; aborda temas da atualidade como justiça de transição, justiça restaurativa e prevenção à violência, destacando as garantias constitucionais; situa as principais convenções e resoluções das Nações Unidas no sistema internacional de garantias e questiona a intolerância, o preconceito e a legitimação da violência que sobrevivem em nossa cultura.
Bibliografia Básica:
COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos . São Paulo: Saraiva, 2010.
SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais . 7. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.
ZEHR, Howard. Trocando as lentes: um novo foco sobre o crime e a justiça . São Paulo: Palas Athena, 2008.
Bibliografia Complementar:
BITTAR, Eduardo. Democracia, justiça e direitos humanos: estudos de teoria crítica e filosofia do direito . São Paulo: Saraiva, 2011.
FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Direitos humanos fundamentais . 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
PIOVESAN, Flavia. Direitos humanos e o direito constitucional internacional . 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
SINGER, Peter. Ética prática . São Paulo: Martins Fontes, 2002.
SOARES, Luiz Eduardo. Justiça: pensando alto sobre violência, crime e castigo . Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.
Disciplina: DIREITO AMBIENTAL – 36h
Ementa: Estuda o direito ambiental na ordem interna e internacional, a ecologia e sua relação com as ciências sociais; aborda a consciência ecológica, ideologia e meio ambiente; enfoca a crise ambiental e o desenvolvimento sustentável.
Bibliografia Básica:
FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. Curso de direito ambiental brasileiro . São Paulo: Saraiva, 2011.
GARCIA, Leonardo de Medeiros. Direito ambiental: princípios, competências constitucionais . São Paulo: Jus Podivm, 2014.
MACHADO, Paulo Affonso. Direito ambiental brasileiro . 22. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.

Bibliografia Complementar:
CANOTILHO, Jose Joaquim Gomes (Org.). Direito constitucional ambiental brasileiro . São Paulo: Saraiva, 2012.
FREITAS, Vladimir Passos de. Direito administrativo e meio ambiente . 3. ed. Curitiba: Juruá, 2003.
HAWKEN, Paul; LOVINS, Amory; LOVINS, L. Hunter. Capitalismo natural : criando a próxima revolução industrial. São Paulo: Cultrix, 2006.
SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo . 28. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.
SIRVINSKAS, Luís Passos. Tutela penal do meio ambiente : breves considerações atinentes à Lei nº 9605 de 12 de fevereiro de 1998. São Paulo: Saraiva, 2004.
Disciplina: SEMINÁRIO: COMUNICAÇÃO, GÊNERO E DIREITOS HUMANOS – 36h
Ementa: Aborda a construção e reprodução cultural das desigualdades sociais a partir da exposição das diferenças sociais, econômicas, culturais e de poder como resultado de um complexo processo histórico de ordenamento social, bem como discute a influência da mídia neste processo.
Bibliografia Básica:
ALVES, José Augusto Lindgren. Os direitos humanos como tema global . São Paulo: Perspectiva, 2007.
COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos . São Paulo: Saraiva, 2010.
FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Direitos humanos fundamentais . São Paulo: Saraiva, 2005.
Bibliografia Complementar:
DIREITOS humanos, globalização econômica e integração regional : desafios do direito constitucional internacional. São Paulo: Limonad, 2002.
LAFER, Celso. A reconstrução dos direitos humanos . São Paulo: Cia. das Letras, 2003.
MATOS, Francisco Gomes de. Comunicar para o bem : rumo à paz comunicativa. São Paulo: Ave Maria, 2002.
PIOVESAN, Flavia. Temas de direitos humanos . 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.
WEIS, Carlos. Direitos humanos contemporâneos . São Paulo: Malheiros, 2008.
Disciplina: LEITURA E PRODUÇÃO TEXTUAL – 36h
Ementa: Desenvolve a autonomia para compreensão geral, detalhada e crítica de textos através do ensino de estratégias de leitura; promove a análise e a produção textual, privilegiando o desenvolvimento das competências linguísticas necessárias à produção acadêmica e ao uso adequado da língua portuguesa na sua variante culta; instiga a reflexão sobre temas da atualidade.
Bibliografia Básica:
ABL. Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa . 5. ed. São Paulo: Global, 2009.
CUNHA, Celso; CINTRA, Luis F. Lindley. Nova gramática do português contemporâneo . 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.
GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna . Rio de Janeiro: FGV, 2007.
Bibliografia Complementar:
FIORIN, José Luiz. Para entender o texto : leitura e redação. São Paulo: Ática, 2010.
LINHARES, Célia Frazão <i>et al.</i> Ensinar e aprender : sujeitos, saberes e pesquisa. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
MARCUSCHI, Luiz Antonio. Da fala para a escrita : atividades de retextualização. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
SEVERINO, Antonio. J. Metodologia do Trabalho Científico . 23. ed. São Paulo: Cortez, 2013.
SZYMANSKI, Heloisa (Org.). A entrevista em educação : a prática reflexiva. 3. ed. Brasília: Plano, 2010.

11.1 PROPOSTA DE ADEQUAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DAS EMENTAS E PROGRAMAS DAS DISCIPLINAS

A adequação e a atualização das ementas, bem como das referências bibliográficas, poderão se realizar semestralmente, através de encontros do colegiado do curso, nos quais se procederá a consulta direta em relação à atualização. Estas serão encaminhadas pelo/a coordenador/a do curso, quando houver necessidade.

12 MODALIDADE DE ATIVIDADES CURRICULARES

Todas as atividades curriculares abaixo referidas, além de enriquecerem o aprendizado e nortear todo o percurso acadêmico do/a aluno/a, também poderão ser inseridas no rol das Atividades Complementares.

12.1 EXERCÍCIO DE MONITORIA

A inserção de alunos/as monitores permitirá concretizar a proposta de formação acadêmica que oportunize iniciação científica aos estudantes, aproximação e interlocução entre corpo docente, discente nas disciplinas como nos campos próprios e nos campos de prática (instituições parceiras) tanto quanto legitimará o diferencial do curso colocado na criação de um campo próprio em Serviço Social.

Estão previstas monitoria para disciplinas do curso, condicionados aos seguintes aspectos:

- a) iniciativa do/a professor/a da disciplina em projetar e acompanhar o exercício da monitoria;
- b) avaliação e aprovação da proposta pelo colegiado do curso;
- c) seleção de monitores/as de acordo com a necessidade da prática de monitoria correspondente;
- d) adequação as normas institucionais do Centro Universitário Metodista – IPA.

12.2 INICIAÇÃO CIENTÍFICA

A iniciação científica, tradicionalmente, caracteriza-se por ser uma atividade ligada diretamente à existência de realização de pesquisas pelos/as docentes do curso, na qual alunos/as bolsistas ou voluntários/as estejam em formação para a pesquisa bem como realizem atividades relacionadas à pesquisa sob a orientação de um/a docente pesquisador/a.

Entretanto, a prática formativa desenvolvida junto ao TCC e as disciplinas com CH prática da matriz curricular instauram competências próprias do pesquisador

e do âmbito da iniciação científica o que amplia os espaços de formação desta natureza no curso.

12.3 APOIO EXTENSIONISTA

As atividades de extensão são supervisionadas por um/a docente do curso, que esteja vinculado/a diretamente com ações de extensão dirigidas à comunidade.

Todos os programas de extensão contam com dois/duas alunos/as bolsistas e com vagas definidas por projetos para alunos/as voluntários/as e que desejem realizar suas horas de atividades complementares nesses programas. As vagas para alunos/as voluntários/as são oferecidas para alunos/as de todos os cursos, garantindo um caráter interdisciplinar às atividades extensionista. O curso privilegia os programas que contemplem mais de uma área do saber, a exemplo das residências multiprofissionais, desenvolvidas na área da Saúde ou das parcerias com instituições públicas e privadas, como o Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde – PET-Saúde é regulamentado pela Portaria Interministerial nº 421, de 03 de março de 2010, inspirado no Programa de Educação Tutorial – PET, do Ministério da Educação.

12.4 PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS CIENTÍFICOS DA ÁREA COM PRODUÇÃO ESPECÍFICA

Os/As alunos/as do curso de Serviço Social serão sempre incentivados/as a participarem dos eventos científicos da área, bem como os de organização e mobilização do movimento estudantil. Assim participam de semanas acadêmicas, próprias do curso e integradas com o Colegiado da Saúde, apresentam trabalhos em Salão de Iniciação Científica, envolvem-se na organização e com apresentação de trabalhos.

12.5 ATIVIDADES PEDAGÓGICAS CULTURAIS

O Centro Universitário Metodista – IPA é uma Instituição que prima pela qualidade das atividades culturais desenvolvidas no centro, além de oportunizar

aos/às alunos/as o convívio com a cultura, promove atividades culturais através da oficina de eventos e ainda mantém espaços de promoção da cultura como o coral, a orquestra experimental, entre outras.

12.6 ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 11.788/08, de 25 de setembro de 2008, que regulamenta o estágio profissional, o Centro Universitário Metodista – IPA definiu sua política institucional que explicita e regulamenta as atividades que constituem estágio não obrigatório dos cursos de graduação incluindo o Curso de Bacharelado em Serviço Social.

O estágio não obrigatório constitui atividade curricular de ensino opcional, embora não prevista diretamente na matriz curricular, e deverá ser realizada por discente regularmente matriculado em curso de graduação, ocorrendo em ambiente de trabalho da parte concedente, mediante a realização prévia de termo de compromisso e acompanhamento efetivo por professor/a orientador/a.

Cabe destacar que pela natureza da intervenção em Serviço Social e pela proposta pedagógica de formação profissional expressa organização da matriz curricular, os/as estudantes de Serviço Social são considerados aptos para ingresso em campos de estágio curricular não obrigatório tendo cursado e concluído todas as disciplinas do 1º ao 4º semestre.

Além disso, tendo em vista as possíveis implicações decorrentes da legislação e visando assegurar a confessionalidade e o caráter eminentemente pedagógico da relação de estágio, a política do Centro Universitária Metodista – IPA pressupõe que não serão deferidas as solicitações ou renovações de estágio não obrigatório que tenham por objetivo a realização de atividades não compatíveis com a Visão, Missão e Princípios da Instituição, a Política de Ensino do Centro Universitário Metodista – IPA, e com o Projeto Pedagógico do Curso.

Também não serão deferidas as solicitações ou renovações de estágio não curricular que não assegurem o desenvolvimento de competências e habilidades previstas no perfil do/a egresso/a ou ainda de atividades laborais de natureza meramente burocráticas que não agreguem valor à formação do/a discente. Da mesma forma, os/as discentes dos Cursos de Graduação do Centro Universitário

Metodista – IPA não poderão realizar as práticas de estágio em locais ou instalações que não disponham das condições necessárias para o desenvolvimento das atividades requeridas.

O estágio não obrigatório não compõe a carga horária curricular obrigatória do curso. Assim, caso o mesmo seja realizado, não dispensará a realização do estágio obrigatório previsto na matriz curricular.

A carga horária de realização de estágio não obrigatório poderá ser aproveitada como Atividade Complementar (AC) mediante a apresentação de certificado da parte concedente e dentro dos limites previstos no Projeto Pedagógico e no Regulamento de AC do curso.

Considerado como atividade curricular de ensino, o estágio não obrigatório deve ser avaliado respeitando o disposto no Regimento do Centro Universitário Metodista – IPA, sendo sua avaliação efetivada através de dois instrumentos:

- a) do/a discente será exigida a apresentação de relatório das atividades em prazo não superior a 6 meses, do qual o/a professor/a orientador/a deve dar vistas;
- b) do/a professor/a orientador/a será exigido um relatório avaliativo semestral das instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do/a discente.

Não será atribuído nota ou conceito às avaliações, apenas a menção de adequado ou não. Uma vez que essa modalidade de estágio é facultativo, o resultado da avaliação não condiciona a aprovação do/a discente nas demais disciplinas da matriz curricular, nem pode ser exigido como requisito para a colação de grau.

Tendo em vista os requisitos impostos pela legislação, intensifica-se o papel desempenhado pelo Setor de Estágios da Instituição, sob orientação da Coordenadoria de Graduação, constituindo-se o setor encarregado de:

- a) efetivar a articulação acadêmica e operacional do curso (professor/a orientador/a responsável) com o/a discente e com a parte concedente;
- b) efetivar termo de compromisso entre o/a discente e a parte concedente;
- c) efetivar eventuais convênios de concessão de estágio com entes públicos e privados, quando for interesse do Centro Universitário Metodista – IPA;

- d) manter controle e registro dos/as discentes em estágio não obrigatório indicando a parte concedente, o período de estágio e o/a professor/a orientador/a responsável;
- e) manter arquivo de relatórios semestrais de estágio não obrigatório dos/as professores/as orientadores/as e dos/as discentes.

Segundo a legislação, é responsabilidade da IES indicar professor/a orientador/a da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades. São responsabilidades do/a professor/a orientador/a responsável:

- a) acompanhar as atividades exercidas pelo/a discente;
- b) assinar o termo de compromisso;
- c) exigir do/a discente a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 meses, de relatório das atividades;
- d) dar visto nos relatórios das atividades apresentados;
- e) zelar pelo cumprimento do termo de compromisso;
- f) elaborar relatório avaliativo semestral das instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do/a discente.

Uma vez respeitadas as exigências definidas na legislação e as obrigações contidas no termo de compromisso, as atividades desenvolvidas em estágio não-obrigatório por discente do Centro Universitário Metodista – IPA não configurarão vínculo de emprego com a parte concedente.

13 METODOLOGIA DO PROCESSO DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM

O pensar crítico dos processos naturais e humanos é de fundamental importância para o desenvolvimento de ações modificadoras da realidade local/regional. Assim, confirma-se a necessidade de constante aprimoramento do espaço acadêmico de modo que possa, efetivamente, estar voltado para a formação de sujeitos reflexivos, participativos e cidadãos. O diálogo entre teoria e prática, conhecimento e prática social constitui eixo central do percurso acadêmico, possibilitando ações de transformação da realidade social e do trabalho.

Para tanto, o/a educador/a formador/a deverá buscar estabelecer relações interdisciplinares entre as diferentes áreas do conhecimento, consolidando a formação teórica inerente à ação do/a bacharel/a na sua relação com a prática cotidiana/a e paradigmas que delineiam o projeto pedagógico do curso em pauta.

Com essa abordagem de ensino, busca-se que o/a estudante aprenda no processo de produzir, levantar dúvidas, pesquisar e criar relações que incentivam novas buscas, descobertas, compreensões e reconstruções de conhecimento. Portanto, promover aprendizagens significativas requer a adoção de práticas pedagógicas que estimulem o desenvolvimento de um profissional autônomo, capaz de identificar e resolver problemas, bem como de integrar-se em equipes de trabalho e grupos diversificados. Desse modo, o/a professor/a deixa de ser apenas ensinante e passa a ser aprendiz e mediador/a na construção do conhecimento, promovendo situações diferenciadas para que o/a estudante possa encontrar sentido naquilo que está aprendendo. O papel do/a professor/a, nesse caso, é o de problematizador, em cujos momentos coletivos com os/as estudantes não podem prescindir do diálogo, na medida em que o/a docente precisa ter clareza de sua intencionalidade pedagógica e saber intervir no processo de aprendizagem do/a estudante para garantir que os conceitos sejam por ele/a compreendidos e sistematizados.

Nesse sentido, as metodologias adotadas pelos/as docentes são fundamentais no desenvolvimento dos objetivos propostos no projeto pedagógico do curso, no intuito de atender ao perfil do egresso pretendido. Logo, a concepção metodológica do Curso de Bacharelado em Serviço Social se inscreve como

integradora dos componentes curriculares, práticas profissionais e outras atividades ligadas ao curso.

Cabe ressaltar que essa metodologia exige articulações interdisciplinares que implicam aprendizagens diversas no sentido de propor desafios e atividades diversificadas para desenvolvimento das competências e habilidades necessárias à formação do perfil do egresso, tais como:

- a) aulas expositivo-dialogadas, com o apoio de recursos audiovisuais;
- b) saídas de campo e visitas técnicas sempre que relacionadas com o campo de formação;
- c) inserção em comunidades de aprendizagem;
- d) Atividades Práticas Supervisionadas (APS) – fazem parte da estratégia de ensino e de aprendizagem da instituição. São atividades acadêmicas desenvolvidas sob a orientação e avaliação de docentes, de maneira a incentivar a autonomia intelectual do/a aluno/a, proporcionado a construção de seu conhecimento de forma significativa, através da investigação, independente do espaço tradicional de sala de aula, expandindo os conceitos de espaços de aprendizagem. Constituem parte da carga horária da disciplina, sendo estas discutidas em colegiado de curso e descritas nos planos de ensino;
- e) problematização de situações e elaboração de projetos interdisciplinares, buscando eixos articuladores entre os diferentes campos do saber;
- f) promoção de ações diferenciadas para inserção do/a acadêmico/a em diversas situações de iniciação científica tais como: análise da realidade social e sua complexidade, estabelecimento de relações entre os conhecimentos adquiridos no decorrer do curso com ações diagnósticas desencadeadas em disciplinas propícias, acesso a bases de dados da área de formação e demais áreas, consulta a livros, periódicos, além de atividades na biblioteca;
- g) participação em projetos de extensão e pesquisa na área de formação.

Nessa perspectiva, a abordagem de ensino no curso privilegia o encontro entre teoria e prática, entre a aplicação prática do saber da experiência adquirida bem como discute a ética subjacente à sua aplicação.

13.1 AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem no Curso de Serviço Social é concebida como um processo contínuo, sistemático e integral de acompanhamento do nível no qual os/as estudantes se encontram em relação ao alcance dos objetivos desejados na formação do/a profissional em questão.

Nesse sentido, deve ser entendida como um processo indissociável da dinâmica de ensino e de aprendizagem, pois implica a realização de verificações planejadas para obter diagnósticos periódicos do desempenho dos/as estudantes e professores/as em relação à transmissão/assimilação e construção dos conhecimentos, habilidades e atitudes desejadas, possibilitando o replanejamento das ações sempre que necessário.

Para cada sequência de atividades serão estabelecidos os desempenhos e conteúdos mínimos necessários. No início de cada sequência, estudantes e professores/as deverão entrar em acordo sobre os critérios, instrumentos, formas e datas das avaliações. Para a garantia do *feedback* mútuo e maior objetividade possível, serão registradas a evolução e o desenvolvimento gradual do/a estudante com a finalidade de subsidiar o acompanhamento da sua aprendizagem, o que possibilitará interferência imediata no caso da identificação de defasagens.

Como processo cooperativo implica a tomada de decisão de todos/as os/as participantes deste processo (estudantes, professores/as, profissionais dos serviços nos quais ocorre a aprendizagem) em relação ao projeto curricular. Dessa forma, os diferentes momentos da avaliação durante o processo (resultados parciais) legitimam-na como produto apreendido em termos de resultado final.

Para que seja viabilizada dentro desta concepção, é importante que haja clareza quanto às características que nortearão a sua operacionalização:

- a) para ser contínua, a avaliação deve acontecer ao longo de todo o processo de ensino e aprendizagem, realizada em diferentes momentos, não sendo pontual (isolada) nem um momento terminal do processo educativo;
- b) para ser sistemática, a avaliação não pode ser improvisada; deve ser um ato intencional, consciente e planejado como parte integrante do processo de ensino e aprendizagem. Requer-se clareza quanto às suas finalidades,

bem como quanto à utilização de instrumentos e medidas adequadas, requer-se que seja pensada como uma atividade permanente, permitindo acompanhar passo a passo a evolução do/a estudante na assimilação, construção e produção do seu conhecimento;

- c) para ser integral, a avaliação deve estender-se a todos os domínios do comportamento: cognitivo, afetivo e psicomotor;
- d) para estar voltada ao alcance dos objetivos, a avaliação deve ser planejada de acordo com o perfil profissional delineado no projeto curricular e explicitado na forma de desempenho (conhecimentos, habilidades e atitudes) desejado no/a graduando/a;
- e) para ser indissociável da dinâmica de ensino e aprendizagem, a avaliação deve ser coerente com o projeto pedagógico, no sentido de refletir os princípios que o norteiam. Não pode se limitar a um momento separado ou independente do processo de ensino;
- f) para ser inclusiva, a avaliação deve facilitar ao/à professor/a, quando detectar problemas e/ou dificuldades de aprendizagem, propor alternativas de recuperação desta, integrando o/a estudante na busca persistente do alcance dos objetivos desejados;
- g) para ser abrangente, a avaliação não deve se restringir ao desempenho do/a estudante, mas também fornecer subsídios para avaliar o desempenho do/a professor/a e de outros/as profissionais envolvidos/as na formação acadêmica, auxiliando na tomada de decisões sobre o projeto pedagógico;
- h) para ser cooperativa, a avaliação deve ter atuação ativa de todos/as os/as participantes do processo de ensino e aprendizagem, proporcionando *feedback* mútuo e reflexão sobre o próprio desempenho (autoavaliação).

O processo de avaliação deve ser composto por instrumentos e medidas coerentes com o projeto curricular do curso.

Assim, procurando evidenciar modalidades de avaliação em relação aos diferentes momentos do processo, é possível sinalizar alguns instrumentos e medidas:

- a) autoavaliação baseia-se nos objetivos estabelecidos previamente, em momentos significativos do processo; como sondagem inicial do repertório,

autocrítica durante o processo e exposição definida sobre o produto/resultado apresentado;

- b) avaliação interpares: entendida como avaliação do desempenho dos sujeitos envolvidos no processo, por seus pares próximos, sejam eles/as professores/as, estudantes ou outros/as profissionais dos serviços onde ocorrem as atividades de aprendizagem;
- c) outras estratégias de avaliação que deverão ser consideradas são: relatórios, provas escritas subjetivas e/ou objetivas, observação sistemática, elaboração de textos/artigos, diferentes formas de pesquisas, etc., possuindo todas referencial teórico que as subsidiem e sustentem, e que se encontram à disposição na literatura ordinária sobre o assunto.

Avaliar o processo de aprendizagem e as atividades práticas na formação profissional é uma das tarefas que mais requerem energia e atenção em todo o processo ensino-aprendizagem. Tradicionalmente, a avaliação cumpre o papel de controle e reprodução, mas pode cumprir um papel de transformação e emancipação sendo constituinte de ação educativa e integradora. Para podermos compreender como a avaliação se engendra e como pode ser um instrumento que favoreça a participação e a inclusão, é importante e necessário analisar seus instrumentos, sua orientação e seus recursos na construção dos saberes; na aquisição de práticas; no desenvolvimento individual, coletivo e institucional.

No contexto da aprendizagem significativa, a avaliação deve ocorrer no próprio processo de trabalho dos/as estudantes, no dia-a-dia de sala de aula, no momento das discussões em grupo. Por esta razão a avaliação deve utilizar-se de muitos instrumentos, evitando assim atrelar a avaliação a um momento ou a uma forma, pois isto desqualificaria a compreensão do processo de aprendizado.

Para estas práticas avaliativas são propostas as seguintes ferramentas:

- a) seminários, entrevistas, atividades em grupo e oficinas;
- b) painéis de projeto;
- c) exposições coletivas de trabalhos com ou sem premiação;
- d) projetos de pesquisa envolvendo estudantes a partir de suas vivências (desenvolvidas ao longo do curso através das disciplinas relacionadas à pesquisa);
- e) provas com questões construídas a partir de situações problemas;

f) autoavaliação – como reflexão do processo de aprendizagem.

Por fim, considerando o Regimento Institucional, conforme Resolução CONSUNI nº 457 de 07/12/2012, o registro das avaliações é representado por notas com número decimal entre 0,0 (zero) e 10,0 (dez), sendo realizadas, no mínimo, 02 Avaliações Parciais por disciplina, admitindo-se ponderação na obtenção da média final. A nota mínima para aprovação sem Avaliação Complementar é 7,0 (sete). A Avaliação Complementar é realizada ao final do semestre, por estudantes cuja Média Final for maior ou igual a 4,0 (quatro) e menor que 7,0 (sete). A Nota Final é obtida a partir da Média Final somada à Avaliação Complementar, dividida por 2 (dois). É considerado/a aprovado/a o/a aluno/a que obtiver no mínimo 6,0 (seis) como Nota Final. Ainda, a avaliação do processo de aprendizagem abrange aspectos de assiduidade e aproveitamento nos estudos, ambos eliminatórios, em cada componente curricular. A frequência é obrigatória, sendo reprovado/a, independentemente dos resultados obtidos, o/a aluno/a que não apresentar frequência mínima de 75% em cada disciplina.

14 PROPOSTA DE AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO

A proposta de Autoavaliação do Curso de Bacharelado em Serviço Social, atrelada ao Programa de Avaliação Institucional, sugere a reflexão e consolidação acerca do PPC, de sua implementação no que se refere à articulação ensino, pesquisa e extensão e de sua identificação com os princípios e a Missão Institucional. Além disso, contextualizada no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), estabelece a relação dialógica entre os resultados da autoavaliação e da avaliação externa.

Além do atendimento ao SINAES, a prática contínua e coletiva da avaliação constitui acompanhamento importante e indispensável, que contribui para a evolução, crescimento e desenvolvimento dessa IES e, por conseguinte, do Curso de Bacharelado em Serviço Social, com vistas a adequações das ações pedagógicas para qualificação dos processos de ensino e de aprendizagem.

Desse modo, desde 2010/02, por deliberação da Comissão Própria de Avaliação – CPA, o curso e consequentemente o seu PPC, contam com um novo instrumento de avaliação *on-line*, aplicado a estudantes e docentes. Tal ferramenta de pesquisa aborda três dimensões: Instalações físicas e serviços da IES e que repercutem no desenvolvimento do Curso; Corpo Docente e Coordenação do Curso; Organização didático-pedagógica do Curso. Os resultados são disponibilizados sob a forma de relatório à Coordenação do Curso e analisados posteriormente junto ao corpo docente. Dessa forma, a manifestação da comunidade acadêmica, por meio de avaliação e autoavaliação, subsidia o redimensionamento das políticas institucionais e também das práticas diretamente relacionadas ao Curso, possibilitando o aprimoramento do PPC vigente.

Outros procedimentos que contribuem para a avaliação do PPC e da sua implementação referem-se à ação dos Colegiados – de Cursos e Ampliados de Curso – que, de forma sistemática, refletem, propõem e subsidiam a Coordenação do Curso.

Igualmente, o Núcleo Docente Estruturante – NDE, utilizando-se das atribuições que lhe são próprias, avalia e atualiza periodicamente o Projeto Pedagógico do Curso em comum acordo com o demais Colegiados.

15 ARTICULAÇÃO ENSINO-PESQUISA-EXTENSÃO NO CURSO

A articulação ensino, pesquisa e extensão constitui-se condição fundamental para a materialização da função precípua do Centro Universitário Metodista – IPA que é a produção e disseminação do conhecimento voltados à transformação social. Através de uma práxis acadêmica contextualizada às agudas questões da sociedade contemporânea – em nível local, nacional e internacional –, busca o verdadeiro domínio de saberes e tecnologias com as quais cada campo do saber e de atuação profissional se expressa e contribui para o processo evolutivo da humanidade. Por outro, a articulação leva à consolidação da integração das atividades meio às atividades fins, através de ações engajadas, inter-relacionadas e participativas, contribuindo com a institucionalização e consolidação da identidade e Missão Institucional, bem como para a melhoria dos processos acadêmicos e administrativos cotidianos e na interação entre estudantes, docentes, técnico-administrativos e sociedade civil.

No curso de Serviço Social, a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão estrutura a matriz curricular e está na base do conjunto de atividades acadêmicas a serem implantadas e desenvolvidas.

No ensino, as disciplinas contemplam os grandes eixos temáticos e metodológicos que compõem o complexo campo do Serviço Social. Campo historicamente construído sempre associado às lutas, conquistas e desafios sociais, mais recentemente foi instituído como área de conhecimento das ciências sociais aplicadas. Além de difundir o conhecimento acumulado, o ensino contempla, também, diferentes espaços de interação com a sociedade, com outras áreas de conhecimento e com o próprio campo, em processo contínuo de transformação.

Na pesquisa, objetiva-se instaurar *habitus* científico nos/as estudantes, através de conteúdos e atividades em disciplinas e projetos de pesquisa. Ao mesmo tempo, objetiva-se desenvolver a produção de conhecimentos próprios ao campo do Serviço Social, na interação com pesquisas de outras instituições, da própria área e de outras áreas de conhecimento.

A extensão contempla a articulação do mundo acadêmico com a sociedade, em uma perspectiva interativa, de “mão-dupla”. Para além da transmissão de conhecimentos, trata-se de desenvolver formas que desenvolvam uma dialógica

entre saberes instituídos e saberes instituintes, para promover a institucionalização de práticas sociais inovadoras. Nesse sentido, a extensão é fruto de parcerias interinstitucionais, com organizações sociais de setores público e privado, considerando instâncias governamentais e da sociedade civil.

15.1 LINHAS DE PESQUISA INSTITUCIONAIS

O Centro Universitário Metodista – IPA estrutura as suas ações de pesquisa em um contexto em que o conhecimento torna-se cada vez mais decisivo em todas as atividades, em todos os campos da vida social. O impacto tecnológico da acelerada produção do conhecimento tem alterado substancialmente as relações sociais. Neste contexto de uso intensivo do conhecimento, o Centro Universitário Metodista – IPA coloca-se como instituição inovadora, habilitada ao manejo criativo, interdisciplinar e humanizante da ciência, voltada aos objetivos de um desenvolvimento socialmente justo, ambientalmente sustentável, e economicamente viável. Uma instituição que promove a pesquisa contribui para a produção de uma ciência capaz de integrar a ética à emancipação solidária; um conhecimento que contribui para formação de homens e mulheres irradiadores de valores emancipatórios e superadores de todas as formas de discriminação.

Para tanto, a pesquisa, articulada ao ensino, fornece conhecimentos, problemas de investigação e espaços para programas, projetos e cursos de extensão, na perspectiva da formação política e cultural. Assim compreendida, a pesquisa tem suas linhas definidas a partir das relações que os cursos estabelecem com as demandas sociais; seus processos e produtos, por sua vez, alimentam e sustentam os cursos e conferem organicidade aos programas e atividades de extensão.

As linhas de pesquisa institucionais, atualmente em desenvolvimento são:

- a) Marcadores Biológicos e Ambientais;
- b) Neurobiologia;
- c) Distúrbios Respiratórios e Reabilitação;
- d) Exercício Físico e Saúde;

- e) Processos de Reabilitação e Inclusão Social nos Transtornos do desenvolvimento, do aprendizado e das lesões neuropsicológicas adquiridas;
- f) Saúde e Inclusão Social;
- g) Políticas Educacionais, Avaliação e Inclusão;
- h) Estresse Oxidativo: oxidantes e antioxidantes;
- i) Neuroquímica.

A pesquisa é, portanto, um dos principais fatores de legitimação e de reconhecimento acadêmico do Centro Universitário Metodista – IPA, ela deve privilegiar a relação entre o que precisa ser conhecido e o caminho que precisa ser trilhado para conhecer, ou seja, entre conteúdo e método, na perspectiva da construção da autonomia intelectual e ética. Estabelece-se, assim, uma forte articulação entre ensino e pesquisa, na qual a ideia de incorporação de processos supera a concepção racionalista positivista do conteúdo pronto e acabado, fortalecendo uma concepção epistêmica baseada na prática social, ou seja, no modo como o ser humano constrói o conhecimento.

16 INTEGRAÇÃO DO CURSO COM A PÓS-GRADUAÇÃO E COM A EDUCAÇÃO CONTINUADA

O desenvolvimento da Pós-Graduação e da Educação Continuada em Serviço Social são processos particularizados por demandas emergentes do campo do Serviço Social.

Em relação a Pós-Graduação *Stricto Sensu* (cursos de mestrado), as práticas formativas poderão ser desenvolvidas em parceria com outros cursos da instituição, tendo em vista temas transversais a diversas áreas do conhecimento, incluindo o Serviço Social, como por exemplo: direitos humanos, inclusão social, entre outros.

Na Pós-Graduação *Lato Sensu* (cursos de especialização), as práticas formativas possuem como foco temas próprios ao campo do Serviço Social, no entanto abordados em uma perspectiva interdisciplinar, como, por exemplo: políticas sociais, responsabilidade social, gestão social, terceiro setor, direito da criança e do adolescente, práticas socioeducacionais com pessoas portadoras de altas habilidades e superdotação, entre outros.

A educação continuada (cursos de curta duração, eventos científicos, assessorias, consultorias, projetos de extensão) é fruto de parcerias intra e interinstitucionais e/ou emergências temáticas que tomam corpo em diferentes espaços da ação do curso.

17.1 INSTALAÇÕES E LABORATÓRIOS ESPECÍFICOS

O curso de Serviço Social, além de compartilhar com os demais cursos a infraestrutura das bibliotecas e seus serviços, os laboratórios de informática, e outros, conta com os seguintes espaços específicos:

- a) Laboratório do Curso de Serviço Social: esse laboratório possui 34,82m² e nele são realizadas diversas práticas, inclusive as atividades de laboratório de práticas interventivas em Serviço Social (que têm como objetivo central qualificar a formação profissional desenvolvida junto ao corpo discente através da ampliação de espaços acadêmicos que promovam a indissociabilidade entre teoria e prática, na formação profissional, como condição para o desenvolvimento de competências próprias à intervenção profissional, eixo transversal do PPC), e as atividades de laboratório de práticas formativas e investigativas em Serviço Social (as quais buscam qualificar o processo de formação profissional desenvolvido pelo curso junto ao corpo discente através da construção de um espaço acadêmico que promova a cultura da educação permanente, em diferentes instâncias, no campo do serviço social e em campos afins, através do desenvolvimento da articulação entre ensino-pesquisa-extensão, em uma perspectiva complexa e multirreferencial). O espaço físico conta com mesas de trabalho, computador, quadro branco e armários;
- b) salas de aula para os estágios: o curso também conta com salas de aula na quantidade suficiente para ocorrer a divisão de turmas das disciplinas de estágio.
- c) Núcleo de Serviço Social das Clínicas Integradas do IPA: o espaço conta com sala de 11m² e nele se busca qualificar o processo de formação profissional desenvolvido junto ao corpo discente através da oferta de um espaço que, ao mesmo tempo em que atende a uma demanda comunitária, permite ao corpo discente o exercício de instrumentos de intervenção profissional utilizados em uma ação planejada, monitorada e

avaliada de forma permanente. Sendo um campo de intervenção profissional na área da saúde, tem como objetivo desenvolver ações interventivas que promovam a qualidade de vida dos/as pacientes, familiares e comunidade em atenção à saúde ao mesmo tempo em que busca viabilizar um espaço de formação acadêmica a partir da prática profissional supervisionada para alunos/as do curso de Serviço Social;

- d) Núcleo de Apoio Sociojurídico da Assistência Judiciária Voluntária da Justiça Federal do RS: existe uma parceria na qual é cedido local para as atividades do curso. Apesar de não ser de uso exclusivo, as atividades do curso no órgão sempre ocorrem no mesmo local. O objetivo dessa parceria é constituir um campo próprio de formação profissional, que viabilize ao/à estudante o conhecimento prático das particularidades de intervenção profissional em espaços sociojurídicos, além de constituir um diferencial na proposta pedagógica desenvolvida pelo curso de Serviço Social do IPA.

17.2 COORDENAÇÃO DE CURSO

O/A Coordenador/a de Curso, designado/a pela Reitoria, é o/a responsável pela gestão acadêmico-administrativa através de vínculo de tempo integral ou parcial com o Centro Universitário. Está voltado/a ao gerenciamento do curso em sintonia com a missão institucional, desenvolvendo atividades relevantes ao contínuo aprimoramento do curso em termos de qualidade, legitimidade e competitividade. O/A Coordenador/a de Curso, além de possuir as habilidades e competências definidas para o corpo docente deverá, obrigatoriamente, ter titulação compatível com a formação do curso e cumprir as prerrogativas institucionais para o desempenho da função.

De acordo com o Regimento do Centro Universitário Metodista – IPA, o/a Coordenador/a do Curso exerce a função executiva das deliberações emanadas do Colegiado de Curso com atribuições nele definidas.

Suas responsabilidades voltam-se para o foco acadêmico-administrativo necessárias para a efetividade do que consta neste Projeto Pedagógico de Curso, buscando o constante aprimoramento e seu desenvolvimento.

17.3 COLEGIADO DE CURSO

O Colegiado de Curso é o órgão institucional, para todos os efeitos de planejamento, orientação, assessoramento, execução e supervisão da organização acadêmica, administrativa e de distribuição de pessoal no curso. O Colegiado reúne-se, ordinariamente, uma vez por mês, e, extraordinariamente, quando convocado pelo/a seu/sua presidente/a. É um colegiado superior com funções deliberativas, normativas e consultivas no âmbito de sua competência, estando sua composição e atribuições descritas nos documentos institucionais.

17.4 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

O Núcleo Docente Estruturante constitui segmento da estrutura colegiada da gestão acadêmica do curso, com atribuições consultivas, propositivas e de assessorias sobre matéria, de natureza acadêmica, sendo corresponsável pela elaboração, atualização e consolidação do Projeto Pedagógico do Curso.

O Núcleo Docente Estruturante será constituído pelo/a Coordenador/a do Curso, como seu/sua presidente/a nato, e por docentes com experiência na instituição e atuantes no curso, com titulação em nível de Pós-Graduação *Stricto Sensu* e regime de trabalho integral e parcial.

As especificações do Núcleo Docente Estruturante, quanto à composição, atribuições e funcionamento, são estabelecidas em regulamentação própria elaborada pelos/as seus/suas membros e aprovada pelo Colegiado Ampliado do Curso.

17.5 CORPO DOCENTE

Os/as professores/as e a Coordenação do Curso deverão trabalhar de forma integrada para que seja possível o cumprimento deste Projeto Pedagógico do Curso. Os/as componentes do corpo docente poderão ser de regime de tempo integral, parcial ou horista, distribuídas as disciplinas conforme suas áreas de atuação e conforme a qualificação, sendo preferencialmente mestres ou doutores.

Ciente da necessidade constante de formação do docente para atuação em áreas específicas do curso, bem como nos processos de formação geral, a Instituição incentiva constantemente a formação e qualificação docente por intermédio de oficinas e seminários pedagógicos, os quais ocorrem semestralmente, valorizando a aderência à áreas e composição do Curso de Bacharelado em Serviço Social, bem como na formação geral do/a docente.

17.6 CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

O curso de Serviço Social tem o apoio técnico-administrativo da secretaria das coordenações, assim como do/as funcionários/as da Central de Atendimento Integrado (CAI), e partilha do atendimento de todos os setores da Instituição.

O Centro Universitário possui pessoal de apoio aos/às professores/as e à Coordenação do Curso, adequado às demandas.

O Centro Universitário Metodista – IPA possui diversidade de instalações em suas duas unidades, na cidade de Porto Alegre: a Unidade Central IPA, com endereço principal à Rua Cel. Joaquim Pedro Salgado nº 80, além dos endereços agrupados, DONA LEONOR, à Rua Dona Leonor, nº 340, e AMERICANO, à Rua Dr. Lauro de Oliveira, nº 71, todos no bairro Rio Branco; e a Unidade DC Navegantes, na Rua Frederico Mentz, nº 1.606, no bairro Navegantes.

O planejamento de ambientes é desenvolvido pelo Escritório de Projetos e quando necessário há contratação de assessorias de projetos em diversas áreas técnicas. Cada área do conhecimento tem garantido espaços bem estruturados e em permanente qualificação. Pelo fato de que entre suas edificações estão obras arquitetônicas de quase um século de existência, muitas instalações foram concebidas para diferentes padrões de usuários/as. O convívio com essa herança arquitetônica é relevante, desafiando o escritório de projetos na promoção da adequação, sem menosprezar e preservando esse patrimônio.

Conforto térmico, atualidade tecnológica, ergonomia funcional, adequação dimensional, luminotécnica e acústica são alguns dos critérios perseguidos no planejamento de ambientes, na promoção de conforto, na otimização de recursos e na funcionalidade. Em cumprimento ao seu Plano Diretor Físico, o Centro Universitário Metodista – IPA tem ampliado e qualificado sua infraestrutura física, otimizando espaços para o atendimento nas diferentes unidades.

Salas de aula: o planejamento de salas de aula tem como padrão a turma de 1º semestre composta por 50 alunos/as. Para este grupo são estimados 1,20m² por aluno/a e distribuídos preferencialmente no formato retangular, assegurando que a largura não seja inferior a 5,0m. Compõem o conjunto de salas de aula: 50 cadeiras acadêmicas ou classes, quadro branco, quadro mural, conjunto de mesa e cadeira para professor/a, retroprojektor, ventiladores (proporção 1/15 alunos/as), lixeira e cortinas; quando necessário, mesas adaptadas para cadeirantes são instaladas nas salas de aula e atualmente a Instituição conta com 10 mesas deste tipo.

Ainda, a Instituição conta com 125 salas de aula assim distribuídas por suas Unidades:

UNIDADES	SALAS
DC Navegantes	19
Central: IPA, Americano e Dona Leonor	106
Total	125

Fonte: Escritório de Projetos.

Instalações sanitárias: as instalações sanitárias estão distribuídas por todas as Unidades e compõem sanitários masculinos e femininos para alunos/as, professores/as e funcionários/as, com adequação de acesso às pessoas com necessidades especiais.

Junto aos parques esportivos, os sanitários e vestiários são dimensionados e adequados para as respectivas atividades, tendo chuveiros com aquecimento central ou periférico. Há vestiários masculinos e femininos exclusivos para funcionários/as, esses equipados com sanitários, chuveiros, escaninhos individuais e área de repouso.

Ao longo do tempo, a Instituição vem adequando suas instalações sanitárias, construindo novos banheiros e reformados outros, assim como fazendo adaptações para atender às pessoas com deficiência. Os vestiários do prédio G, da Unidade Central IPA, também foram adequados atendendo às demandas do paradesporto.

Atualmente a Instituição conta com 31 sanitários adaptados à norma NBR 9050 e distribuídos em todos os prédios que compõem as Unidades.

Os sanitários estão distribuídos da seguinte forma:

UNIDADES	INSTALAÇÕES SANITÁRIAS ATUAIS
Central: IPA, Americano e Dona Leonor	50
DC Navegantes	04
Total	54

Fonte: Escritório de Projetos.

A rotina diária de limpeza dos sanitários inclui uma higiene completa antes da entrada do turno da manhã e da noite, limpezas sistemáticas durante o funcionamento das Unidades e plantões nos horários de pico (intervalos entre turnos de aulas).

Instalações Acadêmico-Administrativas: a Instituição vem investindo nos espaços acadêmico-administrativos como forma de melhorar o acolhimento ao/à

aluno/a. Com a criação da Central de Atendimento Integrado (CAI), ampliaram-se os espaços de atendimento e de espera, todos informatizados e ligados em rede. Com os serviços de secretaria e financeiro trabalhando em conjunto, os processos de atendimento são agilizados, em qualquer das Unidades, destaque para a da Unidade Dc Navegantes que foi ampliada e ganhou espaço de espera em 2013.

A Reitoria e a Pró-Reitoria de Graduação estão localizadas junto ao *hall* do prédio A da Unidade Central IPA, o que permite ao/à aluno/a o contato direto e acessível com essas instâncias. Ambos os espaços contam com mesas de reuniões para dez pessoas.

Em 2012 foi criado o setor de apoio, que está presente em todos os prédios Institucionais para auxiliar os/as docentes em casos de problemas.

A Instituição também conta com sala de recursos que faz o acompanhamento e apoio aos/às alunos/as PCD's. A sala conta com dois computadores com softwares específicos para a área, impressora braile e mesa adaptada e local para reuniões.

Instalações para Coordenadores de Cursos: estão localizadas na unidade Central (divididas em bacharelado e licenciaturas) e na unidade DC. As coordenações na unidade central possuem instalações junto à biblioteca, separadas em gabinetes por divisórias de 2,10m de altura, os mesmos estão agrupados por área de interesse com o objetivo de propiciar sinergia entre os cursos. O espaço ainda conta com secretaria e espaço para os/as assistentes.

As da unidade DC estão instaladas no prédio A, no segundo pavimento, e também são assessoradas por uma secretaria, além de possuir local para reuniões.

O mobiliário das coordenações é totalmente padronizado, cada coordenador/a conta com computador de uso individual, mesa em L, gaveteiro e armário. Todas as salas de coordenações possuem sistema de ar-condicionado.

Instalações para docentes: a sala dos professores da unidade IPA possui área de 79,00 m², num espaço com mesa de reuniões, espaço de descanso, escaninhos para guardar materiais, secretaria e área de estudos docentes. Nas demais unidades, proporcionalmente ao número de docentes, são disponibilizadas salas de professores. Todas essas possuem escaninho, espaço de descanso, mesa de reuniões e computadores com acesso à internet.

Instalações para pós-graduação e mestrado: possui 117,43m² e conta com secretaria própria, salas para coordenações e sala de reuniões, espaço para os/as pesquisadores/as e laboratórios específicos, todas com mobiliário adequado e informatizadas.

Áreas de convivência e lazer: em todos os seus endereços, a instituição propicia aos/às seus/suas acadêmicos/as espaços de convivência, lazer e esporte. O IPA conta com área verde de 15.500m², permeada por praças e locais de encontro, com mobiliários e equipamentos que atendem à ergonomia e segurança. Nesta unidade também temos o Centro de Convivência, que possui sete quiosques de alimentação, livraria, loja de uniformes e a farmácia escola (local de prática profissional discente do curso de farmácia).

Em 2014 foi executada uma praça com 370m² na unidade Central IPA, esta possui iluminação cênica, e, para uso noturno, a praça possui 16 bancos com capacidade para 3 pessoas, além de piso de blocos intertravados que permitem o escoamento da água da chuvas.

No final de 2013, foi executado um espaço de convivência da unidade DC Navegantes, que conta com local para exposição de trabalhos, mesas de apoio e bancos estofados, e foram executados perfis metálicos nos corredores para exposição de trabalhos; nesta mesma unidade já está sendo executado mais um espaço de convivência junto ao hall do DC, com projeto já pronto e com previsão para maio de 2014, e ainda está prevista a criação de um na Unidade Central para 2016.

Os espaços esportivos na unidade Central somam 3.515,88m², e são eles:

LOCAL	FUNÇÃO	ÁREA
G205	Musculação	113,66m ²
G210	Ginástica	51,95m ²
G206	Piscina	766,86m ²
H101	Quadra de Esportes	335,41m ²
H103	Quadra de Esportes	335,41m ²
H202	Ginástica Olímpica	542,97m ²
Pátio	Quadra de Esportes Ext	688,40m ²
Pátio	Quadra de Esportes Ext	681,22m ²
	Total:	3.515,88 m ²

Fonte: Escritório de Projetos.

O endereço Americano possui uma área verde de 5.227 m². Suas áreas de convivência e atendimentos estão distribuídos da seguinte forma: bar (totalmente reformado em 2006), loja de uniformes e refeitório universitário (a cozinha foi totalmente reformada em janeiro de 2007), que produz diariamente 800 refeições. Os espaços esportivos estão divididos em áreas externas, composta por três quadras poliesportivas e um campo de grama sintética, e áreas internas, constituídas por duas quadras poliesportivas totalmente reformadas em 2014, sala de dança, sala de judô e ginástica olímpica.

Na unidade DC Shopping, os/as acadêmicos/as desfrutam de toda a infraestrutura do Shopping DC Navegantes, além dos espaços de convivência citados anteriormente. O Dona Leonor conta com bar próprio, praça coberta, ginásio esportivo e pista atlética.

Laboratórios específicos: a Instituição conta com 143 laboratórios específicos, que atendem às necessidades pontuadas nos diversos PPC dos cursos. Estão distribuídos em todas as Unidades, onde pode-se destacar o espaço das Clínicas Integradas na Unidade Central/Dona Leonor, que conta com os espaços para práticas dos estágios da área da saúde e atendimento a comunidade.

Auditório/sala conferência: as unidades do Centro Universitário estão equipadas com, pelo menos, uma sala de conferência, com equipamentos de sonorização, multimídia, retroprojetor e acesso à internet, além de mobiliário adequado para assistência e palco elevado.

O endereço da Unidade Central IPA conta com onze salas com recursos multimídia, nove carrinhos móveis (com os mesmos recursos) e dois auditórios. São eles:

- a) Auditório Oscar Machado – área 537,10 m², com capacidade instalada para 548 assentos;
- b) Auditório da Biblioteca – área 302,98m², com capacidade para 300 assentos.

O endereço da Unidade Central IPA/Americano conta com duas salas com recursos multimídia, uma sala com lousa interativa e dois auditórios, são eles:

- a) Auditório Elizabeth Lee – área 417,20 m² – com capacidade instalada para 480 assentos;

- b) Auditório Setor 1 – área 146,7 m² – com capacidade instalada para 100 assentos.

O endereço da Unidade Central IPA/Dona Leonor conta com uma sala com recursos multimídia e auditório com área de 150,80m² e com capacidade de 120 assentos.

A Unidade DC Navegantes conta com uma sala com recursos multimídia, dois carrinhos móveis (com os mesmos recursos) e auditório com área de 260,00m² e capacidade instalada para 240 assentos.

18.1 BIBLIOTECAS

As bibliotecas do Centro Universitário Metodista – IPA são vinculadas à Pró-Reitoria de Graduação, formando um conjunto de duas unidades, sendo uma biblioteca central e uma biblioteca setorial: Biblioteca Central Guilherme Mylius (Unidade Central IPA) e Biblioteca da Unidade DC (Unidade DC Navegantes). Contam com um/a bibliotecário/a coordenador/a, dois/duas bibliotecários/as e auxiliares de biblioteca.

O acervo das Bibliotecas é composto por livros, teses, dissertações, monografias, trabalhos de conclusão de cursos em CD, normas técnicas, folhetos, periódicos, jornais, revistas, mapas, CDs, CD-ROM, DVD e outros materiais especiais². Sua cobertura temática atende às áreas de ensino, pesquisa e extensão. Além da formação de acervo de apoio às atividades acadêmicas, científicas e culturais. O processamento técnico do acervo é centralizado na Biblioteca Central, identificados no Sistema Sophia Biblioteca em forma de catálogo único.

A Biblioteca localizada na Unidade Central IPA tem seu espaço físico distribuído da seguinte forma:

2º Pavimento

- acervo de periódicos, obras de referência, hemeroteca (jornais e revistas) e o acervo do Instituto Teológico John Wesley;
- serviço de consulta ao Catálogo Online, serviço de circulação, empréstimo, renovação e reservas de material bibliográfico;
- salas de estudos em grupo;

²Materiais especiais são documentos como partituras, iconográficos e audiovisuais.

- espaço para estudo individual;
- acesso aos pavimentos: escada e elevador;
- banheiro com acessibilidade para portadores de necessidades especiais;
- guarda-volumes;
- espaço cultural;
- administração da biblioteca;
- setor de aquisição;
- setor de processamento técnico.

3º Pavimento

- acervo de livros distribuídos nas áreas do conhecimento;
- balcão e sala de referência/mestrado;
- sala de orientação a pesquisa em bases de dados, normalização, COMUT e SCAD;
- lounge;
- serviço de consulta ao Catálogo Online;
- microcomputadores com acesso à Internet.

4º Pavimento – Mezanino

- Área destinada à leitura e estudo.

Em relação à armazenagem, mobiliário e acesso ao acervo:

- a armazenagem das coleções no ambiente da biblioteca, o arranjo das estantes, a disposição dos expositores, estantes, porta CDs e videocassete, estão organizadas de forma a atender a previsão de crescimento e expansão;
- o acervo é limpo periodicamente, guardado em posição vertical;
- o espaço físico é adequado à conservação das diferentes coleções, observando-se a temperatura, umidade, ventilação, iluminação, etc.;
- manutenção necessária às atividades de preservação e conservação do acervo;
- os periódicos são ordenados por títulos de A/Z na ordem crescente, visualizando sempre o último exemplar de cada coleção;
- acessibilidade a portadores de necessidades especiais com inclusão de rampa no acesso principal e elevador no interior da biblioteca;

- sanitários adaptados no pavimento de ingresso garantem condições de melhor atendimento aos portadores de necessidades especiais;
- balcão principal de atendimento, apresenta alturas diferenciadas para atendimento tanto de pessoa em pé quanto em cadeira de rodas;
- sistema de sinalização com placas aéreas, nas paredes e totens;
- sinalização das estantes com placas imantadas para as laterais das mesmas, permitindo a inserção/retirada das placas menores contendo indicação dos assuntos e número de classificação, também imantadas;
- bibliocantos sinalizadores, no sentido vertical das estantes;
- sistema de ventilação natural;
- segurança e proteção contra furto, através do Sistema Antifurto Eletromagnético na circulação do acervo;
- possui sistema de circuito fechado de TV (CFTV);
- janelas com abertura acessível ao público são protegidas externamente por um envoltório feito de chapa de alumínio expandida, de maneira a manter, a qualidade de ventilação, iluminação e permeabilidade visual;
- luminárias locais nos pontos de leitura;
- o/a usuário/a tem livre acesso às estantes, permitindo a verificação in loco dos documentos de que precisa;
- quatro salas para estudos individuais ou em grupo. O/a usuário/a pode solicitar reserva de sala no balcão de atendimento, por telefone ou, ainda, pelo e-mail: sala.estudo@metodistadosul.edu.br;
- microcomputadores para acesso à pesquisa no Catálogo Online;
- microcomputadores para acesso às bases de dados online e em CD-ROM, publicações eletrônicas, Internet, entre outras atividades;
- espaços destinados à leitura e estudo estão integrados aos acervos, criando um ambiente agradável, propiciando ao/à usuário/a proximidade com o material;
- biblioteca aberta à comunidade acadêmica e comunidade em geral durante o horário de funcionamento da Instituição, de forma que seus/suas usuários/as tenham acesso aos recursos da Biblioteca durante sua permanência na Unidade.

A Biblioteca da Unidade DC Navegantes ocupa um único pavimento, com a seguinte distribuição:

- acervo distribuído nas áreas do conhecimento;
- serviço de Referência;
- serviço de consulta ao Catálogo Online, serviço de circulação, empréstimo, renovação e reservas de material bibliográfico;
- espaço destinado à leitura e estudo;
- guarda-volumes;
- 1 microcomputador para acesso ao Catálogo Online;
- 1 microcomputador para acesso a publicações eletrônicas, bases de dados e Internet;
- balcão de empréstimo (1 microcomputador com impressora e leitor ótico);
- três salas para estudo em grupo;
- três cabines para estudo individual.

O quadro 1 a seguir apresenta a área atual em m² das bibliotecas:

INFRAESTRUTURA	Nº	ÁREA	CAPACIDADE
Biblioteca Central Guilherme Mylius			
Acervo de Livros	3	252,2	(1) 67.396
Acervo de periódicos	1	26,7	(1) 14.144
Espaço para Leitura, mais mezanino	4	382	(2) 210
PCs para pesquisa <i>On-line</i> , bases de dados, internet	2	124,5	(2) 16
Lounge	1	42,6	(2) 22
Sala para estudo em grupo	4	192,8	(2) 32
Recepção e atendimento ao usuário	2	60,3	(3) 7
Guarda-volumes	1	31,1	(1) 208
Espaço Cultural	1	46,3	
Administração	1	69,2	
Setor de aquisição	1	31	
Processamento Técnico	1	35	
Banheiros	8	73,8	
Outras (corredores, escadas, elevador, sacadas etc)		386,5	
Total		1.754m²	
Biblioteca da Unidade DC Navegantes			
Acervo de Livros	1	134,69	(1) 7.000
Acervo de periódicos	1	5	4.503
Espaço para Leitura	1	57	(2) 36
Consulta ao Catálogo <i>On-line</i> , bases de dados, internet	1	5,7	(3) 3
Lounge	1	13	(2) 8
Sala para estudo em grupo e individuais	6	22	(2) 12

Recepção e atendimento ao usuário	1	14,5	(3)	1
Guarda-volumes	1	4,4	(1)	30
Total		256,49m²		

Fonte: Escritório de Projetos e Biblioteca.

Legenda:

- **Nº** é o número de locais existentes;
- **Área** é a área total em m²;
- **Capacidade** é:
 - em número de volumes ;
 - em número de assentos;
 - (3) em número de pontos de acesso.

O sistema de informatização das Bibliotecas do Centro Universitário Metodista – IPA é gerenciado pelo software Sophia Biblioteca. Este permite que sejam feitos o tratamento, armazenamento e disseminação da informação, utilizando padrões internacionais de biblioteconomia. A Biblioteca Central integra e coordena o Sistema Sophia Biblioteca, que é composto de um catálogo único (Catálogo Online), que reúne o acervo das bibliotecas das unidades.

Para registro do acervo é utilizado o formato bibliográfico USMARC, visando intercâmbio de dados (exportação e importação de registros catalográficos), com padrão de conteúdo AACR2; e a utilização do sistema de classificação CDD. O acervo é cadastrado no Sistema Sophia e identificado com etiquetas de códigos de barras.

O Catálogo Online permite pesquisa simultânea no acervo de todas as Bibliotecas ou em catálogos independentes, recuperando a informação sob forma de busca rápida ou avançada e possibilitando o envio dos resultados por e-mail nos formatos de listas, ABNT, imprimir e salvar MARC-21. O/a usuário/a pode, ainda, definir perfil para disseminação seletiva da informação, recebendo notificações por e-mail de novas aquisições nos assuntos de sua preferência. Além disto, a Biblioteca oferece recursos para consulta às bases de dados e periódicos eletrônicos em CD-ROM e online e pesquisa na internet. As informações recuperadas pelos/as usuários/as podem ser enviadas por e-mail, salvas ou impressas.

Por meio do Sistema Sophia, a Biblioteca controla todas as funções da circulação: empréstimos, renovações, reservas, controle de atrasos e cobrança de taxas por devolução em atraso. As renovações podem ser feitas, inclusive, através do Catálogo Online pela Internet ou nos computadores da Instituição. As reservas de materiais também são efetuadas pelos/as próprios/as usuários/as através do

Catálogo Online, no caso do/a usuário/a possuir conta de e-mail cadastrada no sistema, receberá em sua caixa de e-mail uma notificação de que a reserva do material está disponível na biblioteca para retirada.

O sistema Sophia Biblioteca possibilita também, a emissão de relatórios padronizados (MEC), normalizados (ABNT, CCN), gerenciais, estatísticos, log de operações, multi-biblioteca, exportação, controle de acesso.

A política de desenvolvimento de coleções das bibliotecas é um conjunto de atividades, caracterizada por um processo decisório que determina a conveniência de se adquirir, expandir ou atualizar o acervo, tendo como base critérios previamente definidos. A expansão do acervo bibliográfico ocorre mediante três modalidades de aquisição: compra, doação e permuta. Na modalidade compra a biblioteca atualiza o seu acervo de acordo com recursos orçamentários. O intercâmbio de publicações cumpre papel essencial no desenvolvimento do acervo, pois as coleções crescem também em função de doação e permuta.

O Serviço de Referência têm por objetivo o atendimento personalizado aos/às usuários/as orientando-os/as no uso dos recursos informacionais disponíveis na Biblioteca. Este serviço visa proporcionar a excelência no atendimento aos/às usuários/as orientando-os/as e disponibilizando informações no menor tempo possível. Em destaque os serviços de orientação à normalização, formatação de trabalhos acadêmicos e pesquisa em bases de dados.

O Catálogo Online é um catálogo único que reúne o acervo das bibliotecas. Pode ser acessado no portal <http://www.metodistadosul.edu.br>, no link biblioteca, ou no endereço eletrônico <http://biblioteca.metodistadosul.edu.br>.

O Serviço de Circulação contempla empréstimos, devoluções, renovações, reservas, entre outros e tem suas políticas definidas no regulamento da biblioteca, disponível no portal <http://www.metodistadosul.edu.br>, no link biblioteca.

O quadro a seguir apresenta o serviço de empréstimo, com as distinções entre o tipo de material e categoria de usuário/a. O atraso na devolução de exemplares emprestados implica taxa diária por exemplar.

TIPO DE MATERIAL	Livro Tese Folhetos	Material de referência	Multimídia	Periódico (impresso)	Quantidade de exemplares
TIPOS DE USUÁRIOS/AS	Prazos de empréstimo				
Alunos/as de graduação e funcionários/as	7 dias	Consulta local	2 por 3 dias	Consulta local	10
Pós-Graduação	14 dias	Consulta local	2 por 7 dias	Consulta local	10
Direção geral, Pró-reitores/as, Coordenadores/as e Professores/as	14 dias	Consulta local	2 por 7 dias	Consulta local	15
Empréstimo entre Biblioteca	7 dias	Não se aplica	7 dias	Não se aplica	-
Comunidade externa (Literatura / Biografia)	7 dias	Consulta local	3 dias	Consulta local	3

Fonte: Biblioteca.

A Biblioteca Central disponibiliza empréstimos de livros de literatura e biografias, para a comunidade em geral.

As bibliotecas oferecem os serviços de cópia e encadernação nos postos autorizados das Unidades; empréstimo entre bibliotecas; apoio à Normalização de Trabalhos Acadêmicos e Científicos de acordo com as normas ABNT; comutação bibliográfica (COMUT) e SCAD – Serviço Cooperativo de Acesso a Documentos da BVS – Biblioteca Virtual em Saúde; visita orientada.

Além disso, a biblioteca possui as bases de dados multidisciplinares da CAPES, Science Direct, Scopus, ASTM e Revista dos Tribunais.

A Biblioteca digital contempla a produção intelectual dos/as alunos/as dos cursos de graduação e mestrado de acordo com a autorização dos/as mesmos/as.

A Biblioteca Central Guilherme Mylius, na Unidade Central, abre 7 dias na semana e atende à comunidade universitária e comunidade em geral durante o horário de funcionamento da Instituição, de forma que seus/suas usuários/as tenham acesso aos recursos da Biblioteca durante sua permanência na unidade.

REFERÊNCIAS

ARDOINO, Jacques. Abordagem multirreferencial (plural) das situações educativas e formativas. In: BARBOSA, Joaquim Gonçalves (Coord.). **Multirreferencialidade nas ciências e na educação**. São Carlos: UFSCar, 1998. p. 24-41.

ASSMANN, Hugo; SUNG, Jung Mo. **Competência e sensibilidade solidária: educar para a esperança**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 27833, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 3, 15 abr. 2004.

BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 3, 26 set. 2008.

BRASIL. Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 28, 23 dez. 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CES nº 15, de 13 de março de 2002. Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 33, 09 abr. 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 11, 22 jun. 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CES nº 2, de 18 de junho de 2007. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização

e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 23, 17 set. 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CES nº 3, de 2 de julho de 2007. Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 56, 03 jul. 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 48, 31 maio 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 70, 18 jun. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 34, 13 dez. 2004.

CENTRO UNIVERSITÁRIO METODISTA – IPA. **Estatuto**. Porto Alegre, 2006.

CENTRO UNIVERSITÁRIO METODISTA – IPA. **Regimento Institucional**. Porto Alegre, 2012.

CENTRO UNIVERSITÁRIO METODISTA – IPA. **Plano de Desenvolvimento Institucional – 2014-2018**. Porto Alegre, 2014.

DELORS *et al.* **Educação um tesouro a descobrir**: relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. São Paulo; Brasília: Cortez; UNESCO, 1998. Disponível em: <<http://ftp.infoeuropa.euroid.pt/database/000046001-000047000/000046258.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2012.

DESAULNIERS, Julieta B. Ramos (Org.). **Formação, Trabalho e Competência**: questões atuais. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

FARIAS, Edvaldo de. **Formação e desenvolvimento profissional sob a ótica de novas competências**. Disponível em: <http://www.revistas.net/rhevisao/7/2_4.shtml>. Acesso em: fev. 2003.

LÉVY, Pierre. **O que é o virtual?** São Paulo: 34, 1998.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura.** São Paulo: 34, 1999.

LÉVY, Pierre. **O fogo liberador.** São Paulo: Iluminuras, 2000.

MARTINS, Clitia Helena Backx. População em pobreza extrema: foco na Região Metropolitana de Porto Alegre e na Região Norte do Estado. **Carta de Conjuntura.** Porto Alegre, a. 20, n. 9/2011. Disponível em: <<http://carta.fee.tche.br/article/populacao-em-pobreza-extrema-foco-na-regiao-metropolitana-de-porto-alegre-e-na-regiao-norte-do-estado/>>. Acesso em: 02 jul. 2015.

MEC. **Referenciais de qualidade para cursos a distância.** Brasília: MEC/Secretaria de Educação a Distância, 2003.

METODISTA. **Diretrizes para a Educação da Igreja Metodista.** [s.l.]: [s.n.], [19?].

METODISTA. **Plano de Vida e Missão da Igreja.** Área de ação social: meios de atuação. [s.l.]: [s.n.], [19?].

MORIN, Edgar; LE MOIGNE, Jean-Louis. **A inteligência da complexidade.** São Paulo: Peirópolis, 2000.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo.** 4 ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.

MORIN, Edgar. **O método I: a natureza da natureza.** Porto Alegre: Sulina, 2002.

PERRENOUD, Philippe. **Construir as competências desde a escola.** Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

SAGI. **Relatório de Programas e Ações MDS.** Disponível no link: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php#>>. Acesso em: 02 jul. 2015.

SEPLAG. **Atlas socioeconômico do Rio Grande do Sul.** 2015. Disponível em: <http://www1.seplag.rs.gov.br/atlas/conteudo.asp?cod_menu_filho=807&cod_menu=805&tipo_menu=POPULA&cod_conteudo=1396>. Acesso em: 02 jul. 2015.

Ato de Criação do Curso
Ad Referendum ao CONSUNI nº 02/2004
Porto Alegre, 26 de outubro de 2004.

Resolução CONSUNI nº 61/2004
Porto Alegre, 17 de dezembro de 2004.

Atos de Alteração do Projeto Pedagógico do Curso
Resolução do CONSUNI nº 40/2006
Porto Alegre, 26 de maio de 2006.

Resolução do CONSUNI nº 115/2008
Porto Alegre, 24 de março de 2008.

Resolução do CONSUNI nº 159/2008
Porto Alegre, 27 de junho de 2008.

Ad Referendum ao CONSUNI nº 04/2009
Porto Alegre, 30 de abril de 2009.

Ad Referendum ao CONSUNI nº 12/2009
Porto Alegre, 16 de novembro de 2009.

Resolução do CONSUNI nº 337/2010
Porto Alegre, 22 de outubro de 2010.

Resolução do CONSUNI nº 371/2011
Porto Alegre, 1º de julho de 2011.

Resolução do CONSUNI nº 421/2012
Porto Alegre, 16 de abril de 2012.

Resolução do CONSUNI nº 454/2012
Porto Alegre, 17 de outubro de 2012.

Resolução do CONSUNI nº 480/2013
Porto Alegre, 05 de julho de 2013.

Resolução do CONSUNI nº 481/2013
Porto Alegre, 05 de julho de 2013.

Resolução do CONSUNI nº 482/2013
Porto Alegre, 05 de julho de 2013.

Resolução do CONSUNI nº 506/2013
Porto Alegre, 16 de dezembro de 2013.

Resolução do CONSUNI nº 508/2013
Porto Alegre, 16 de dezembro de 2013.

Resolução do CONSUNI nº 547/2014
Porto Alegre, 09 de julho de 2014.

Resolução do CONSUNI nº 569/2014
Porto Alegre, 08 de dezembro de 2014.

Resolução do CONSUNI nº 570/2014
Porto Alegre, 08 de dezembro de 2014.

Resolução do CONSUNI nº 593/2015
Porto Alegre, 10 de julho de 2015.

Resolução do CONSUNI nº 598/2015
Porto Alegre, 04 de setembro de 2015.

Resolução do CONSUNI nº 665/2015
Porto Alegre, 11 de dezembro de 2015.

Resolução do CONSUNI nº 669/2015
Porto Alegre, 11 de dezembro de 2015.

Resolução do CONSUNI nº 684/2016
Porto Alegre, 15 de julho de 2016.

Resolução do CONSUNI nº 685/2016
Porto Alegre, 15 de julho de 2016.